



CÁTIA FILIPA CALDAS LOUREIRO **TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL: “O CASO DAS CRIANÇAS DESFAVORECIDAS”**



CÁTIA FILIPA CALDAS LOUREIRO **TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL: “O CASO DAS CRIANÇAS DESFAVORECIDAS”**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Planeamento em Turismo, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Celeste Aguiar Eusébio, Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro e a coorientação da Professora Doutora Elisabete Maria Melo Figueiredo, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho a todas as crianças, em especial às crianças que por circunstâncias da vida estão impedidas de viver a sua infância, assim como, a todas as pessoas que voluntariamente lutam para lhes devolver essa infância perdida.

o júri

presidente

Prof. Doutora Margarina Robaina Alves
professora auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Rui Armando Gomes Santiago
professor associado com agregação da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Maria Celeste de Aguiar Eusébio
professora auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Quero aqui expressar o meu agradecimento a todas as pessoas e entidades que, de alguma forma, tornaram possível a realização desta dissertação.

Em primeiro lugar, às minhas orientadoras Prof.^a Doutora Celeste Eusébio e Prof.^a Elisabete Figueiredo, não só, pela orientação prestada, mas principalmente por toda a compreensão que tiveram, e toda a motivação que me deram para que eu nunca desistisse de realizar a minha dissertação.

Em segundo lugar, à administração da Fundação “O Século” por ter aceite o meu pedido de colaboração para a realização do estudo com base no Programa Colónia de Férias.

Em terceiro lugar, a todas as entidades e pais que autorizaram a participação das crianças na investigação.

Em quarto lugar, à Dr.^a Mónica Meireles, por todo o tempo despendido a auxiliar a investigação e principalmente pela forma acolhedora com que sempre me recebeu.

Em quinto lugar, à Rute, ao Nuno, ao Hugo, ao João, ao Gabriel e a todos os outros monitores da Colónia de Férias, pela forma como me receberam e principalmente pelo excelente exemplo de Humanidade que me transmitiram.

Em sexto lugar, à Diana Valadares, por todos os conselhos, por toda a motivação e por todo o apoio que sempre me deu e que se revelou fundamental nos momentos mais críticos.

Em sétimo lugar, aos meus pais e aos meus avós, porque sem eles nunca tinha chegado onde cheguei e não seria a pessoa que hoje sou.

Em último lugar, mas não menos importante, ao Tiago Pacheco, por me acompanhar sempre na minha longa caminhada, por me demonstrar que todas as dificuldades são ultrapassáveis e por me ajudar a encontrar sempre um lado positivo das adversidades.

palavras-chave

Criança, pobreza e exclusão social na infância, Turismo Social, Programas de Turismo Social, benefícios do turismo, bem-estar e inclusão social, Colónia de Férias da Fundação "O Século".

resumo

Atualmente o turismo é encarado como um direito social. Contudo a atividade turística está associada a vários constrangimentos que colocam em causa a sua prática por parte dos grupos mais vulneráveis da sociedade, nos quais se incluem as crianças carenciadas. Nesse sentido, recentemente vários estudos têm surgido com o interesse em investigar por um lado, os impactos negativos que a inibição da oportunidade de passar férias fora de casa pode ter na vida dos grupos mais vulneráveis da sociedade, e por outro lado, os benefícios que a prática turística pode ter no seu bem-estar e inclusão social. A presente dissertação pretende alargar o conhecimento sobre a última abordagem, apresentando resultados de uma investigação que analisa os benefícios alcançados por crianças carenciadas no âmbito da sua participação num Programa de Turismo Social em Portugal, nomeadamente, na Colónia de Férias da Fundação "O Século".

Com a aplicação de métodos de recolha de dados quantitativos e qualitativos adaptados às crianças, obtiveram-se resultados que demonstram que o acesso à prática turística proporciona o alcance de vários benefícios essenciais para o seu bem-estar e inclusão social. Verificou-se ainda que existem dois fatores que têm considerável poder explicativo sobre os benefícios alcançados pelas crianças, nomeadamente, o fator "descoberta e diversão", e o fator "autoestima e desenvolvimento pessoal". Estes fatores demonstram que para as crianças a importância da sua participação neste Programa passa, pela descoberta de novidades (amigos, pessoas, atividades) e de capacidades/aptidões que proporcionam a diversão e criação de memórias felizes, bem como, pela confiança em si próprias e conhecimentos que adquirem ao longo da sua estadia.

Fundamentado nos resultados obtidos, este estudo, pretende ainda alertar para a necessidade de implementação de políticas sociais que visem a participação turística de crianças desfavorecidas, como forma de combate à sua situação de pobreza de exclusão social.

keywords

Child, poverty and social exclusion in childhood, Social Tourism, Social Tourism Programs, tourism benefits, wellbeing and social inclusion, Colónia de Férias da Fundação "O século".

abstract

Currently tourism is seen as social right. However tourism activity is associated with various constraints that jeopardize their practice by the most vulnerable groups in society, which includes underprivileged children. Thereby, several studies have recently emerged with the interest in investigating. Firstly, the negative impacts that inhibition of the opportunity to spend a holiday away from home can have for the most vulnerable groups in society. On the other hand the benefits that this opportunity can have on they well-being and social inclusion. This study aims to extend the knowledge about the latter approach by reporting results of an investigation that examines the benefits achieved by poor children in their participation on the Portugal Social Tourism Program: Colónia de Férias da Fundação "O Século".

Using a qualitative and quantitative data collect methods adapted for children, the study found that the access to holidaying opportunities contributed to enhance well-being and social inclusion for the children studied. The study also identified two factors that explaining the benefits achieved by children, the first factor was "discovery and fun," and the second factor was "self-esteem and personal development." These factors show that, for the children studied, the importance of their participation in the Social Program is associated with, the discovery of new features (friends, people, activities) and new skills that provide fun and creating happy memories, and, with an increase of confidence in themselves and general knowledge that they obtained throughout their stay in the program.

Substantiated in the findings, this study also aims to draw attention to the need for the implementation of social policies that provide tourist participation of disadvantaged children as a way to combat their poverty and social exclusion situation.

Índice

Índice de Tabelas	v
Índice de Figuras	vii
Índice de Siglas	viii
Capítulo I - Introdução	1
1.1. Principais objetivos e contributos da investigação	1
1.2. Estrutura da dissertação	2
Capítulo II - Pobreza e exclusão social na infância	4
2.1 Introdução	4
2.2 A infância.....	4
2.2.1 A definição de criança	6
2.3 Análise da pobreza infantil	7
2.4 Os domínios do bem-estar das crianças	10
2.4.1. Situação monetária	12
2.4.2. Habitação	13
2.4.3. Saúde	14
2.4.4. Educação.....	15
2.4.5. Lazer	16
2.4.6. Relações sociais das crianças	17
2.4.7. Inclusão social	20
2.5. A pobreza e a exclusão social na infância em Portugal	22
2.5.1. Pobreza monetária	23
2.5.2. Privação	23
2.6. Conclusão.....	26
Capítulo III – O turismo na vida das crianças carenciadas	29
3.1. Introdução	29

3.2.	A Importância do turismo e os constrangimentos à sua prática	29
3.3.	O Turismo Social	32
3.3.1.	Programas de Turismo Social para crianças economicamente carenciadas em Portugal.....	34
3.3.2.	Benefícios de participação em Programas de Turismo Social	37
3.4.	As especificidades das crianças enquanto turistas	39
3.4.1.	Motivações e expectativas	39
3.4.2.	Experiências turísticas	41
3.5.	Conclusão.....	43
Capítulo IV - Metodologia da investigação		45
4.1.	Introdução	45
4.2.	Objetivos da investigação	45
4.3.	Metodologia de recolha de dados	46
4.3.1.	População em estudo	47
4.3.2.	Instrumentos de recolha de dados.....	49
4.3.3.	Método de administração.....	57
4.4.	Métodos de análise de dados utilizados	59
4.5.	Conclusão.....	60
Capítulo V – A Colónia de Férias da Fundação “O Século”		63
5.1	Introdução	63
5.2.	A Fundação “O Século” (da origem à atualidade).....	63
5.2.1.	Áreas de intervenção social da Fundação “O Século”	64
5.2.2.	Áreas de negócio da Fundação “O Século”	64
5.3.	Caracterização do Programa - Colónia de Férias da Fundação “O Século”	65
5.3.1.	Objetivos do Programa	67
5.3.2.	Inscrições no Programa	67
5.3.3.	Espaço físico do Programa	68

5.3.4.	Atividades promovidas	68
5.3.5.	A equipa de acompanhamento.....	69
5.4.	Conclusão.....	70
Capítulo VI – Análise e discussão dos resultados - inquérito por questionário.....		71
6.1.	Introdução	71
6.2.	Caracterização sociodemográfica dos inquiridos.....	71
6.3.	Caracterização das práticas turísticas dos inquiridos nas férias.....	73
6.3.1.	Prática de férias fora de casa	73
6.3.2.	Participação em colónias de férias.....	75
6.3.3.	Prática de atividades de lazer durante as férias	76
6.4.	Caracterização da experiência dos inquiridos na colónia de férias.....	79
6.4.1.	Motivações de participação no Programa.....	79
6.4.2.	Satisfação para com o programa.....	82
6.4.3.	Benefícios de participação no Programa	83
6.4.4.	A descrição da experiência	87
6.4.5.	Fidelização para com o Programa	89
6.5.	Comparações entre grupos participantes no Programa.....	93
6.5.1.	Comparação dos dois grupos em termos de práticas turísticas	93
6.5.2.	Comparação dos dois grupos em termos de experiência de participação no Programa.....	95
6.6.	Conclusão.....	99
Capítulo VII - Análise dos desenhos		103
7.1.	Introdução	103
7.2.	Principais elementos presentes nos desenhos das crianças.....	103
7.2.1.	Figura Humana	104
7.2.2.	Atividades	107
7.2.3.	Elementos naturais.....	108

7.2.4. Instalações da Fundação “O Século”	110
7.2.5. Mensagens escritas	112
7.3. Análise segundo as cores presentes nos desenhos	114
7.4. Conclusão.....	117
Capítulo VIII – Conclusão	119
8.1. Conclusões finais e contribuições da dissertação	119
8.2. Principais dificuldades e limitações.....	122
8.3. Propostas de investigação	123
Referências Bibliográficas	125
Apêndices	139
Apêndice nº1 - Pedido de colaboração à Fundação “O Século”	141
Apêndice nº 2 – Pedido de autorização de participação das crianças aos responsáveis legais	143
Apêndice nº3 – O Questionário	145
Anexos	151
Anexo nº 1 – “Os termos da infância: os direitos das crianças”	153
Anexo nº 2 – Descrição dos 15 programas de intervenção social da Fundação “O Século”	155
Anexo nº 3 – Fotos das instalações da Fundação “O Século” utilizadas no âmbito do Programa Colónia de Férias	161
Anexo nº 4 – Planificação das Atividades	162
Anexo nº 5 – Processo de seleção dos monitores	165

Índice de Tabelas

Tabela 2.1- Domínios do Bem-Estar Infantil	11
Tabela 2.2 - População em risco de pobreza: total e por grupo etário (%) em Portugal e nos 27 países da EU.....	23
Tabela 2.3 - Itens da Taxa de Privação Material	24
Tabela 2.4- População em privação material: total e por grupo etário (%) em Portugal e nos 27 países da EU.....	25
Tabela 2.5- Itens do Índice de Privação Infantil.....	25
Tabela 3.1– Os benefícios do turismo segundo os domínios do bem-estar correspondentes	30
Tabela 3.2– Exemplos de Programas de Turismo Social para crianças economicamente carenciadas promovidos em Portugal.....	35
Tabela 3.3 - Caracterização de alguns Programas de Turismo Social promovidos em Portugal para crianças economicamente carenciadas.....	36
Tabela 3.4 - Relação entre os efeitos da pobreza e exclusão social e os benefícios do turismo.....	38
Tabela 4.1- Estrutura do questionário, segundo a informação pretendida e o tipo de questão.....	51
Tabela 4.2 – Variáveis, itens e tipo de escala associados às questões fechadas.....	53
Tabela 4.3 - Itens e figuras ilustrativas referentes às atividades de lazer praticadas durante férias	54
Tabela 4.4 - Itens e figuras ilustrativas referentes às motivações de participação no programa.....	55
Tabela 4.5 - Itens dos Benefícios do Turismo Segundo a sua Categoria	56
Tabela 4.6 - Calendarização da administração dos instrumentos de recolha de dados ..	58
Tabela 4.7– População em estudo e administração dos instrumentos de recolha de dados	59
Tabela 5.1– Participantes na Edição 2013 da Colónia de Férias.....	65
Tabela 5.2 - Participantes na Edição de 2014 na Colónia de Férias.....	66
Tabela 5.3- Tabela de preços do programa Colónia de Férias em 2014	67
Tabela 6.1- Perfil sociodemográfico das crianças inquiridas	72
Tabela 6.2- Prática de férias fora de casa	73

Tabela 6.3 – Locais onde as crianças inquiridas passam as suas férias habitualmente..	74
Tabela 6.4- Participação anterior em colónias de férias	75
Tabela 6.5– Colónias referidas pelas crianças inquiridas com participações anteriores	75
Tabela 6.6 – Atividades de lazer praticadas durante as férias	78
Tabela 6.7- Fatores Motivacionais Extraídos	80
Tabela 6.8- Motivações para a participação na Colónia de Férias	81
Tabela 6.9- Satisfação com as componentes do Programa.....	82
Tabela 6.10- Satisfação para com as atividades praticadas na Colónia de Férias	83
Tabela 6.11- Benefícios de participação no Programa.....	84
Tabela 6.12 - Fatores principais dos benefícios de participação no Programa.....	85
Tabela 6.13 - Satisfação para com as oportunidades criadas pelo Programa	87
Tabela 6.14 – Comparação entre os dois grupos no que se refere ao hábito de passar férias fora de casa	93
Tabela 6.15 – Comparação entre os dois grupos em termos de atividades de lazer praticadas durante as férias.....	94
Tabela 6.16- Comparação entre grupos em termos de motivações de participação no Programa.....	95
Tabela 6.17- Comparação entre grupos em termos de satisfação para com as componentes do Programa.....	96
Tabela 6.18 - Comparação entre grupos em termos de satisfação com as oportunidades criadas pela experiência.....	96
Tabela 6.19 - Comparação entre grupos em termos de satisfação para com as atividades praticadas no âmbito do Programa	97
Tabela 6.20 - Comparação entre grupos em termos de benefícios alcançados no âmbito da participação no Programa	98
Tabela 7.1- Elementos identificados nos desenhos	103
Tabela 7.2 - Presença das Cores nos Desenhos das Crianças.....	115

Índice de Figuras

Figura 2.1– Indicadores de Privação Infantil em Portugal (2009)	26
Figura 6.1- Motivo da não participação anterior em colónias de férias	76
Figura 7.1- Representação da criança acompanhada pelo monitor	105
Figura 7.2 - Representação da criança acompanhada por outra criança.....	106
Figura 7.3 – Representação da criança acompanhada pelo monitor.....	106
Figura 7.4- Representação da própria criança	106
Figura 7.5- Ida à praia.....	107
Figura 7.6 - Piscina oceânica de Oeiras.....	107
Figura 7.7- Mangueirada	108
Figura 7.8- Discoteca.....	108
Figura 7.9- Pavão no parque Marechal Carmona.....	109
Figura 7.10- Caranguejo na praia	109
Figura 7.11- Jardim no Parque Marechal Carmona.....	110
Figura 7.12- Edifício principal da Fundação "O Século" isolado	111
Figura 7.13- Criança em direção ao edifício principal da fundação "O Século".....	111
Figura 7.14 - Crianças dentro do edifício da fundação "O Século"	111
Figura 7.15- “Ju tu és a maior monitora”	112
Figura 7.16- “Adoro o Século”	112
Figura 7.17- “Amor; Carinho; Alegria; Escutar; Amizade; Paciência; Aprendizagens. Isto foi o que aprendi a fazer e dar”.....	113
Figura 7.18- “Férias Muito Divertidas e Fiches”	113
Figura 7.19- Desenho com a utilização da cor castanho nos troncos das árvores representadas	116
Figura 7.20 - Desenho com a utilização da cor castanho no espaço do chão que representa a terra.....	116
Figura 7.21- Desenho com a utilização da cor castanho na representação do cabelo das figuras Humanas	116

Índice de Siglas

BIPP - Banco de Informação Pais a Pais

CDC - Convenção dos Direitos da Criança

CNJ - Conselho Nacional Juventude

DGS - Direção-Geral da Saúde

EESC - European Economic and Social Committee

EU – União Europeia

EU-SILC - Estatísticas da União Europeia sobre o Rendimento e Condições de vida na Europa

FBB - Fundação Bissaya Barreto

WHO - World Health Organization

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

OCDE - Cooperação para o Desenvolvimento Economico

OITS - Organização Internacional do Turismo Social

OMT - Organização Mundial do Turismo

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

Capítulo I - Introdução

1.1. Principais objetivos e contributos da investigação

O Turismo é uma das atividades económicas com maior relevância a nível mundial. Segundo a World Travel & Tourism Council (2014), em 2013, as viagens e o turismo representaram (de forma direta, indireta e induzida) cerca de 9,5% do PIB e 8,9% do emprego mundial. Porém a relevância económica que o turismo alcançou nas últimas décadas só foi passível de acontecer devido ao reconhecimento dos benefícios que a experiência turística pode proporcionar aos turistas, bem como, à democratização das viagens resultante do reconhecimento das férias pagas e do lazer como um direito Humano básico. Apesar desse reconhecimento e dessa democratização, vários estudos demonstram a existência de vários constrangimentos no acesso ao turismo, que podem colocar em causa a sua prática por parte dos grupos mais vulneráveis da sociedade (como por exemplo: Haukeland, 1990; Davidson, 1996; Richards, 1998). Entre os vários constrangimentos identificados na literatura (como por exemplo o baixo rendimento, a raça, o sexo, a saúde, o tempo disponível, etc.) as dificuldades económicas predominam nas razões pelas quais as pessoas não viajam. Em 2012, essa foi precisamente a principal razão pela qual mais de metade da população portuguesa não realizou qualquer viagem turística (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2013a). Assim com base nesses constrangimentos, muito recentemente emergiu um interesse renovado em encarar o turismo como uma prática exclusivista e conseqüentemente também o interesse em estudar os grupos excluídos dessa prática (como por exemplo: Hazel, 2005; Lima, Eusébio & Varum, 2011; McCabe, 2009; Quinn, Griffin & Stacey, 2008; Sedgley, Prichard, & Morgan, 2012; Smith & Huges, 1999). Estes estudos focam-se, por um lado, nos impactos negativos que a inibição da oportunidade de passar férias fora de casa pode ter na vida dos grupos mais vulneráveis da sociedade, e por outro lado, nos benefícios que a prática turística pode ter no seu bem-estar e inclusão social. Contudo ambas as abordagens necessitam de mais investigação empírica, que comprove as relações entre os constrangimentos do turismo e a exclusão social, bem como, entre a prática turística e a inclusão social. Neste sentido, a presente dissertação pretende contribuir para o alargamento do conhecimento sobre esta última abordagem, tendo como principal objetivo investigar de que forma poderá o turismo contribuir para o bem-estar e inclusão social de crianças economicamente carenciadas.

Constatando-se que só seria possível investigar esse contributo através da análise do acesso ao turismo por parte de crianças economicamente carentes e que esse acesso, muitas vezes, só é consubstanciado pela sua participação em Programas de Turismo Social, foi imperativo recorrer à colaboração da Fundação “O Século”. Esta fundação desenvolve e promove o Programa “Colônias de Férias”, que proporciona a crianças economicamente carentes de todo o país uma experiência de férias a que de outro modo não poderiam aceder. Assim, com base nas considerações retiradas da revisão de literatura e na oportunidade, proporcionada pela Fundação “O Século”, de estudar um grupo de crianças carentes no âmbito da sua participação no Programa Colônia de Férias, estabeleceram-se vários objetivos específicos de investigação que permitissem a análise de dados relativos, nomeadamente a: i) prática de atividades de lazer e de turismo desenvolvidas pelas crianças durante férias; ii) motivações de participação no programa; iii) satisfação das crianças com a sua participação no programa; iv) efeitos do programa no bem-estar e inclusão social das crianças; v) fatores que poderão influenciar os efeitos do programa no bem-estar e inclusão social das crianças; vi) diferenças significativas entre crianças com e sem experiências anteriores de participação em colônias de férias, no que diz respeito quer às suas práticas turísticas durante as férias, quer à sua experiência no programa. Salienta-se, ainda, que para concretizar esses objetivos optou-se pela recolha de dados primários através da utilização de dois instrumentos, o inquérito por questionário (dirigido às crianças entre os 8 e os 12 anos de idade) e o desenho (dirigido às crianças entre os 6 e 12 anos).

1.2. Estrutura da dissertação

A presente dissertação encontra-se dividida em quatro partes, que representam diferentes momentos da investigação.

A primeira parte corresponde à presente introdução que tem como principal função apresentar o tema, os objetivos principais e a relevância da investigação.

A segunda parte é constituída pelos dois capítulos referentes à revisão de literatura, nomeadamente o capítulo II - Pobreza e Exclusão Social na Infância e o capítulo III - O turismo na vida das crianças economicamente carentes. O capítulo II, aborda conceitos como a infância, a criança, a pobreza, a exclusão social, bem como, as dimensões do bem-

estar infantil e culmina com uma análise sobre os indicadores da pobreza infantil em Portugal. Por sua vez, o capítulo III que pretende contribuir para a clarificação da importância da participação turística para as crianças carenciadas, explora temas como os benefícios e os constrangimentos à prática turística, a importância do Turismo Social como forma de ultrapassar esses constrangimentos, Programas de Turismo Social para crianças carenciadas em Portugal, benefícios de participação em Programas de Turismo Social para crianças carenciadas e as especificidades das crianças enquanto turistas.

A terceira parte refere-se à investigação empírica desenvolvida no âmbito da presente dissertação e inclui quatro capítulos alusivos à metodologia e objetivos da investigação (capítulo IV), à apresentação do Programa de Turismo Social em estudo (capítulo V) e à análise e discussão de resultados do inquérito por questionário e dos desenhos (capítulo VI e VII). No capítulo da metodologia são definidos os objetivos que se pretendem alcançar com a investigação empírica, os métodos a utilizar para conseguir alcançar os objetivos, bem como o processo utilizado na recolha de dados. No capítulo V é apresentada a história e as áreas de intervenção da Fundação “O Século”, bem como, as características do Programa Colónia de Férias. No capítulo VI procede-se à caracterização das práticas turísticas das crianças participantes na Colónia de férias, bem como, à caracterização da sua experiência no Programa, finalizando-se com uma comparação entre crianças que costumam participar em programas do mesmo género e crianças que nunca tinham participado. No capítulo VII analisam-se os desenhos que as crianças realizaram sobre a sua experiência de férias na Colónia da Fundação “O Século”, com base nos elementos representados e nas cores utilizadas, por forma a caracterizar essa experiência.

Por fim, a quarta e última parte desta dissertação refere-se ao capítulo VIII, onde são apresentados as principais conclusões, as dificuldades encontradas na revisão de literatura, as limitações da investigação empírica e algumas propostas para investigações futuras.

Capítulo II - Pobreza e exclusão social na infância

Introdução

No presente capítulo pretende-se alargar o conhecimento sobre a pobreza e exclusão social infantil, principalmente no que diz respeito às consequências destes fenómenos na vida das crianças. Tendo em consideração que as crianças são, um grupo social, com as suas próprias especificidades, contextualiza-se no ponto 2.2. a atual representação da infância, proveniente das sociedades ocidentais. Esta contextualização permite entender, tal como se explica detalhadamente no ponto 2.2., que a pobreza infantil não poderá ser analisada, da mesma forma, que a pobreza noutros grupos sociais, uma vez que, entre outros motivos, implica um conjunto de consequências específicas, analisadas no ponto 2.3. Considerando a revisão elaborada em cada um dos pontos anteriores, por fim, no ponto 2.4. caracteriza-se a pobreza e a exclusão social na infância, em Portugal, bem como, quais as principais dificuldades com que as crianças portuguesas se deparam.

A infância

O conceito de infância tem variado ao longo do tempo, isto porque, qualquer definição ou visão sobre o que é a infância ou a criança, não pode deixar de ser influenciada pelo estado atual do conhecimento científico, nem pela imagem que a própria sociedade constrói em torno das necessidades e capacidades que são atribuídas às crianças (Schaffer, 1996).

No seu trabalho “A criança e a vida familiar no Antigo Regime” (1988), Philippe Airès, aborda precisamente a questão, da constante mudança da infância ao longo dos tempos, desde a sua total inexistência, enquanto objeto de discurso, até ao aparecimento da figura social da criança. No entanto, convém, antes de mais, esclarecer que a infância, tal como a criança, existiram desde os primeiros registos históricos, porém a valorização da infância, a necessidade de a proteger e regulamentar, por parte dos adultos, são um produto da mentalidade moderna, oriunda das sociedades ocidentais industrializadas (Almeida, 2009; Sarmiento, 2004).

A representação da infância e o reconhecimento da criança como indivíduo específico, só aconteceu a partir da Revolução Industrial, muito devido à importância que a criança

assumiu no seio das famílias burguesas, que iniciaram um percurso de acompanhamento dos seus filhos, com especial investimento na sua educação através da escola. Este novo cenário, em que a família assume um papel presente na vida das crianças e em que a escola substitui o trabalho, inaugura o progressivo afastamento das crianças em relação ao universo dos adultos, marcando o início da construção histórica da infância (Sarmiento, Fernandes e Tomás, 2006).

Contudo, esta transição não ocorreu nem ao mesmo tempo, nem da mesma forma para todas as crianças. A necessidade da sociedade obter o máximo de mão-de-obra possível e das famílias desfavorecidas em obter rendimentos de todos os seus membros era superior a qualquer outro interesse, e por isso, as crianças pertencentes a famílias de classes mais desfavorecidas, aos 5/6 anos de idade podiam iniciar a sua vida laboral, sem existir qualquer distinção, entre as crianças e os adultos (Bastos, 1999; Schaffer, 1996).

No século XIX, com a evolução da ciência, mais concretamente com o desenvolvimento de novas disciplinas como a pedagogia, psicologia e a pediatria, clarificaram-se as necessidades específicas das crianças, evidenciando-se a separação/distinção entre estas e os adultos, originando uma nova consciência coletiva sobre a importância da infância (Sarmiento, 2004). A preocupação com a educação e proteção das crianças instalou-se, pouco a pouco, nas sociedades modernas, promovendo a criação de procedimentos, normas, prescrições e atitudes (embora nem sempre formalizadas) que condicionam a vida das crianças, ao mesmo tempo que lhes garantem melhor qualidade de vida (Sarmiento, 2004; Tomás & Fernandes, 2011). No início do século XX, intensifica-se a ideia de preservar gerações, através da proteção e do investimento na infância, iniciando-se o processo de configuração dos direitos das crianças, que posteriormente ganha forma, com a criação de organismos e tratados de proteção à infância, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 1946, e da Convenção dos Direitos da Criança (CDC), em 1989 (Almeida, 2009; Muñoz, 2006).

A CDC foi o primeiro tratado internacional relativo aos direitos humanos, que reuniu um conjunto universal de normas relativas às crianças com capacidade para fazer perceber, que a infância apesar de poder variar radicalmente dentro da mesma habitação, entre duas casas na mesma rua, entre regiões ou entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, ela deve significar qualidade de vida para as crianças (UNICEF, 2005).

A UNICEF salienta que atualmente, “apesar da divergência entre os debates intelectuais sobre a definição de infância e as diferenças culturais sobre o que esperar para e das crianças, existe um grau substancial de entendimento comum de que a infância implica um espaço separado e seguro, demarcado da idade adulta, onde as crianças podem crescer, brincar e se desenvolver” (2005, p.3).

Aquilo que se espera da infância, enquanto espaço seguro e qualidade de vida para as crianças, pode então ser entendido, como cumprimento dos direitos estabelecidos na CVD que abrangem áreas diversificadas tais como a saúde, a escolaridade, a participação cívica, a habitação, a proteção à identidade e relações familiares, os tempos livres e o descanso, entre outras que são apresentadas no anexo nº1.

Porém apesar de estabelecida a CDC, para as crianças em situação de pobreza e de exclusão social, a infância está longe de ser o “espaço separado e seguro, demarcado da idade adulta, onde as crianças podem crescer, brincar e se desenvolver” (UNICEF, 2005,p.3). Sendo por isso, a pobreza um dos fatores que mais contribui para a situação paradoxal, que se estabelece entre aquilo que se deseja para as crianças e as condições em que algumas vivem (Qvortrup, 1999). As estatísticas sobre a pobreza confirmam precisamente um dos paradoxos que Qvortrup estabelece em relação à infância, é que apesar dos “adultos concordarem que se deve proporcionar o melhor início de vida possível às crianças, elas pertencem a um dos grupos menos privilegiados da sociedade” (1999; p.3).

2.2.1 A definição de criança

Nenhuma definição de criança é universalmente aceite. Embora a CDC, classifique todos os indivíduos menores de 18 anos como "crianças", é importante reconhecer que em muitas partes do mundo, esta demarcação não tem significado social. Existem sociedades e culturas em que os indivíduos deixam de ser considerados como “crianças” com base noutros critérios que não a “idade”. O início da vida laboral, o fim da escolaridade e o casamento, são alguns dos vários critérios utilizados para determinar o fim da infância e o início de vida dos indivíduos enquanto adultos (Feeny & Boyden, 2003).

Em Portugal a definição jurídica de “criança”, que utiliza como critério a “idade”, varia também consoante o tipo de responsabilidade ou direito que se lhe pretende atribuir. Penalmente os indivíduos são considerados como adultos a partir dos 16 anos de idade (Lei de Proteção à Infância de 1911), essa é também a idade estabelecida para poderem integrar o mercado de trabalho, contudo, só a partir dos 18 anos é que podem, por exemplo, votar e comprar bebidas alcoólicas (Tomás, Fernandes & Sarmiento, 2011).

Não obstante a todas as diferenças que existem em termos da definição de criança, mesmo quando se utiliza apenas o critério da “idade”, na presente dissertação adota-se a opção mais frequentemente utilizada para definir a criança nas ciências sociais, nomeadamente aquela que as considera como “todos os indivíduos com idade compreendida entre os 0 e os 17 anos e que ainda não acedeu à plena cidadania” (Almeida, 2009, p.79). Esta é também, a opção que mais se adequa ao presente estudo, uma vez que centra o seu foco na população em idade de escolaridade obrigatória e teoricamente fora do mercado de trabalho – justamente os atributos que se associam à representação da infância (Almeida, 2009; Bastos, 1999).

Análise da pobreza infantil

A pobreza infantil é um dos maiores problemas estruturais com que as sociedades se debatem a nível mundial e que não se restringe apenas aos países em desenvolvimento. Embora, o fenómeno da pobreza, se apresente de forma mais extrema nas regiões menos desenvolvidas do mundo, coexistindo com outros fenómenos como, a mortalidade infantil, a fome extrema e as doenças endémicas, ele não deixa de afetar, também, uma em cada quatro crianças da União Europeia (UE), refletindo-se na sua insegurança alimentar, défices de saúde, más condições de habitação, desvantagens educativas, bem como, nas suas experiências de discriminação, estigmatização e exclusão (EAPN & EUROCHILD, 2013).

As crianças são, atualmente, o grupo etário [menores de 18 anos], mais vulnerável a situações de pobreza ou de exclusão social na UE, apresentando uma taxa de risco de

pobreza ou exclusão social (ARPE¹) de 27.0%, em 2011, superior à taxa de 24.3% apresentada pelos adultos [dos 18 aos 64 anos], bem como, à taxa de 20.5% apresentada pelos idosos [65 ou mais anos] (Vilaplana, 2013).

Assim, com o atual reconhecimento de que a pobreza infantil condiciona não apenas o desenvolvimento das crianças, mas também o próprio desenvolvimento das sociedades, que incorrem em elevados custos ao nível da proteção social, bem como, na perda de capacidade produtiva (baixos níveis de sucesso escolar, elevados níveis de desemprego) e de coesão social (falha na proteção dos membros mais vulneráveis da sociedade) (UNICEF, 2012; EAPN & EUROCHILD, 2013), torna-se contraproducente que sociedades desenvolvidas como as da UE sejam incapazes de fazer face a este fenómeno.

Segundo a UNICEF (2012) o combate à pobreza infantil na EU não está a ter os devidos resultados porque não existe um acompanhamento próximo ao que está acontecer na vida destas crianças, ou seja, não existe uma monitorização eficaz no que diz respeito à pobreza e exclusão social infantil. Primeiro, porque os dados estatísticos não estão disponíveis em tempo útil e, segundo porque não existe um consenso científico e político, sobre como se deve definir e medir a pobreza infantil, o que faz, com que as políticas e estratégias traçadas para o combate à pobreza e exclusão social, por vezes, não sejam aplicáveis à realidade sentida pelas crianças.

De acordo com Bastos (1999) e Costa, Batista, Carrilho e Perista (2008) o fato da pobreza afetar várias dimensões das condições de vida dos indivíduos, confere-lhe uma certa complexidade que se traduz na dificuldade em definir concretamente, o que é estar em situação de pobreza, de tal forma, que são várias as perspetivas existentes para definir a mesma situação. Já para Gordon, Nandy, Pemberton & Townsend (2003) muitos dos problemas em definir e medir a pobreza residem no fato das suas perspetivas morais e científicas, serem, muitas vezes, confundidas.

Em termos científicos, a pobreza infantil, é tradicionalmente medida pelo rendimento do agregado familiar a que a criança pertence, ou, pela análise das condições de vida da sua

¹**Taxa de pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social:** Este indicador reflete a parcela da população que está em risco de pobreza, ou em privação material severa ou vive num agregado familiar com muito pouca intensidade de trabalho (EUROSTAT, 2014a).

família (Bastos, Machado & Passos, 2004; Gordon, et al., 2003). Contudo, estas metodologias são, atualmente, criticadas pela pouca informação que fornecem sobre as privações que as crianças enfrentam em situação de pobreza, devido ao seu foco no rendimento (como indicador principal para definir o limiar de pobreza) e na família (como unidade estatística de observação). Isto porque, se por um lado, é inegável que o rendimento é a variável mais comumente utilizada, pela sua disponibilidade estatística e pela sua aptidão em traduzir uma parte da capacidade das famílias em proporcionar às suas crianças condições essenciais para o seu bem-estar, por outro lado, a abordagem singular ao rendimento das famílias, ignora outros fatores importantes que condicionam a vida das crianças e pressupõe realidades que nem sempre se verificam (Neubourg et al., 2012; Costa et al., 2008). Assim, tal como Minujin, Delamonica, Gonzalez, e Davidziuk (2005, p.12) referem “existem muitas razões pelas quais a abordagem monetária não é apropriada para medir a pobreza infantil” uma vez que:

i) Pressupõe que todos os agregados familiares são homogêneos;

i) Pressupõe que a distribuição dentro do agregado familiar é proporcional às necessidades de cada elemento, negligenciando que as crianças não possuem rendimentos próprios e estão totalmente dependentes das opções dos seus responsáveis no que se refere a essa mesma distribuição;

Negligencia que o bem-estar das crianças, nem sempre, depende de bens consumíveis, dependendo também, por exemplo, de amor, afeto e segurança;

ii) Negligencia que as crianças têm necessidades diferentes dos adultos, logo as consequências da pobreza serão igualmente diferentes;

iii) Negligencia o papel que o estado tem em muitos países, em proporcionar gratuitamente cuidados de saúde e educação. (Minujim et al., 2005, UNICEF, 2012; Feeny & Boyden, 2003; Gordon et al., 2000; Gordon et al., 2003).

Desta forma, as limitações da análise baseada no rendimento, bem como a posição específica das crianças face à pobreza, estimularam o desenvolvimento de novas abordagens que encaram a pobreza infantil como um fenómeno complexo e multidimensional. Neste sentido, a pobreza infantil deve ser definida e medida através de indicadores materiais e não materiais, que sejam capazes de traduzir as condições de vida das crianças, adotando-as como unidade de análise central de observação, ao invés das suas

famílias. (Bastos et al. 2004; Bastos, Fernandes, Passos, & Malho, 2008; EAPN & EUROCHILD, 2013; Minujim et al, 2005; Neubourg et al., 2012).

Esta mudança de paradigma na análise da pobreza infantil, além de representar uma melhoria significativa na forma como, até então, o fenômeno tem vindo a ser monitorizado, com vista ao seu combate, proporciona ainda, um conjunto de importantes informações, sobre a dura realidade que as crianças enfrentam no seu dia-a-dia, por estarem em situação de pobreza, e que não é representada nas suas definições formais (EAPN & EUROCHILD, 2013). Tal como Gordon et al. (2000) explicam, a medição direta dos padrões de vida de cada criança, não identifica simplesmente quantas crianças são pobres, mas também, o quanto a pobreza afeta as suas vidas.

Neste sentido, vários autores (Bastos, 1999; Gordon et al.,2000; Gordon et al., 2003; Neubourg et al., 2012) têm vindo a desenvolver novas abordagens multidimensionais de medição e conceptualização da pobreza infantil, através de índices de privação que têm por base indicadores percecionados como essenciais ao bem-estar infantil. Entre as novas abordagens ao conceito de pobreza infantil, destaca-se o trabalho de Bastos et al. (2008) onde o fenómeno é conceptualizado como um “estado de privação em domínios/ áreas essenciais ao bem-estar da criança” (p.10), os quais se passam a descrever seguidamente.

Os domínios do bem-estar das crianças

De acordo com Bradshaw, Hoelscher e Richardson (2007) e a Organização e Cooperação para o Desenvolvimento Económico [OCDE] (2009) o bem-estar infantil refere-se à qualidade de vida das crianças, garantida pela realização dos seus direitos estabelecidos na CDC. Porém, por mais simples que esta definição possa parecer, não existe, atualmente, um único método universalmente aceite para medir o bem-estar infantil, devido à variedade de perspetivas, dimensões e indicadores que existem sobre o conceito (Ben-Arieh & Frones, 2011). Assim, na tentativa de identificar os principais domínios utilizados para medir o bem-estar infantil, analisaram-se vários trabalhos, cujos autores são apresentados na tabela 2.1. de acordo com os domínios que abordaram.

Tabela 2.1- Domínios do Bem-Estar Infantil

Domínios do Bem-Estar Infantil	Referências
Situação Monetária/Material	Bradshaw et al. (2007) Bastos et al. (2004); Bastos et al. (2008) Comissão Europeia (2008); UNICEF (2013); OCDE (2009); Matorano, Natali, Neubourg, Bradshaw (2013); Neubourg et al. (2012)
Habitação	Bradshaw et al. (2007); Bastos (1999); Bastos et al 2004; Bastos et al. 2008; Comissão Europeia (2008); UNICEF (2013); OCDE (2009); Matorano, Natali, Neubourg, Bradshaw (2013); Neubourg et al. (2012)
Saúde	Bradshaw et al. (2007) Bastos et al 2004; Bastos et al. 2008; Comissão Europeia (2008); UNICEF (2013); OCDE (2009); Matorano, Natali, Neubourg, Bradshaw (2013); Neubourg et al. (2012)
Educação	Bradshaw et al. (2007);Bastos et al 2004; Bastos et al. 2008; Comissão Europeia (2008); UNICEF (2013); OCDE (2009); Matorano, Natali, Neubourg, Bradshaw (2013); Neubourg et al. (2012)
Lazer	McCabe & Johnson (2013); Gilbert& Abdullah (2002); Neubourg et al. (2012)
Relações sociais	Bradshaw et al. (2007); Neubourg et al. (2012)
Inclusão Social	Bradshaw et al. (2007); Bastos et al. 2004; Bastos et al. 2008; Comissão Europeia (2008)

Através da tabela 2.2 é possível verificar que apenas os domínios como a habitação, a saúde e a educação, reúnem o consenso geral, uma vez que, são utilizados em todos os trabalhos analisados. A falta de consenso nos outros domínios justifica-se por um lado pelo facto do conceito de bem-estar infantil ser bastante complexo, e por outro lado, pela diferença de objetivos dos estudos analisados. As organizações internacionais, como por exemplo a Comissão Europeia, OCDE e UNICEF, têm como principal objetivo a informação política, ou seja, interessa-lhes explorar principalmente, indicadores que possam produzir informação em domínios nos quais a intervenção política possa atuar diretamente, o que não é o caso, por exemplo, do domínio das relações sociais. Contudo, verifica-se que apesar da seleção dos domínios do bem-estar infantil, variar consoante os objetivos de cada estudo, existe um fator comum, presente em todas as investigações, trata-se da adoção, dos direitos das crianças acordados na CDC, para o desenvolvimento do quadro conceptual do bem-estar infantil e, conseqüentemente, para a escolha dos domínios e dos indicadores que compõem o conceito.

Posto isto, no presente estudo todos os domínios referidos na tabela 2.2 serão alvo de análise, no sentido de se compreender a importância de cada um na vida das crianças, e quais os efeitos negativos que a pobreza pode ter em todos eles. Salienta-se, ainda, que os efeitos negativos sentidos num determinado domínio do bem-estar podem ter consequências noutros domínios, agravando ainda mais as condições de vida das crianças carenciadas. Tal como o Comité Económico e Social Europeu alerta “algumas crianças enfrentam mais do que uma só desvantagem, e à medida que as desvantagens se acumulam podem, interagindo, reforçar-se mutuamente e aumentando a sensação de pobreza e exclusão social da criança [...]”(2011, p.36)

2.4.1. Situação monetária

A situação monetária da criança está diretamente relacionada com o rendimento dos seus responsáveis e ainda que este, não seja, um determinante exclusivo de aferição do bem-estar das crianças, não pode ser negligenciado, uma vez que reflete, a curto prazo, as condições materiais de vida da criança, e a médio prazo, as suas perspetivas de vida (Bradshaw et al.2007; Bastos et al. 2008).

Se por um lado, ter um rendimento acima do estipulado como mínimo para obter todos os recursos necessários para viver, não significa, que a sua aplicação seja a mais adequada às necessidades das crianças, por outro lado, não deixa de ser verdade que, ter um rendimento inferior a esse mínimo, é um fator determinante para a não satisfação das necessidades das crianças, e por esse motivo, a situação monetária, deve constituir um dos vários domínios do bem-estar da criança (Bastos, 2004).

Neste sentido, são vários os fatores que podem influenciar a privação da obtenção de uma situação monetária, desejável, para o bem-estar do agregado familiar e consequentemente da criança. Entre os mais destacados na literatura e confirmados estatisticamente, estão, a estrutura e a dimensão do agregado, a situação dos responsáveis, pela criança, perante o mercado de trabalho, o seu nível de educação, bem como, a sua principal fonte de rendimento (Bastos, 2008; Vilaplana, 2013).

2.4.2. Habitação

A habitação condigna é uma necessidade humana básica, porém, a falta de recursos das famílias, leva a que estas tenham de recorrer, muitas vezes, a tipos de alojamento que por serem mais acessíveis, são também caracterizados pelas más condições que proporcionam, quer a nível interior, quer exterior, condicionando determinantemente a vida das crianças em todas as dimensões do seu bem-estar (Bastos, et al., 2008; Evans, Saltzman, Heidi, & Cooperman, 2001; EAPN & EUROCHILD, 2013).

A nível interior o bem-estar habitacional depende de vários fatores, como por exemplo, da existência de um número de divisões adequado ao tamanho do agregado familiar, assim como do espaço disponível e conforto existente nessas divisões. O conforto pode ser garantido pelo sossego (isolamento sonoro); por uma adequada iluminação natural e artificial; por uma temperatura adequada; pela ausência de humidade e infiltrações; pela facilidade de limpeza, bem como, pela qualidade dos materiais e eletrodomésticos, entre outros aspetos (Direção-Geral da Saúde [DGS], 2008; Coelho & Pedro, 1998).

Contudo, o bem-estar habitacional, não depende apenas do espaço interior da residência, sendo a sua envolvente também fundamental, para a qualidade de vida das crianças. De acordo com a DGS (2008), os aspetos mais referidos na literatura como importantes, para a qualidade da envolvente habitacional, são: a acessibilidade; os laços de vizinhança; a segurança; as condições ambientais e a presença de espaços/equipamentos.

A acessibilidade depende da eficácia do acesso, por exemplo, aos meios de transportes, escolas, hospitais, centros de saúde, equipamentos locais e de apoio corrente, etc. **Os laços de vizinhança** estabelecem-se com base na solidariedade entre vizinhos, e traduzem-se, por exemplo, na ajuda das tarefas domésticas, em tomar conta dos filhos, no empréstimo de dinheiro, no fornecimento de alimentos ou refeições, etc. **A segurança** depende de fatores, como por exemplo, existência de obstáculos à velocidade de veículos, passagens de peões devidamente assinaladas e com boa visibilidade, proteções e separações relativamente ao tráfego automóvel rápido, bem como, da ausência de criminalidade e violência na vizinhança.

As condições ambientais dependem da presença de elementos naturais (jardins, árvores, etc.); bem como, da ausência de poluição (zonas próximas de fabricas, aterros sanitários, de trânsito intenso)

- i) A existência **de espaços e equipamentos exteriores** seguros e agradáveis podem proporcionar às crianças momentos de lazer, desporto, brincadeira e de convívio social (quer com outras crianças, quer com adultos), contribuindo para a criação de laços de amizade, bem como, para a produção de uma identidade e construção de capital social (Coelho & Pedro, 1998; Coelho & Cabrita, 1999; DGS, 2008; Evans, 2001).

As privações sentidas no domínio habitacional (quer interiores ou exteriores) produzem efeitos negativos em todos os domínios do bem-estar da criança. Contudo, é na saúde e na educação que as suas consequências podem ser mais visíveis e agravadas a médio e longo prazo (Shelter, 2006; Evans, 2006), como se poderá verificar nas secções seguintes.

2.4.3. Saúde

A importância da saúde, enquanto fator que afeta diretamente o bem-estar físico e mental das crianças, é indiscutível, e por isso, a sua análise é indispensável.

A World Health Organization [WHO] (2012) reconhece que os problemas de saúde não podem ser explicados, simplesmente através dos genes. Os problemas de saúde derivam de várias circunstâncias em que as crianças vivem. Constata-se, aliás, que as famílias em situação de pobreza veem reduzidas as suas capacidades em adotar comportamentos saudáveis (cuidados de higiene; alimentação adequada; prática de exercício físico, acesso aos cuidados de saúde, etc.), que possam evitar o constrangimento da saúde mental e física das suas crianças. Neste sentido, as crianças em situação de pobreza correm mais riscos de apresentar, os seguintes problemas de saúde: doenças respiratórias, meningite, peso e índice de massa corporal desadequado à idade da criança, anemia, diabetes, problemas dentários, dificuldades de visão, distúrbios comportamentais (como agressividade, hiperatividade e impulsividade), depressão, *stress*, psicoses, entre outros, associados à falta de comportamentos saudáveis e às adversas condições de habitação em que vivem (DGS, 2008; Evans et al., 2001; Evans, 2006; Shelter, 2006; Spencer, 2000; Spencer, 2008).

Contudo as consequências da pobreza neste domínio, não constroem apenas a saúde física e mental da criança, uma vez que, esse constrangimento vai também, por sua vez, produzir os seus próprios efeitos noutros domínios do bem-estar infantil, como a educação, os relacionamentos sociais das crianças e a inclusão social. Tal como, WHO (2012), explica, as crianças mais expostas de problemas de saúde, tendem a reduzir, a sua capacidade de atingir uma saúde plena no futuro, bem como, as suas oportunidades educacionais e aumentar as probabilidades de isolamento.

2.4.4. Educação

Tal como se verificou, no ponto 2.1, a escola, a par, da cumplicidade sentimental das famílias, foram os fatores que mais contribuíram para o afastamento das crianças do universo dos adultos (Airés, 1973; Sarmiento et al.,2006). Atualmente a escola assume um papel fundamental no bem-estar das crianças, pois se a família é o primeiro ambiente que coopera para o seu processo de desenvolvimento, a escola é seguramente o segundo ambiente (Matorano et al., 2013).

De acordo com Fernandes (2009), o papel da escola é fundamental no desenvolvimento e bem-estar das pessoas, organizações e sociedades, uma vez que é através dela que as crianças e jovens adquirem conhecimentos e competências que não seria possível adquirirem noutros contextos. Para além disso, a educação, representa muito mais do que a simples aquisição de conhecimentos académicos, uma vez que a sua privação, leva a que muitos dos direitos humanos individuais sejam inalcançáveis (Tomasevski, 2006). Adicionalmente, para muitas crianças e jovens, a escola, constitui uma oportunidade única para romper com situações económicas e sociais adversas (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 2013; EAPN & EUROCHILD, 2013). A educação habilita crianças e jovens, em particular, aumentando as suas oportunidades de ter uma vida saudável, participar plenamente na sociedade e de conseguir emprego no futuro (UNESCO,2013).

Contudo, está devidamente comprovado e documentado, o fato da pobreza afetar o desenvolvimento da criança em geral e a sua aptidão escolar, em particular (Engle & Black, 2008; Ferguson, Bovaird & Mueller, 2007). Isto acontece, não apenas, pelas dificuldades que as famílias sentem em investir monetariamente, em elementos de

incentivo e de apoio ao estudo (livros, computadores, material escolar, atividades extracurriculares, visitas de estudo, etc.), mas também, devido à sua incapacidade em proporcionar um ambiente responsável e estimulante relativamente à educação das suas crianças (Engle & Black, 2008; Berg, 2008), provocada por fatores como, o desemprego, baixos níveis de escolarização dos pais, bem como, a falta de tempo para passar com os filhos (Queiroz & Gros, 2002). Estes fatores, aliados à falta de condições habitacionais (iluminação e sossego para realizar os trabalhos de casa ou estudar) e de saúde, podem contribuir para a desmotivação das crianças face à escola e conseqüentemente para o seu insucesso e abandono escolar (EAPN & EUROCHILD, 2013; Shelter, 2006; Berg, 2008).

2.4.5. Lazer

Segundo Dumazedier (1972), lazer pode assumir diferentes funções na vida dos indivíduos, entre as quais:

- i) **função de descanso** (carácter restaurador do cansaço físico e mental, causado pelas pressões resultantes das obrigações a que os indivíduos estão sujeitos no dia-a-dia);
- ii) **função de divertimento** (permite ao individuo a sua libertação da monotonia e do *stress* que derivam do seu quotidiano, através da prática de atividades lúdicas e recreativas) e;
- iii) **função de desenvolvimento** (visa a aprendizagem do individuo e o seu bem-estar social).

Estas funções, para além de caracterizarem o lazer, permitem ainda, entender qual a sua relevância, na vida dos indivíduos, que para Freire (2001) se verifica, quer a nível **peçoal** (permite a interiorização de sentimentos de liberdade, satisfação, gratificação e de bem-estar, além de contribuir para estimulação autoestima), quer a nível **social** (facilitador da socialização e da integração social, bem como, suporte social e de construção de estilos de vida).

Tais capacidades do lazer revelam-se ainda mais importantes, quando nos referimos especificamente às crianças, não apenas, porque na infância a par do que acontece na 3ª idade, os indivíduos possuem mais tempo livre (que necessita ser ocupado),

comparativamente a outras fases da vida, mas também, porque determinadas aptidões **personais e sociais**, quando não adquiridas na infância, dificilmente serão desenvolvidas em outra fase da vida (Pereira & Neto, 1999).

Na infância, o lazer está associado sobretudo às atividades recreativas, lúdicas e de jogo. Estas atividades proporcionam às crianças, o desenvolvimento da sua criatividade, imaginação, autoestima, bem como, força e habilidades sociais, cognitivas, emocionais e físicas, de uma forma que, noutros contextos do dia-dia, não seria possível obter (Freire, 2001; Organização das Nações Unidas, 2013).

A investigação desenvolvida acerca da infância e das atividades lúdicas e de jogo, comprova ainda que, estas atividades facilitam a capacidade das crianças em: i) negociar; ii) resolver conflitos; iii) tomar decisões e iv) recuperar o equilíbrio emocional, uma vez que através delas, as crianças, aprendem com a prática, exploram tudo o que as rodeia, assim como, constroem a sua posição social no mundo (Organização das Nações Unidas, 2013; Pedro, 2005).

Para além de tudo o que já foi referido, as atividades lúdicas e de jogo, constituem também uma forma de participação na vida social e um valor intrínseco da criança, em termos de diversão e de prazer (Organização das Nações Unidas, 2013; Pedro, 2005).

2.4.6. Relações sociais das crianças

Embora existam outros contextos que contribuem para o desenvolvimento das crianças, as famílias e os amigos, são normalmente os contextos mais imediatos em que ocorre esse desenvolvimento, e por isso, as suas relações assumem grande importância no estudo sobre o bem-estar das crianças (Schaffer, 1996).

i) As relações familiares

De acordo com Attree (2004), em todos os estudos por si analisados, sobre crianças desfavorecidas, as relações familiares, são classificadas como um recurso fundamental nas suas vidas. A importância da família é denotada desde o início de vida da criança, uma vez que, em casos normais, depende dela, a satisfação de necessidades básicas como a alimentação, o abrigo, o vestuário, etc., além da transmissão de valores culturais e

educacionais, que ajudam a criança na sua adaptação às necessidades e oportunidades da sociedade (Engle & Black, 2008).

As relações familiares são também consideradas como um importante suporte emocional para as crianças, porém, para as crianças que vivem em contextos socioeconômicos desfavorecidos, os benefícios proporcionados por essas relações, podem ser comprometidos, por constrangimentos associados à pobreza (Attree, 2004). A tensão sentida pelos pais que têm dificuldades financeiras reduz a qualidade dos cuidados, tanto psicológicos como físicos, prestados aos seus filhos, bem como, dificulta “a tarefa de promover um relacionamento forte e de apoio à criança” (Schaffer, 1996, p.400).

Vários estudos (como por exemplo de Willow, 2002; McLeod & Shanahan, 1996 citados por Attree, 2004 e Huston, 1991; Mcloyd, 1990; Sampson e Lamb, 1994 citados por Schaffer, 1996) apontam características comuns nas relações entre progenitores e crianças, quando a família está em situação de pobreza, entre as quais se destacam:

- **Disciplina rígida**- ambiente familiar hostil e conflituoso entre membros, onde a educação proporcionada pelos pais é baseada na punição, na ameaça e na coerção física;
- **Supervisão inadequada** - a função protetora dos pais é colocada em causa, devido ao tempo que estes perdem, em torno dos seus próprios problemas, restando pouco tempo e energia para dedicar às crianças, refletindo-se na supervisão das crianças, que se revela inconsistente e descuidada, contribuindo para que as crianças fiquem mais expostas aos riscos exteriores da habitação e às influências das más companhias;
- **Fracas Vinculações** - os problemas associados à capacidade de proporcionar às crianças a satisfação das suas necessidades básicas como alimentação, saúde, habitação, educação, podem deixar os pais menos sensíveis e atentos aos filhos, o que condiciona a constituição de laços emocionais e afetivos entre pais-filhos.

Todos os fatores enunciados caracterizam as relações entre pais e filhos, pertencentes a famílias carenciadas, estão associados à vulnerabilidade das crianças aos problemas de saúde mental (ansiedade, *stress*, comportamentos agressivos). Contudo, é necessário salientar que, nem todas as crianças criadas nestas condições demonstram problemas a

nível do seu desenvolvimento (Percy, 2003), assim como, nem todos os pais assumem o mesmo comportamento perante a situação de pobreza, existindo casos em que estes são capazes de proporcionar um ambiente saudável aos seus filhos e de apoiá-los emocionalmente (Schaffer, 1996).

ii) As relações de Amizade

No que diz respeito aos relacionamentos de amizade da criança, estes podem desempenhar um papel fundamental no seu bem-estar psicológico, cognitivo e social (Asher & Paquette, 2003; Attree, 2004; Schaffer, 1996). Embora para as crianças, a importância mais imediata, atribuída às suas relações de amizade, possa ser o fato de lhes proporcionar companhia e divertimento, este tipo de relacionamento preenche um conjunto de outras funções fundamentais para o seu desenvolvimento (Schaffer, 1996).

De acordo com Schaffer (1996) e Hartup (1996) estas relações proporcionam às crianças a oportunidade de adquirir e desenvolver aptidões sociais básicas, como a comunicação, a cooperação e a competição, bem como, contribuem para o seu autoconhecimento e o conhecimento dos outros indivíduos e do mundo. Segundo Percy (2003) a amizade na infância, assume ainda maior importância, para as crianças em situação de pobreza, por constituírem um forte suporte emocional, em que os amigos são vistos como os melhores confidentes (a quem as crianças podem confiar os segredos mais íntimos) e também como, aqueles que estarão sempre presentes nas alturas mais difíceis, para poder ajudar. Contudo, segundo Attree (2004) a capacidade de fazer amizades também é afetada pela situação de pobreza em que as crianças se encontram. Para isso contribuem fatores, como por exemplo, as más condições de habitação (pouco espaço dentro de casa para brincar com outras crianças e a falta de equipamentos e de espaços exteriores para o convívio e para a prática de desportos e brincadeiras por parte das crianças) e a incapacidade da família em proporcionar à criança a participação em atividades escolares e extracurriculares, entre outros.

A privação deste tipo de relações pode comprometer o desenvolvimento de características necessárias para a manutenção de vínculos sociais, cooperando com sentimentos de solidão e de fraca autoestima, que tornam as crianças mais propensas a problemas de saúde (*stress* emocional e depressões) e afetam todas as outras interações ao longo da sua vida (Schaffer, 1996).

2.4.7. Inclusão social

De acordo com Sarmiento et al. (2006) a inserção social das crianças implica que estas sejam agentes participativos na sociedade. Para que isso aconteça os seus direitos, mais do

que formalmente reconhecidos, devem ser exercidos através de uma plena participação em todas as esferas da vida social. Da mesma forma, Costa et al. (2008) consideram que cada esfera social é fundamental para que os indivíduos se considerem e efetivamente estejam incluídos na sociedade a que pertencem.

As esferas da vida social (sociedade) são, desejavelmente, todas aquelas que representem a existência humana (Costa, 2008). Desta forma, ao considerarmos que os domínios analisados anteriormente representam o bem-estar da criança, ou seja, tudo o que ela necessita para crescer e se desenvolver, estamos também a considerar que esses domínios representam a sua existência humana. Nesse sentido, quando a criança está em situação de privação face a qualquer um dos domínios (situação monetária; habitação; saúde; educação; relações sociais das crianças), pode dizer-se que, para além de se encontrar em situação de pobreza, a sua participação nas esferas da vida social está efetivamente estrangida, e por isso, a criança está socialmente excluída. A exclusão social surge então, com a incapacidade (neste caso) da criança, em aceder às várias esferas sociais, resultando na sua não participação num conjunto de benefícios, que a definem como um membro da sociedade a quem os seus direitos são de fato atribuídos (Costa et al., 2008; Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes, & Januário, 1999). Isto porque segundo Capucha (2010), estar em situação de exclusão social, não significa, não ser um membro da sociedade, mas antes, ser um membro da sociedade a quem os seus direitos foram retirados.

É ainda possível verificar, na análise realizada por Capucha (2010), uma coexistência entre as consequências da pobreza (analisadas anteriormente) e os efeitos da exclusão social, uma vez que para o autor, estar em situação de exclusão social significa: i) não possuir o rendimento necessário para manter uma vida digna; ii) viver em insegurança; não encontrar na família apoios e suportes de vida estáveis (material, relacional e emocional); iii) não possuir habilitações adequadas às exigências da sociedade; iv) ser mais vulnerável às doenças e não beneficiar de cuidados de saúde; v) viver em habitações com condições precárias e localizadas em locais inseguros e com poucas acessibilidades; vi) não beneficiar quotidianamente de relações afetivas com estabilidade emocional; vii) possuir uma imagem desvalorizada de si próprio e viii) não ter capacidade para participar em atividades cívicas, políticas, associativas, culturais e recreativas ou de lazer.

Verifica-se, então, que tal como a pobreza, a exclusão social representa a negação dos direitos da criança, e a condenação das suas oportunidades futuras, e por esse motivo, constitui igualmente um obstáculo ao seu bem-estar. Esta coexistência, entre situações de pobreza e de exclusão social, simultaneamente com o fato dos fenómenos se reforçarem mutuamente, origina a confusão teórica entre os conceitos, e por vezes, a indevida utilização, de um, em substituição do outro (Rodrigues et al., 1999; Costa et al., 2008). Contudo os conceitos, não só, não são sinónimos, como apresentam diferenças sobretudo a nível da sua origem. Enquanto todas as crianças pobres possam ser consideradas, também, em situação de exclusão social (privação de participação nas esferas da vida social), nem todas as crianças excluídas são pobres. A pobreza é apenas um fator, entre vários fatores que originam a exclusão social e não a sua única causa. Fatores, como por exemplo, de natureza legal (imigrantes ilegais), cultural (racismo, xenofobia) e patológica (deficiência, doença psiquiátrica, alcoolismo, toxicodependência) concorrem com a pobreza, enquanto fenómenos que originam a exclusão social (Costa et al., 2008).

2.5. A pobreza e a exclusão social na infância em Portugal

De acordo com a análise realizada anteriormente foi possível entender de que forma a pobreza e a exclusão social podem atuar privando as crianças do seu bem-estar. Neste ponto pretende-se avaliar a situação das crianças, em Portugal, recorrendo à informação estatística disponível para o efeito. Não podendo ignorar o contexto específico de Portugal no mundo, ou seja como um país membro da UE, torna-se imperativo a utilização de indicadores a esse nível. Neste sentido, será necessário recorrer às Estatísticas da União Europeia sobre o Rendimento e Condições de vida na Europa (EU-SILC), produzidas pelo EUROSTAT, que têm por base duas abordagens possíveis à pobreza infantil (monetária e de privação).

Na perspetiva monetária, a criança é entendida como pobre, quando pertencente a um agregado familiar, com um rendimento por adulto equivalente inferior ao limiar de pobreza, enquanto, segundo a abordagem de privação, a criança é considerada em situação de pobreza, caso viva em condições, abaixo de uma norma estabelecida, como mínima, através de um conjunto de indicadores relacionados com as várias dimensões do bem-estar da criança.

2.5.1. Pobreza monetária

Do ponto de vista monetário, é possível analisar a pobreza infantil, através da **Taxa de Risco de Pobreza**², que tem como unidade de medida o agregado familiar, mas que possibilita, através dos dados disponíveis para as diferentes idades, observar a situação monetária específica das crianças (definidas como indivíduos menores de 18 anos).

Analisando a evolução da taxa de risco de pobreza, em Portugal, através da tabela 2.2, é possível verificar que, desde 2008, altura em que esta taxa aumentou significativamente para as crianças, estas têm vindo a representar o grupo etário mais vulnerável, ultrapassando o grupo indivíduos com mais de 65 anos que, até então, mantinha a taxa mais elevada. Verifica-se ainda, que comparativamente à média dos 27 países da UE, as crianças portuguesas, apresentam ao longo dos vários anos analisados, uma taxa superior de risco de pobreza, o que demonstra a vulnerabilidade da infância em Portugal.

Tabela 2.2 - População em risco de pobreza: total e por grupo etário (%) em Portugal e nos 27 países da EU

Anos	Grupo etário							
	Total		0 - 17		18 - 64		65+	
	PT	UE 27	PT	UE 27	PT	UE 27	PT	UE 27
2005	19,4	16,4	23,7	20,0	15,9	14,7	27,6	18,8
2006	18,5	16,5	20,8	20,0	15,7	14,8	26,1	18,9
2007	18,1	16,5	20,9	19,7	15,2	15,1	25,5	18,2
2008	18,5	16,5	22,8	20,4	16,3	14,7	22,3	18,9
2009	17,9	16,4	22,9	20,1	15,8	14,8	20,1	17,8
2010	17,9	16,4	22,4	20,8	15,7	15,3	21,0	15,7
2011	18,0	16,9	22,4	20,8	16,2	16,0	20,0	15,8
2012	17,9	16,9	21,7	20,8	16,9	16,5	17,4	14,4

Fonte: EUROSTAT - EU-SILC (2014)

2.5.2. Privação

Em termos de privação, propõe-se neste ponto, uma análise com base em duas medidas, nomeadamente a **Taxa de Privação Material** e o **Índice de Privação Infantil**.

A taxa de privação material é composta por 9 indicadores, que apesar de não refletirem necessidades específicas das crianças, permitem contextualizar as suas condições de vida e

² **Taxa de Risco de Pobreza:** proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente (EUROSTAT, 2014b)

analisar a sua evolução ao longo de vários anos. Segundo este conceito, as crianças (definidas como indivíduos menores de 18 anos), estão em situação de privação material quando residem em agregados familiares em que se verifica a não existência de pelo menos três dos indicadores apresentados na tabela 2.3.

Tabela 2.3 - Itens da Taxa de Privação Material

Capacidade para assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza
Capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado
Capacidade para pagar sem atraso as rendas, as prestações de crédito e as despesas correntes da residência principal, e outras despesas não relacionadas com a residência principal
Capacidade para fazer uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de dois em dois dias
Capacidade para manter a casa adequadamente aquecida
Disponibilidade de máquina de lavar roupa
Disponibilidade de televisão a cores
Disponibilidade de telefone fixo, ou pelo menos um membro com telemóvel
Disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto)

Fonte: EUROSTAT (2014c)

De acordo com os dados apresentados na tabela 2.4, é possível verificar que, em 2012, 24,4% das crianças em Portugal, viviam num agregado familiar em situação de privação material, cerca de mais 3,2 pontos percentuais face ao grupo etário dos indivíduos entre os 18 e 64 anos e mais 2,7 pontos percentuais face ao grupo etário dos indivíduos com mais de 65 anos. Comparativamente às restantes crianças da UE, as crianças em Portugal mantêm ao longo dos vários anos, representados na tabela 2.4 (com exceção do ano de 2006), uma taxa de privação material sempre superior.

Tabela 2.4- População em privação material: total e por grupo etário (%) em Portugal e nos 27 países da EU

Anos	Grupo etário							
	Total		0 - 17		18 – 64		65+	
	PT	UE 27	PT	UE 27	PT	UE 27	PT	UE 27
2005	21,2	20,0	23,1	22,4	17,7	19,6	21,3	18,4
2006	19,9	19,2	20,2	21,9	17,3	18,9	29,6	17,1
2007	22,4	18,0	23,9	20,2	20,6	17,8	27,5	16,4
2008	23,0	17,5	24,8	20,1	21,1	17,2	27,8	15,4
2009	21,5	17,3	25,2	20,0	19,6	17,3	24,6	14,3
2010	22,5	17,7	27,5	20,8	20,5	17,7	24,4	14,1
2011	20,9	18,4	25,2	21,0	19,5	18,5	21,3	15,2
2012	21,8	19,6	24,4	22,7	21,2	19,7	21,7	15,8

Fonte: EUROSTAT - EU-SILC (2014)

Por sua vez, o Índice de Privação Infantil³ inclui 13 indicadores referentes a bens, serviços e oportunidades, entendidas como essenciais para as crianças crescerem e se desenvolverem, atualmente, num país europeu. Segundo este índice consideram-se em privação as crianças que tiverem a falta de pelo menos 2 dos 13 indicadores apresentados na tabela 2.5.

Tabela 2.5- Itens do Índice de Privação Infantil

Três refeições diárias
Dois pares de sapatos apropriados
Pelo menos uma refeição diária de carne, frango ou peixe
Frutas e legumes frescos todos os dias
Equipamentos de lazer exteriores (bicicleta, patins, etc.)
Jogos interiores (jogos de computadores)
Roupas novas (em primeira mão)
Oportunidade para celebrar ocasiões especiais
Livros adequados à idade e ao nível de conhecimento da criança
Dinheiro para participar em atividades e viagens escolares
Oportunidades para convidar amigos para brincar e comer na sua casa
Atividades regulares de lazer (natação, tocar um instrumento)
Oportunidade de passar uma semana de férias, por ano, fora de casa

Fonte: UNICEF (2012)

³ Índice desenvolvido por Neubourg et al. (2012) e utilizado pela UNICEF, no *Report Card 10*, para medir a pobreza infantil nos países desenvolvidos.

Com base no Índice de Privação Infantil a UNICEF (2012) estimava que em 2009, 27,4% das crianças portuguesas estivessem em situação de privação infantil, mais 12,4% face à média dos países europeus.

Através da figura 2.1, é ainda possível observar, a percentagem de crianças em situação de privação material no que diz respeito a cada um dos 13 indicadores. Verifica-se então que indicadores como a “oportunidade de passar uma semana de férias, por ano, for de casa”, as “atividades regulares de lazer”, bem como, a “oportunidade para convidar amigos para brincar e comer na sua casa”, se destacam por apresentarem a maior taxa de privação, quer pelas dificuldades financeiras dos pais, quer por outros motivos.

Figura 2.1– Indicadores de Privação Infantil em Portugal (2009)



Fonte: EUROSTAT - EU-SILC (2014)

2.6. Conclusão

Os indicadores de pobreza, privação e exclusão social, analisados anteriormente, traçam uma evolução desfavorável sobre a infância em Portugal, quer comparativamente a outros grupos etários, quer às crianças dos restantes membros da União Europeia. Tal como Tomás et al. referem, “numa sociedade profundamente desigual as crianças apresentam, regra geral, indicadores de pobreza e exclusão social superiores à restante população” (2011, p.193). Assim, os indicadores de pobreza infantil são um retrato da estruturação da sociedade portuguesa e da forma como esta protege os direitos dos membros mais

vulneráveis. Tal como se referiu no ponto 2.1., a infância, para muitas crianças, está longe de ser o “lugar” que a CDC lhe pretendeu atribuir, e Portugal é um bom exemplo disso.

No que diz respeito à utilização das duas medidas de pobreza, é ainda possível constatar que, a opção metodológica que mede a pobreza exclusivamente através do rendimento (Taxa de Risco de Pobreza), apresenta resultados consideravelmente diferentes, comparativamente à opção metodológica que encara a pobreza como um estado de privação de necessidades essenciais ao bem-estar da criança (Índice de Privação Infantil). Para o mesmo ano (2009), a percentagem de crianças em risco de pobreza em Portugal era de 22,9%, menos 4,5%, da percentagem referente às consideradas em privação (27,4%), demonstrando assim a subestimação que a abordagem monetária faz da verdadeira situação das crianças face à pobreza.

Neste sentido, a pobreza e a exclusão social na infância são fenómenos que se impõem pelas suas dimensões e consequências, que vão muito para além da privação do rendimento, constringendo o quotidiano das crianças e limitando as suas oportunidades de vida, e por esse motivo as abordagens multidimensionais são cada vez mais imperativas.

Contudo, a importância da introdução de medidas multidimensionais de pobreza infantil, não se resume apenas à quantificação das crianças afetadas, mas também, à necessidade de conhecer as suas carências. Como foi possível analisar, pelos dados do módulo especial das EU-SILC referente a 2009, é nas necessidades referentes ao lazer (oportunidade de passar uma semana de férias, por ano, for de casa; as atividades regulares de lazer; a oportunidade para convidar amigos para brincar e comer na sua casa; espaço ao ar livre no bairro para brincar com segurança) que as crianças portuguesas apresentam maiores taxas de privação.

Embora o lazer possa não ser uma necessidade percebida como imediata, e por isso, o seu nível de privação, seja muito superior, face às necessidades de alimentação, cada vez existem mais investigações que alertam para a sua importância e para as consequências da sua inibição. Inclusive a “oportunidade de passar uma semana de férias, por ano, for de casa” (necessidade com maior percentagem de privação), tem sido cada vez mais encarada como essencial para os indivíduos em geral e para os membros mais desfavorecidos da sociedade em particular, como e abordará no próximo capítulo.

Capítulo III – O turismo na vida das crianças carenciadas

3.1. Introdução

Este capítulo tem como principal objetivo identificar potenciais benefícios da prática turística para crianças economicamente carenciadas, contribuindo para a compreensão da importância do acesso ao turismo como forma de combate à pobreza e exclusão social. Para alcançar esse objetivo no ponto 3.1 será abordada a importância do turismo e os constrangimentos à sua prática. No ponto 3.2 apresenta-se o conceito de Turismo Social, alguns Programas direcionados para crianças carenciadas em Portugal e os benefícios da participação em Programas de Turismo social. Por último, no ponto 3.3 exploram-se as especificidades das crianças enquanto turistas.

3.2. A Importância do turismo e os constrangimentos à sua prática

O facto das medidas/indicadores “Privação Material” e “Índice de Privação Infantil” utilizarem como um dos seus indicadores a “oportunidade de passar uma semana de férias, por ano, fora de casa”, comprova que o turismo é encarado atualmente, nos países da União Europeia, como uma prática essencial ao bem-estar dos indivíduos. Contribuíram para esta perspetiva as declarações estabelecidas a nível mundial que conferem ao turismo um carácter de direito social, bem como, os diversos estudos desenvolvidos sobre a prática turística que indicam que a oportunidade de passar férias fora de casa, pode trazer benefícios a vários níveis para os indivíduos e conseqüentemente para as sociedades em geral (como por exemplo: Dolnicar, Lazarevsk, & Yanamandram, 2012; Gilbert & Abdullah, 2004; Moscardo, 2009; Richards, 1999; Smith & Huges, 1999).

No que diz respeito às declarações estabelecidas a nível mundial, que conferem ao turismo um carácter de direito social, destacam-se:

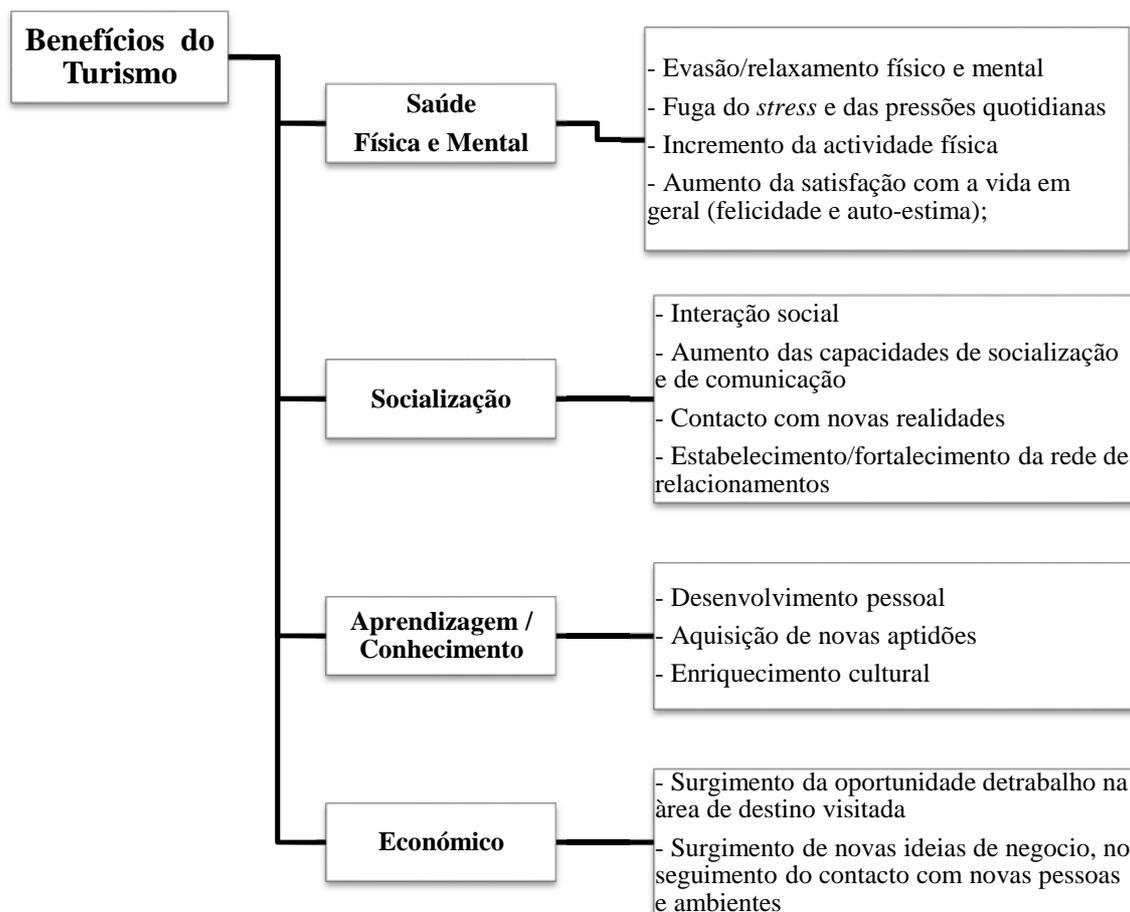
- i) **A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (1948)**, que institui o direito básico de viajar, descansar, ao lazer e às férias pagas;
- ii) **A declaração de Manila da Organização Mundial do Turismo [OTM] (1980)**, que considerou o turismo como uma atividade essencial ao

desenvolvimento social e económico das nações, que só é possível através do acesso dos indivíduos a umas férias criativas e à liberdade de viajar; e

- iii) **O Código Mundial de Ética no turismo da OMT (1985)**, que institui no Artigo 7 o “Direito ao Turismo”, cuja sua alínea 1 refere: “A possibilidade de aceder, direta e pessoalmente, à descoberta das riquezas do planeta constitui um direito aberto a todos os habitantes do mundo [...] que não deve ser obstaculizado”.

No que se refere aos benefícios identificados nos vários estudos desenvolvidos sobre a prática turística, estes podem ser agrupados de acordo com quatro domínios do bem-estar dos indivíduos, nomeadamente, a saúde, a socialização, o conhecimento/aprendizagem e a situação económica (tabela 3.1).

Tabela 3.1– Os benefícios do turismo segundo os domínios do bem-estar correspondentes



Fonte: Elaborado com base em Lima, Eusébio e Varum (2012)

No domínio da saúde encontram-se benefícios relacionados, sobretudo, com a oportunidade de mudança que as férias proporcionam aos indivíduos face às suas rotinas e compromissos diários. Assim, a evasão e o relaxamento físico e mental; a fuga ao *stress* e às pressões quotidianas; o incremento da atividade física e o aumento dos sentimentos de satisfação para com a vida fazem parte dos benefícios identificados para o domínio da saúde (Dolnicar et al., 2012; Gilbert e Abdullah,2004; McCabe e Johnson,2013; Moscardo,2009; Quinn, et al.,2008; Richards,1999; Smith e Hughes,1999). Para o domínio da socialização foram identificados benefícios associados à interação social que as férias possibilitam, seja com o grupo em que os indivíduos viajam ou com as populações locais do destino para o qual viajam, isso permiti-lhes o aumento das capacidades de socialização e de comunicação, o contacto com novas realidades e o estabelecimento/fortalecimento da rede de relacionamentos (Alexander et al., 2010; Minnaert et al., 2010; Moscardo, 2009; Quinn, et al. 2008). No que diz respeito ao domínio da aprendizagem/conhecimento verificam-se benefícios como a aquisição de novas aptidões, enriquecimento cultural, que por sua vez, também permitem o desenvolvimento pessoal dos indivíduos (Alexander et al., 2010; Moscardo, 2009; Quinn, et al., 2008). Por último, o domínio económico refere-se às oportunidades que o contacto com novos ambientes e pessoas pode proporcionar, como por exemplo oportunidades de trabalho no destino e novas ideias de negócio (Moscardo, 2009).

No entanto, apesar de ser considerado como um direito social e de serem inúmeros os benefícios reconhecidos para os indivíduos que o praticam, alguns estudos demonstram também a existência de vários constrangimentos no acesso ao turismo, que podem por em causa a sua prática por parte dos grupos mais vulneráveis da sociedade (como por exemplo, Haukeland, 1990; Davidson, 1996; Richards, 1998). Entre os vários constrangimentos referidos na literatura, o baixo rendimento, é considerado por alguns autores (Hall & Brown, 2006; Haukeland, 1990; Hughes, 1991; Shaw & Coles, 2004; Yau, Mckercher, & Packer, 2004), como o principal inibidor à realização de viagens turísticas. Isto significa que são as pessoas que mais necessitam de aceder aos benefícios do turismo, ou seja, as que se encontram em situação de pobreza e que por isso vêm-se privadas em vários domínios do seu bem-estar, as que mais excluídas são dessa oportunidade (Hughes, 1991). Precisamente com o objetivo de ultrapassar esse constrangimento e dar aos grupos mais desfavorecidos da sociedade a oportunidade de aceder aos benefícios da prática turística, várias iniciativas que incluem o turismo em políticas sociais tiveram lugar na

Europa no início do século XX, dando origem ao que atualmente se denomina por Turismo Social.

3.3. O Turismo Social

O Turismo Social, é o resultado do trabalho “organizado nalguns países por associações, cooperativas e sindicatos e tem por finalidade tornar as viagens acessíveis ao maior número possível de pessoas e, especialmente, às camadas mais desfavorecidas da população” (Comissão Europeia, 1993 citada por European Economic and Social Committee [EESC] 2006).

Embora não exista informação concreta, sobre onde e quando, surgiram os primeiros programas de Turismo Social, sabe-se porém, que este tipo de oferta turística adquiriu a sua configuração mais formal, com a fundação, em 1963, da Organização Internacional do Turismo Social (OITS), que estabeleceu os seguintes critérios de valor para o Turismo Social:

- i) O direito da maioria dos cidadãos a desfrutar do turismo;
- ii) O contributo do Turismo Social para a socialização;
- iii) A criação no território de estruturas de turismo sustentável;
- iv) O contributo para o emprego e desenvolvimento económico;
- v) O contributo do Turismo Social para o desenvolvimento mundial (EESC, 2006).

Com isto, a OITS, pretendeu atribuir uma responsabilidade, às entidades gestoras e organizadoras de programas de Turismo Social, que não se limita apenas, à redução dos preços por forma a tornar o turismo mais acessível, devendo essas entidades cumprir e respeitar também, os ideais definidores do turismo, como por exemplo: i) a promoção do contacto com diferentes realidades culturais; ii) o desenvolvimento económico, social e ambiental, sustentável dos destinos turísticos iii) a diminuição da sazonalidade, garantindo a qualidade e estabilidade de emprego; iv) a valorização do património histórico-cultural e v) a promoção da paz, da igualdade e da justiça a nível mundial (EESC, 2006). Contudo o trabalho da OITS vai muito além do estabelecimento de regras e valores para o Turismo Social. Atualmente a OITS representa 140 associados (organizações públicas e privadas), pertencentes a 35 países de todo o mundo, que se dedicam quer à investigação, quer à

oferta deste tipo de turismo. No sentido de acompanhar e apoiar os seus membros, a OITS, é responsável por diversas tarefas, entre as quais, se destacam: i) a organização de congressos, seminários e *workshops*, a nível internacional, destinados à estimulação das relações entre membros; ii) a difusão de informação sobre programas e investigações relacionadas com o Turismo Social, através do seu próprio *website*, revista e newsletter eletrónica; iii) a realização de estudos e investigações, no sentido de impulsionar o Turismo Social e iv) a participação em projetos de cooperação e em missões de peritagem (OITS, 2014).

O trabalho desempenhado pela OITS, ao longo destes anos, tem-se revelado fundamental, também, na área da sensibilização política, no sentido de tornar o turismo mais acessível. A nível europeu, verifica-se isso mesmo, com o recente interesse da Comissão Europeia, em criar um programa com o objetivo de desenvolver o Turismo Social na União Europeia. Esse programa, denominado por Calypso, foi lançado em 2009, com os seguintes objetivos: i) catalogar as boas práticas de Turismo Social; ii) impulsionar a atividade do turismo na época baixa; iii) identificar medidas existentes a nível dos estados membros, ou a nível europeu, que permitam intercâmbios culturais para pessoas desfavorecidas; iv) facilitar a realização de férias em programas temáticos e a estadia em alojamentos específicos, a jovens adultos desfavorecidos com idades entre os 18 e os 30 anos, famílias com problemas financeiros ou com outras dificuldades, indivíduos portadores de deficiência, e pessoas com mais de 65 anos (Comissão Europeia, 2014). Com o Calypso, a Comissão Europeia, pretende contribuir para o melhoramento da sociedade e do sector turístico, uma vez que, com a ocupação durante a época baixa, é possível estimular os negócios e o emprego na indústria turística, ao mesmo tempo que se melhora o bem-estar dos cidadãos da União Europeia.

Não obstante ao facto das iniciativas adotadas, nos últimos anos, terem sido importantes para promover o Turismo Social e alertar para os vários impactos positivos que este pode ter na sociedade, ainda existe relativamente pouca informação/ conhecimento sobre a implementação de Programas de Turismo Social em Portugal, principalmente sobre os que se direcionam para crianças economicamente carenciadas.

3.3.1. Programas de Turismo Social para crianças economicamente carenciadas em Portugal

Portugal tem uma tradição importante no que se refere ao desenvolvimento de Programas de Turismo Social (Varona, 2010). Contudo, a única entidade portuguesa com trabalho reconhecido internacionalmente, é a Fundação INATEL, como se verifica pelo relatório “*Calypso study compendium of good practices*” que retracta a implementação bem-sucedida de vários Programas de Turismo Social a nível da União Europeia, bem como, pelo facto de esta ser a única entidade portuguesa membro da OITS (OITS, 2014). Isto revela por um lado o excelente trabalho desenvolvido por esta fundação, mas por outro, o desconhecimento/falta de informação sobre a oferta de Programas de Turismo Social que outras entidades desenvolvem em Portugal.

Como se verifica na tabela 3.2, existem outras entidades, como por exemplo, a Fundação “O Século”, a Fundação Bissaya Barreto (FBB), a Associação Para Animação de Crianças e Jovens e o Banco de Informação Pais a Pais (BIPP), para além da Fundação INATEL, que desenvolvem Programas destinados a possibilitar o acesso a férias por parte de crianças carenciadas. Contudo, é importante referir que enquanto a Fundação INATEL, desenvolve, em exclusivo, atividade nas áreas do turismo social e sénior (Fundação INATEL, 2014), todas as outras entidades diferem em termos de âmbito atuação, não se dedicando em exclusivo à oferta turística social, mas antes, de um vasto leque de serviços de apoio social direccionados para os grupos mais vulneráveis da sociedade (BIPP, 2014; Candeia, 2013; FBB, 2014; Fundação “O Século, 2014). Na tabela 3.2 verifica-se ainda que independentemente do seu principal âmbito de atuação, todas as entidades referidas dependem do apoio financeiro público e excetuando a Associação Para a Animação de Crianças e Jovens, todas as entidades cobram uma percentagem aos seus participantes, que varia de acordo com o rendimento do seu agregado familiar, facilitando o acesso dos mais economicamente carenciados.

Tabela 3.2– Exemplos de Programas de Turismo Social para crianças economicamente carenciadas promovidos em Portugal

Designação do Programa	Entidade Promotora/Geostora	Ano de Início	Fontes de Financiamento
“Turismo Júnior”	Fundação INATEL	2009	- Financiamento público - Percentagem paga pelos responsáveis legais dos participantes (que varia de acordo com a condição de ser ou não associado da Fundação)
“Candeia – Campos de Férias”	Associação Para a Animação de Crianças e Jovens	2012	- Donativos de particulares - Financiamento público - Quotas anuais dos associados
“Colónia de Férias da Torreira – Turnos Infantis”	Fundação Bissaya Barreto (FBB)	1970	- Financiamento público - Percentagem paga pelos responsáveis legais dos participantes (de acordo com o rendimento familiar)
“Colónia de Férias”	Fundação o Século	1927	- Financiamento público - Percentagem paga pelos responsáveis legais dos participantes (de acordo com o rendimento familiar) ou pelas entidades responsáveis pelos participantes (preço variável entre Autarquias e IPSS’s ⁴) - Donativos de particulares
“Campos de Férias de Verão – In BIPP”	Banco de Informação Pais a Pais (BIPP)	2009	- Financiamento público - Donativos de particulares - Percentagem paga pelos responsáveis legais dos participantes

Fonte: BIPP (2014); Candeia (2013); FBB (2014); Fundação “O Século (2014); INATEL (2014)

No que se refere às características dos Programas desenvolvidos pelas diferentes entidades, verifica-se na tabela 3.3 que todos eles dizem respeito à atividade dinamizadora de Campos de Férias, assim como, todos eles partilham a mesma população-alvo, as crianças carenciadas. Segundo o Conselho Nacional Juventude [CNJ] (2009), os Campos de Férias são locais privilegiados, para a ocupação dos tempos livres nas férias, onde as crianças podem partilhar experiências e espaços diferentes daqueles que contactam no seu dia-a-dia. Este tipo de oferta proporciona atividades estruturadas e pedagógicas, que aliam o divertimento à aprendizagem, a autonomia à responsabilidade e as relações com outras

⁴ **IPSS’s:** Instituições Particulares de Solidariedade Social

peçoas à descoberta da própria identidade, permitindo desenvolvimento da criança a vários níveis, mas principalmente, a nível sociocultural e educacional, que tal como se verificou no capítulo II é uma das principais lacunas na vida das crianças carenciadas.

Tabela 3.3 - Caracterização de alguns Programas de Turismo Social promovidos em Portugal para crianças economicamente carenciadas

Programa	Características	População-alvo
Turismo Júnior	Programa inclui estadia, refeições, seguro de acidentes pessoais e um plano de atividades a desenvolver pelas crianças. Em 2014 dividiu-se em vários turnos de 5 dias cada.	- Crianças carenciadas entre os 8 e os 17 anos de idade
Candeia – Campos de Férias	Programa inclui estadia, refeições, seguro de acidentes pessoais e um plano de atividades a desenvolver pelas crianças. Em 2013, o programa dividiu-se em três turnos correspondentes às três fchas etárias da população-alvo, tendo cada turno a duração de 6 dias.	- Crianças institucionalizadas em lares de acolhimento entre os 6 e os 11 anos de idade - Crianças institucionalizadas em lares de acolhimento entre os 12 e os 14 anos de idade. - Crianças institucionalizadas em lares de acolhimento entre os 15 e 18 anos de idade.
Colónia de Férias da Torreira – Turnos Infantis	Programa inclui estadia, refeições, seguro de acidentes pessoais e um plano de atividades a desenvolver pelas crianças. Em 2014, teve a duração de 8 dias.	- Crianças carenciadas entre os 6 e os 12 anos de idade residentes em Portugal
Colónia de Férias	Programa inclui estadia, refeições, seguro de acidentes pessoais e um plano de atividades a desenvolver pelas crianças. Em 2014 dividiu-se em três turnos de 11 dias cada.	- Crianças carenciadas entre os 6 e os 12
Campos de Férias de Verão - In BIPP	Programa inclui estadia, refeições, seguro de acidentes pessoais e um plano de atividades a desenvolver pelas crianças. Em 2014 dividiu-se em 11 turnos de 4 dias cada.	- Crianças carenciadas ou com necessidades especiais entre os 6 e os 13 anos de idade

Fonte: BIPP (2014); Candeia (2013); FBB (2014); Fundação “O Século (2014); INATEL (2014)

Para além disso, como seria óbvio tendo em consideração que os Programas partilham o mesmo âmbito e o mesmo público-alvo, estes têm ainda objetivos em comum, como por exemplo: i) satisfazer a necessidade de lazer e quebra de rotinas essenciais ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores; ii) proporcionar o desenvolvimento pessoal e aquisição de novas competências; iii) incentivar o espírito de equipa e a partilha de experiências; e iv) o melhoramento da qualidade de vida das crianças (BIPP, 2014; Candeia, 2013; FBB, 2014; Fundação “O Século, 2014; INATEL, 2014).

Por último, verifica-se ainda que os programas partilham outro aspeto em comum, nomeadamente, o facto de não existir qualquer estudo acerca dos seus contributos efetivos para os seus segmentos-alvo e para a sociedade. Embora todos eles tenham como principal objetivo o melhoramento da qualidade de vida das crianças participantes, efetivamente não existe nenhum estudo que possa comprovar o alcance desse objetivo e conseqüentemente salientar a importância da existência deste tipo de Programas enquanto forma de intervenção social.

Posto isto, o próximo ponto apresenta alguns exemplos de estudos recentemente realizados com base na participação de crianças desfavorecidas em Programas de Turismo Social e os seus resultados obtidos.

3.3.2. Benefícios de participação em Programas de Turismo Social

Os trabalhos de Quinn et al. (2008) e de McCabe (2009) são dos poucos estudos existentes sobre os benefícios que as crianças carenciadas retiram da sua participação em Programas de Turismo Social e conseqüentemente os únicos que facultam uma visão sobre a importância deste tipo de Programas. Para Quinn et al. (2008) essa importância explica-se sobretudo pelo facto da participação nesses Programas proporcionarem, às crianças carenciadas, um contacto com outra faceta da vida totalmente desconhecida e inacessível. O que embora se reconheça ser insuficiente para erradicar a sua situação de pobreza e de exclusão social, não deixa de ser, um fator motivacional para sair dela, principalmente, quando as crianças perderam toda a esperança de realizar os seus sonhos, como se comprova através do testemunho, de uma criança, prestado à EAPN & EUROCHILD (2013), quando lhe foi perguntado o que significa a pobreza do seu ponto de vista: “There’s no point in dreaming because things don’t come true anyway” (p.15).

Entre os vários benefícios identificados tanto no estudo de Quinn et al. (2008) como de McCabe (2009), encontram-se: i) a oportunidade de quebra de rotinas e alívio das pressões do dia-a-dia; ii) Oportunidade de conhecer novos lugares e praticar novas atividades; iii) a oportunidade de aumentar os níveis de satisfação para com a vida; iv) a oportunidade para interação social; v) a oportunidade de criação e fortalecimento de relações; vi) a oportunidade de melhorar a auto-estima e os níveis de confiança; vii) a oportunidade de

adquirir novas aptidões, viii) a oportunidade de melhoramento da saúde física e mental; ix) a oportunidade de reabilitação das forças emocionais e x) a oportunidade de diversão e criação de memórias felizes. Tal como Quinn et al. (2008) referem todos estes benefícios vão de encontro aos já identificados na literatura por outros autores que estudaram os contributos do turismo para os turistas em condições de vida normais (como por exemplo Dolnicar et al., 2012; Gilbert & Abdullah, 2004; Moscardo, 2009; Richards, 1999). Contudo o seu alcance para as crianças carenciadas assume outro significado que não apenas o melhoramento do seu bem-estar geral, mas antes o alívio dos efeitos da pobreza e da exclusão social nas suas vidas. Tal como se verifica tabela 3.4 existe uma relação de oposição entre os benefícios identificados nos estudos de Quinn et al. (2008) e McCabe (2009) e os efeitos da pobreza e da exclusão social identificados por Capucha (2010).

Tabela 3.4 - Relação entre os efeitos da pobreza e exclusão social e os benefícios do turismo

Efeitos da Pobreza e da Exclusão Social	Benefícios do Turismo Para o Bem-estar e Inclusão Social das Crianças
- Exposição diária ao <i>stress</i> , violência, criminalidade, insegurança e às mais variadas formas de privação	- Descanso da rotina e das circunstâncias difíceis do quotidiano - Oportunidade para se divertir e criar memórias felizes enquanto crianças
- Instabilidade emocional	- Reabilitação das forças emocionais
- Desmotivação para com a vida e para consigo próprio	- Satisfação para com a vida em geral
- Vulnerabilidade às doenças	- Promoção da saúde mental e física
- Incapacidade para participar em atividades culturais e recreativas ou de lazer	- Oportunidade de conhecer novos lugares e praticar diferentes atividades
- Imagem desvalorizada de si próprio	- Aquisição de novas aptidões
- Não possuir habilitações aptidões adequadas às exigências da sociedade	- Autodesenvolvimento - Melhoramento da autoestima e dos níveis confiança
- Isolamento	- Incremento da interação social
- Problemas em estabelecer relações	- Estabelecimento/fortalecimento de relações
- Relações emocionalmente instáveis	- Reabilitação das forças emocionais

Fonte: Elaborado com base em Capucha, 2010; Quinn et al, 2008; McCabe 2009

Não obstante ao facto dos dois estudos de Quinn et al. (2008) e McCabe (2009) proporcionarem relevantes contributos no que se refere ao conhecimento dos benefícios da participação de crianças carenciadas em Programas de Turismo Social, estes estudos ao focarem-se essencialmente na perceção das crianças sobre as suas férias e nos seus respetivos impactos, bem como nas diferenças entre as férias passadas em casa face às

férias passadas fora do ambiente habitual, negligenciam aspetos importantes sobre as crianças enquanto consumidoras da oferta turística. Esses aspetos poderão ser relevantes quer para ampliar o conhecimento sobre as crianças enquanto turistas, quer para avaliar a adequação da oferta de Programas de Turismo Social às suas necessidades. Assim, com vista a colmatar essa lacuna, passa-se no ponto seguinte a explorar as motivações turísticas das crianças, bem como, os aspetos que estas mais valorizam nas suas experiências de férias.

3.4. As especificidades das crianças enquanto turistas

De acordo com Small (2008) as crianças e a infância foram negligenciadas durante muito tempo na literatura sobre o turismo. Consequentemente, só muito recentemente a criança tem ganho espaço na literatura enquanto turista, devido ao reconhecimento da sua importante influência quer na escolha, quer na satisfação (sua e dos seus pais) para com os produtos e experiências turísticas (Gram, 2007; Small, 2008). Neste sentido existem poucos estudos que possam elucidar acerca da perspetiva turística das crianças, mas que ainda assim proporcionam pistas importantes, quer sobre as suas motivações, quer sobre os aspetos que mais valorizam na sua experiência turística.

3.4.1. Motivações e expectativas

No que diz respeito às motivações das crianças especificamente, um dos estudos contribui para esse conhecimento, é o de Larsen e Jenssen (2004). Estes autores investigaram as motivações turísticas das crianças, num contexto específico de uma visita de estudo (viagem escolar), que teve a duração de uma semana.

Larsen e Jenssen (2004), identificaram seis categorias motivacionais com base em entrevistas realizadas às crianças participantes na visita de estudo, nomeadamente: i) **estar socialmente juntos**; ii) **maximização da recompensa**; iii) **enriquecimento do ego**; iv) **autoestima** v) **conhecimento** e vi) **minimização da punição**. De referir ainda, que apesar de existirem vários tipos de classificação e categorização para as motivações turísticas, os autores, interpretaram e categorizaram as motivações das crianças de acordo com a taxonomia de (Fodness, 1994) como se passa a explicar seguidamente, contextualizando as motivações das crianças no que diz respeito à visita de estudo, especificamente.

- i) **Conhecimento:** diz respeito à " procura pelo conhecimento, organização e consistência do mundo" (Fodness, 1994, p.562), uma vez que, a experiência de férias fora do ambiente habitual, pode proporcionar uma melhor compreensão sobre os acontecimentos atuais, bem como, a aprendizagem, através de eventos que não estão disponíveis no contexto habitual. No caso da visita de estudo, as crianças referem, a oportunidade de aprender coisas novas, sem que para isso tenham de estar fechadas numa sala de aula.
- ii) **Minimização da punição:** tem origem na necessidade de escapar de um ambiente desconfortável, representando as férias uma oportunidade para fugir à pressão e ao *stress*, permitindo o abrandamento do ritmo do dia-a-dia (Fodness, 1994). No contexto da visita de estudo, as crianças apresentam como motivo para quererem viajar, a fuga ao tempo de aulas e às regras dos pais.
- iii) **Maximização da recompensa:** está relacionada com a procura pela aventura, pela novidade e pelo divertimento, que as atividades praticadas durante as férias podem proporcionar (Fodness,1994). No que se refere à visita de estudo, as crianças referem a possibilidade de experimentar coisas novas e de se divertirem, num ambiente fora da escola (a que estão habituadas).
- iv) **Autoestima:** relaciona-se com o sentimento de pertencer a um estilo de vida mais elevado, pelo facto de poder viajar e de ter umas férias num ambiente diferente. O que não deixa de estar interligado com a próxima categoria.
- v) **Enriquecimento do ego:** que se refere ao desejo dos indivíduos em relatar a sua experiência de férias quando retomam ao seu quotidiano, como forma de se afirmarem e de serem reconhecidos (Fodness,1994). As crianças referem o desejo de poderem contar aos seus amigos (aos que não participaram na visita de estudo), a experiência que tiveram.

No que diz respeito à categoria “**estar socialmente juntos**”, esta não faz parte da categorização de Fodness (1994), mas devido à importância que assumiu no estudo de Larsen e Jenssen (2004), os autores tiveram mesmo de acrescentar. O facto de poderem desfrutar de bons momentos em grupo; experimentarem coisas novas em grupo; divertirem-se em grupo e estreitarem laços de amizade, foram os motivos mais destacados, pela maioria das crianças, para quererem realizar a visita de estudo. Nesse sentido, os autores consideraram que o mais importante para as crianças, não é o local para onde

viajam, nem as aprendizagens que adquiriram, mas antes, com “quem” viajam. A visita de estudo revelou-se uma oportunidade para desenvolverem a sua pertença social, para encontrarem as suas próprias identidades, bem como, para construir e reconstruir os laços sociais.

Em outro contexto de férias, nomeadamente, de férias em família, Hilbrecht et al. (2008), apresentam resultados semelhantes, através da análise às entrevistas realizadas, com o intuito de averiguar as expectativas das crianças. Sobretudo estas crianças desejavam: i) passar tempo com os vários membros da família; ii) estar com amigos; iii) fazer algo novo ou algo diferente da rotina habitual e vi) divertirem-se.

Hilbrecht et al. (2008) destacam mesmo, que para as crianças em estudo, o objetivo principal das férias em família, baseava-se no divertimento. O que para Schanzel (2012) está relacionado, fundamentalmente com a interatividade que as férias podem proporcionar às crianças. Para a autora, a diversão e a socialização, são dois aspetos que não podem ser dissociados, sendo as férias, consideradas pelas crianças, um palco privilegiado para a ocorrência da (re) afirmação das relações sociais (amizade) através da diversão.

3.4.2. Experiências turísticas

De uma forma geral, as férias estão associadas, à diversão, ao prazer e ao entretenimento (Urry, 1996), assim como, a experiência turística, está associada, à possibilidade de fuga da rotina diária, ao autodesenvolvimento, à experimentação de algo novo ou diferente, e ao retorno enriquecido do indivíduo (Wearing, 2002).

Contudo, apesar da conotação positiva, que a experiência turística e as férias possuem, nem sempre a realidade vai de encontro à fantasia (Urry, 1996), existindo experiências menos satisfatórias do ponto de vista do próprio turista que conseqüentemente têm impactos negativos no seu bem-estar (Abdullah, 2002). Precisamente com o objetivo de apurar os aspetos que distinguem entre uma experiência de férias de sucesso e uma experiência negativa, Gram (2005) e Hilbrecht et al. (2008) desenvolveram estudos cujos resultados se passam a apresentar.

Tanto no estudo de Gram (2005) como no de Hilbrecht et al. (2008), os autores concluem que são raras as crianças que encaram as férias fora de casa como uma má experiência. No

entanto, as que o fazem apontam a longa duração da deslocação para o destino, o facto de terem de acordar cedo (quando isso não seria o espectável em tempo de férias) e controle parental, como razões para não se considerarem satisfeitas para com as suas férias.

Em relação às experiências de sucesso, Gram (2005) verificou que as crianças valorizaram essencialmente três aspetos: i) a liberdade em relação às regras quotidianas (por exemplo: estarem acordadas até mais tarde; poderem comer gelados com maior frequência); ii) as atividades praticadas (como por exemplo, natação, equitação, jogos, pesca, esqui aquático, visita à Legolândia, etc.) e iii) as experiências sensoriais, nomeadamente proporcionadas pelo contacto com animais que possuem cheiros e cores fortes. Contudo, foram os momentos de ação que tiveram maior evidência no estudo da autora, uma vez que, quando foi pedido, às crianças, quer para selecionarem um conjunto de fotografias, quer para fazerem um desenho relacionado com o que consideravam representar um momento em que se sentiram felizes durante as suas férias, a maioria das crianças selecionou fotos e desenhou momentos em que estavam a praticar uma atividade.

Por sua vez Hilbrecht et al. (2008), observaram no seu estudo, que embora as crianças iniciam as entrevistas (método de recolha de dados utilizado) a falar sobre o destino de férias como forma de reconstituírem as suas experiências, rapidamente alteraram o seu foco para as atividades que praticaram. Assim, para os autores ficou também evidente que as atividades constituem parte integrante da experiência vivida pelas crianças, assim como, o contexto pelo qual emergiu o tempo de qualidade que elas associam às suas férias.

Esta importância que as crianças atribuem às atividades praticadas durante as férias, pode-se justificar quer pela necessidade que elas têm em se manter ativas, como forma de evitar o aborrecimento (Gram, 2005), quer pela elevada atratividade que os indivíduos sentem na infância, por atividades lúdicas, que por sua vez, leva à sua preferência por produtos turísticos que estejam relacionados com esse tipo de experiência (lúdica), como por exemplo, praias, piscinas e parques temáticos (Swarbrooke & Honer, 1999). Estas constatações são corroboradas pelos resultados obtidos por Cullingford (1995) no seu estudo, sobre a atitude das crianças em férias, onde o autor conclui que a preferência das crianças recai nos destinos que lhes proporcionam a oportunidade de realizar muitas atividades, num ambiente amigável e confortável, sendo, as praias, a água e o bom tempo, elementos indispensáveis.

No seu estudo, Hilbrecht et al. (2008) destacam ainda, três fatores relatados pelas crianças, relacionadas com as atividades por si praticadas durante as férias: i) o foco na diversão; ii) a novidade e familiaridade e iii) a centralidade nas relações sociais.

Hilbrecht et al. (2008) explicam que o **foco no divertimento** ficou saliente, quando as crianças foram questionadas sobre a repetição das férias, a maioria afirmou que gostaria de repetir porque se divertiu imenso com as atividades praticadas. Além do divertimento, as crianças referiram também a importância da **novidade e da familiaridade**, considerando as férias como uma oportunidade única de mudança e de liberdade em relação às rotinas de casa, onde puderam visitar sítios diferentes, experimentar novas atividades, adquirir novas aptidões, terem aventuras e fazerem novos amigos, ainda que, num ambiente de conforto e segurança familiar. Também ao longo da descrição das atividades, as crianças, manifestaram sempre um sentimento de pertença à família, bem como, a outros grupos sociais, compostos por familiares mais distantes ou amigos (**centralização nas relações sociais**), ou seja, as atividades são importantes quando partilhadas com alguém.

Embora os estudos de Gram (2005) e de Hilbrecht et al. (2008), se contextualizem num ambiente de férias em família (pertencentes a diferentes estratos sociais) é possível retirar algumas conclusões gerais, sobre o tipo de experiência turística que as crianças mais valorizam. Conclui-se, nomeadamente, que as crianças preferem um tipo de férias relacionado com a atividade física, as relações sociais e a diversão, ao invés, de com o relaxamento. Nesse sentido, Gram (2005) classifica a experiência das crianças, no seu estudo, dentro da tipologia “*escapist*” de Pine e Gilmore (1998). Segundo os autores, este tipo de experiência provém do desejo de evasão e embora possa ter funções de aprendizagem, divertimento ou de entretenimento, está essencialmente relacionada com a participação ativa, bem como, com o envolvimento profundo por parte do seu consumidor, de tal forma, que ele próprio passa a ser parte integrante da experiência.

3.5. Conclusão

O presente capítulo permitiu compreender a importância do turismo para os indivíduos em geral e para as crianças carenciadas em particular. Verificou-se, ainda, que existe um desconhecimento/falta de informação generalizada acerca de entidades organizadoras de Programas de Turismo Social para crianças carenciadas em Portugal, o que pode estar

associado ao facto da maioria das entidades não se dedicarem em exclusivo à intervenção social através da oferta turística acessível. Para além disso, averiguou-se que todos os Programas de Turismo Social desenvolvidos por essas entidades baseiam-se na atividade de Campos de Férias, pelo que apresentam características e objetivos semelhantes. Tendo ainda em consideração que nenhum dos programas foi alvo de estudo acerca dos seus contributos efetivos para os seus segmentos-alvo e para a sociedade, analisaram-se alguns estudos realizados com base na participação de crianças carenciadas em Programas semelhantes, no sentido de perceber quais os benefícios que elas retiram dessa participação. Esses estudos identificaram vários benefícios que permitem entender de que forma pode o turismo contribuir para o bem-estar e inclusão social das crianças carenciadas, bem como, para o alívio dos efeitos da pobreza nas suas vidas. Por último, analisaram-se ainda alguns estudos que permitem encarar as crianças enquanto turistas através da identificação das suas motivações e dos aspetos que mais valorizam na sua experiência turística.

Capítulo IV - Metodologia da investigação

4.1. Introdução

Neste capítulo são apresentados os principais elementos metodológicos de construção da investigação empírica. Esta investigação de carácter dedutivo implica a recolha e a análise de dados, tendo por base a teoria que tem vindo a ser desenvolvida sobre a capacidade do turismo contribuir para o bem-estar e inclusão social dos grupos mais vulneráveis da sociedade (nos quais se incluem as crianças economicamente carenciadas). Assim, no ponto 4.2 serão definidos os objetivos da investigação que tem por base essa teoria e a oportunidade de investigar um grupo de crianças participantes num Programa de Turismo Social. No ponto 4.3 apresenta-se a metodologia de recolha de dados que foi adotada tendo em consideração a população em estudo e a melhor forma de a abordar. Por ultimo, no ponto 4.4. apresentam-se os métodos de análise de dados utilizados.

4.2. Objetivos da investigação

A revisão de literatura realizada nos capítulos II e III que teve por base a pergunta de partida “*Poderá o turismo contribuir para o bem-estar e inclusão social das crianças carenciadas?*”, permitiu a discussão de conceitos relevantes sobre esta temática, bem como, a obtenção de considerações fundamentais para a construção dos objetivos da presente investigação.

Assim, verificou-se através desses capítulos que num contexto em que as desigualdades socioeconómicas se acentuam e em que as crianças fazem parte das categorias sociais mais vulneráveis a situações de pobreza e de exclusão, o poder do turismo, nomeadamente a sua capacidade de contribuir para o bem-estar e inclusão social, é uma questão que assume elevada importância e que necessita de mais investigação. Tendo em consideração que essa investigação só seria possível realizar com base na participação das crianças carenciadas em Programas de Turismo Social, tornou-se imperativo recorrer à colaboração de uma entidade organizadora desse tipo de Programas. Com base na pesquisa realizada no ponto 3.3.1 (Programas de Turismo Social para crianças carenciadas em Portugal), a escolha dessa entidade recaiu na Fundação “O Século”, devido à longa tradição que esta fundação tem em acolher crianças carenciadas durante as férias escolares, proporcionando umas

férias diferentes, a que de outro modo não teriam acesso, através do seu Programa Colónia de Férias. A história, a estrutura e as características da fundação e do programa serão apresentadas no capítulo V.

Estabelecido o devido contacto com a administração da Fundação “O Século”, ficou garantida a oportunidade de estudar um grupo de crianças desfavorecidas durante a sua participação no programa Colónia de Férias, edição 2014. Assim, com base nessa oportunidade e nas considerações retiradas da revisão de literatura, estabeleceram-se os seguintes objetivos de investigação:

- Analisar as práticas de atividades de lazer e de turismo desenvolvidas nas férias anteriores pelas crianças participantes, no sentido de conhecer a sua experiência em termos de práticas turísticas;
- Identificar necessidades/motivações para a participação no programa;
- Analisar a satisfação das crianças com a sua participação no programa;
- Identificar e analisar os efeitos do programa no bem-estar e inclusão social das crianças participantes;
- Identificar fatores que poderão influenciar os efeitos do programa no bem-estar e inclusão social das crianças participantes;
- Identificar se existem diferenças significativas entre crianças com experiência anterior de participação em colónias de férias e crianças que participaram pela primeira vez, no que diz respeito quer às suas práticas turísticas durante as férias quer à sua experiência no Programa.

4.3. Metodologia de recolha de dados

No sentido de concretizar os objetivos propostos anteriormente, optou-se na presente dissertação pela recolha de dados primários. A descrição da metodologia adotada é feita através da análise das seguintes componentes: i) a população em estudo; ii) os instrumentos de recolha de dados a utilizar e iii) métodos de administração do instrumento de recolha de dados.

4.3.1. População em estudo

Identificar em que medida poderá o turismo contribuir para o bem-estar e inclusão social das crianças carenciadas, implica desde logo que o objeto de estudo da presente investigação seja a criança, contudo isso não implica que obrigatoriamente seja a criança a população-alvo da recolha de dados, pois durante muito tempo a vida das crianças e a infância foram estudadas a partir das perspetivas dos testemunhos dos adultos por elas responsáveis (Almeida, 2009; Christensen & Prout, 2002). No entanto com o reconhecimento dos direitos da criança e a reconceptualização da criança e da infância nas ciências sociais, as crianças passam a ser encaradas como informadores credíveis e competentes do seu mundo, ainda que vulneráveis e dependentes da proteção adulta (Almeida, 2009; Kirk, 2007; Sarmiento, 2008). Neste sentido apesar de se considerar que um adulto teria a capacidade de fundamentar mais consistentemente os impactos no bem-estar da criança, por outro lado, também poderia transmitir uma imagem enviesada e incompleta desses impactos (Bastos et al., 2008), pelo que se optou na presente investigação por privilegiar a perspetiva da própria criança.

Assim para atingir os objetivos propostos, privilegiando a perspetiva das próprias crianças, a presente investigação, tem como população-alvo da recolha de dados, as crianças participantes no programa Colónia de Férias edição 2014 da Fundação “O Século”.

Salienta-se que apesar de no total terem participado 214 crianças no programa Colónia de Férias, devido a princípios éticos que devem ser respeitados em investigações com crianças (como se explica no ponto seguinte) apenas 175 crianças puderam fazer parte da investigação.

4.3.1.1. Investigação com crianças

Os princípios éticos são importantes em qualquer investigação, mas assumem especial relevância quando se trabalha com crianças, devido à diferença em termos de poder entre o participante (criança) e o investigador (adulto) (Almeida, 2009). Assim no sentido de reduzir essa diferença de poder e de proteger as crianças contra consequências negativas que possam resultar da sua participação na investigação, existem vários princípios que devem ser seguidos.

De acordo com Almeida (2009) e Kirk (2007) existem quatro aspetos clássicos que adquirem particular importância nas investigações com crianças, nomeadamente: i) **Autorização de participação por dos responsáveis legais e instituições** (como as crianças são também menores a sua participação tem de ser devidamente autorizada pelos seus responsáveis legais e instituições onde as crianças são estudadas ou abordadas); ii) **adequação das estratégias de recolha de dados** (devem ser adequadas não apenas ao tema escolhido, ao quadro teórico de partida, mas também, às características das crianças); iii) o **consentimento informado** por parte da criança (a criança deve ser informada sobre os objetivos do estudo e a sua participação deve ser voluntária); iv) **salvaguarda da confidencialidade e privacidade** das crianças (todos os dados devem ser recolhidos e tratados de forma confidencial e o local escolhido para a sua recolha deve ter em consideração a salvaguarda das crianças da intromissão abusiva dos seus pais, família, educadores, colegas, etc.). Com base nestes princípios que são definidos na literatura foram adotados nesta investigação os procedimentos que se descrevem a seguir.

Pedido de autorização de participação aos responsáveis legais e instituições: Este pedido dividiu-se em duas fases. A primeira fase teve início com o envio do pedido de colaboração à Fundação “O Século” (apêndice nº1), para que durante o decorrer do programa Colónia de Férias, edição 2014, fosse possível estudar as crianças participantes. Posteriormente à aceitação do pedido de colaboração por parte da administração da Fundação “O Século”, procedeu-se ao pedido de autorização aos responsáveis legais pelas crianças que foi intermediado pela própria fundação. Nesse pedido foi garantida a salvaguarda da identidade das crianças e a utilização exclusiva dos dados recolhidos para efeitos de investigação. Ainda no mesmo pedido foram elucidados os objetivos do estudo, assim como, o processo de recolha de dados, ou seja, onde, como e quando as crianças seriam alvo de inquirição. Como resultado desse pedido foram obtidas 175 autorizações, o que significa, que num universo de 214 crianças participantes no programa, 39 crianças não puderam participar na investigação.

Adequação das estratégias de recolha de dados às características das crianças: Tal como se poderá verificar detalhadamente no ponto 4.2.3, vários aspetos foram tidos em consideração em relação a este princípio. Entre os quais se salientam, a escolha dos instrumentos de recolha de dados a utilizar de acordo com as idades das crianças

(questionários e desenho para as crianças dos 8 aos 14 anos e apenas desenho para as crianças entre os 6 e 7 anos de idade), a quantidade de perguntas submetidas no questionário, a linguagem utilizada nas perguntas (simplificada e informal) e a adoção de questões maioritariamente fechadas (algumas com figuras ilustrativas).

Consentimento informado: Segundo Gallagher, Haywood, Jones e Milne (2010) este consentimento pode ser obtido por escrito ou verbalmente. Posto isto e devido ao número de crianças em estudo, optou-se pela obtenção de um consentimento verbal. Assim, antes da aplicação dos instrumentos de recolha de dados, em cada um dos três turnos, foram explicados a todas as crianças os objetivos quer do questionário, quer do desenho, assim como, foi referido qual a importância da obtenção das suas respostas e desenhos. Após essa explicação todas as crianças foram informadas que a sua participação não era obrigatória, só participava quem quisesse e que poderiam desistir da sua participação em qualquer altura.

Salvaguarda da confidencialidade e privacidade: Não só pela situação difícil que as crianças em estudo se encontram, mas também, pelo facto de serem menores, tanto a sua identidade como qualquer outra informação sobre a sua vida particular foi mantida em total confidencialidade, não constando por isso em qualquer parte da investigação. Este foi um compromisso assumido desde o primeiro contacto com a Fundação “O Século”, referido e salientado no pedido de autorização aos responsáveis legais pelas crianças. No que diz respeito ao local escolhido para a aplicação dos instrumentos de recolha de dados, este obviamente situou-se nas instalações da Fundação “O Século”, mais concretamente nos quartos referentes a cada grupo, por estes oferecerem mais privacidade e organização.

4.3.2. Instrumentos de recolha de dados

Para atingir os objetivos de investigação propostos optou-se pela utilização de dois instrumentos de recolha de dados, o inquérito por questionário e o desenho.

A escolha do inquérito por questionário deveu-se sobretudo ao facto, de este permitir a obtenção e a quantificação de uma grande variedade de dados e consequentemente a realização de inúmeras análises (Quivy & Campenhout, 2005). Contudo, o questionário é um instrumento de recolha de dados que implica o domínio de certas aptidões (como o saber ler, escrever, interpretar, formular frases, etc.) por parte do seu público-alvo.

Aptidões essas que especialmente as crianças mais novas ainda se encontram a desenvolver. Segundo Hill (1997) os 7/8 anos são a idade de referência para a utilização dos questionários, isto porque, normalmente só a partir dessa idade as crianças encontram-se escolarizadas (aprendem a ler e a escrever), conseguem manter um equilíbrio entre a assimilação e acomodação de ideias e conceitos, bem como, são capazes de fazer análises lógicas e de resolver problemas. Tendo em consideração que esta limitação excluiria desde logo a participação na investigação de todas as crianças entre os 6 e os 7 anos de idade, ponderaram-se várias alternativas que poderiam, não só, incluir essas crianças na investigação, como também, proporcionar a obtenção de informações complementares às alcançadas no inquérito por questionário. Entre as várias alternativas ponderadas, a escolha recaiu sobre o desenho, instrumento cada vez mais utilizado em investigações com crianças, por este fazer parte do universo expressivo da criança desde muito cedo (entre os 2-3 anos de idade) (Kirk, 2007). Através do desenho as crianças conseguem representar as suas ideias e perceções do mundo, bem como, emoções e sentimentos que muitas vezes não são capazes de expressar através das palavras (Katz & Hamama, 2013).

Seguidamente apresenta-se cada um dos instrumentos de recolha de dados e a sua construção no âmbito da presente investigação.

i) **Questionário**

O questionário enquanto principal instrumento de recolha de dados da presente investigação foi construído tendo por base duas considerações fundamentais: i) a necessidade de atingir os objetivos propostos e ii) a sua adaptação ao público-alvo – ainda que dirigido apenas para crianças dentro da idade indicada como ideal para a sua aplicação (maiores de 7 anos), a minimização das dificuldades de interpretação e formulação de respostas foi uma preocupação constante na construção de todas as questões.

Assim o questionário (disponível no apêndice nº3) divide-se em quatro secções compostas maioritariamente por questões fechadas, como é possível observar na tabela 4.1. Na primeira secção do questionário são apresentados os **objetivos** do questionário e **indicações de preenchimento** em forma de glossário. A segunda parte destina-se à **caracterização sociodemográfica** das crianças, através das variáveis sexo (**Q1**) e idade (**Q2**). Na terceira parte procura-se identificar as suas **práticas de lazer e turismo durante as férias**, como por exemplo, o hábito de passar férias fora de casa (**Q3**), a participação

anterior em colónias de férias (Q4) a frequência na prática de atividades de lazer durante as férias e o tipo de atividades mais praticadas (Q5). Por fim, na quarta secção são colocadas questões que permitem avaliar a **experiência vivida na colónia de férias** em particular, desde as motivações que levaram as crianças a participar no programa (Q6), a satisfação para com aquilo que o programa lhes proporcionou (Q7; Q8;Q11) e para com as atividades praticadas (Q9), bem como, os benefícios retirados da sua participação no programa (Q10).

Tabela 4.1- Estrutura do questionário, segundo a informação pretendida e o tipo de questão

Secção	Informação Pretendida	Número da Questão Fechada (Q)	Número da Questão Aberta (Q)
1ª Parte – Objetivos	Objetivos Indicações de Preenchimento	Glossário	
2ª Parte -Caracterização Sociodemográfica	Sexo	Q1	
	Idade	Q2	
3ª Parte - Práticas de Lazer e Turismo nas Férias	Hábitos de Férias	Q3; Q4	Q3.1; Q3.2;Q4.1;Q4.2
	Prática de atividades de lazer durante as férias	Q5	
4ª Parte - Experiência na Colónia de Férias	Motivações de participação no programa	Q6	Q7; Q11.1
	Satisfação com a experiência	Q8; Q9; Q11	
	Benefícios resultantes da experiência	Q10	

No que diz respeito à **tipologia das questões** ainda que a maioria seja de caracter fechado, foram colocadas também algumas questões abertas. Segundo Hill & Hill (2012) este tipo

de questionário constituído pelos dois tipos de questões, deve ser utilizado quando se pretende obter mais informação para complementar ou contextualizar a informação quantitativa através de variáveis qualitativas. No presente questionário a única questão aberta que não assume essa função de complementaridade, é a questão relacionada com a idade das crianças (**Q2**), que tem como objetivo apenas a caracterização sociodemográfica das crianças, todas as outras questões abertas (**Q3.1; Q3.2; Q4.1; Q4.2; Q7; Q11.1**) servem para obter informação complementar sobre as variáveis **hábitos de férias e satisfação com a experiência**, respetivamente. Assim as questões abertas, com exceção da **Q7** (descrever as férias na colónia, apenas numa frase) aparecem no questionário sempre agregadas a questões fechadas (**Q3; Q4; Q11**) cujas respostas alternativas baseiam-se apenas em duas categorias “sim ou não”.

Na presente investigação, as questões abertas além de assumirem uma importante função de complementaridade dos dados obtidos nas perguntas fechadas, representam também uma oportunidade para as crianças exprimirem a sua própria opinião e apresentarem a sua perspetiva dos factos.

No que se refere ao restante conjunto de questões (**Q5; Q6; Q8; Q9;Q10**) que compõe o questionário, a sua configuração difere substancialmente das questões anteriormente referidas. Tal como se encontra descrito na tabela 4.2 estas questões são compostas por um conjunto de itens, para os quais as respostas alternativas recorrem a uma escala Likert com um número ímpar de níveis (cinco), como se passa a explicar com maior detalhe seguidamente. De salientar apenas que a utilização deste tipo de escala permite identificar melhor as tendências e diferenças entre inquiridos.

Tabela 4.2 – Variáveis, itens e tipo de escala associados às questões fechadas

Variável analisada	Questão	Número de Itens	Tipo de Escala	Fontes utilizadas
Prática de atividades de lazer nas férias	Q5	14	Escala de Likert 5 (1- Nunca a 5- Sempre)	Pereira & Neto (1997) e Gram (2005)
Motivações	Q6	8	Escala de Likert 5 (1-Discordo muito a 5- Concordo muito)	Larsen & Janssen (2004); Hilbrecht et al. (2008) e Quinn et al. (2008)
Satisfação com o programa	Q8	6	Escala de Likert 5 (1- Não gostei nada a 5- Gostei muito)	Quinn et al. (2008)
Satisfação com as atividades praticadas	Q9	12	Escala de Likert 5 (1- Não gostei nada a 5- Gostei muito)	Planificação das atividades - Informação cedida pela Diretora do Programa
Benefícios percebidos	Q10	12	Escala de Likert 5 (1-Discordo muito; a 5- Concordo muito)	Quinn et al. (2008) e McCabe (2009)

Na questão 5, referente à **prática de atividades de lazer durante as férias**, é apresentada uma lista de 14 itens (tabela 4.3) criada com base nos estudos de Pereira & Neto (1997) e Gram (2005) sobre as atividades lúdicas preferidas pelas crianças nas férias de verão. Para cada item (correspondente a uma atividade) é pedido às crianças que assinalem a frequência com que nas férias costumam praticar as referidas atividades, sendo essa frequência medível por uma escala de Likert de cinco pontos, de 1 (nunca) a 5 (frequentemente). Esta pergunta permite identificar não só a frequência com que as crianças praticam determinadas atividades, como também as atividades por elas mais praticam nas férias.

De referir ainda que nesta questão, tal como na seguinte (**Q6**), a cada um dos itens apresentados, procede uma figura ilustrativa da atividade/motivação correspondente, no sentido de facilitar a interpretação e de atrair atenção das crianças, mantendo-as incentivadas a responder às questões.

Tabela 4.3 - Itens e figuras ilustrativas referentes às atividades de lazer praticadas durante férias

Itens	Figuras ilustrativas	Itens	Figuras ilustrativas
Acampar		Parques Aquáticos	
Praia		Andar de Bicicleta	
Piscina		Jogar/Brincar com amigos	
Jardim Zoológico ou Aquários Gigantes		Ver televisão	
Parques de Diversões		Jogos de Computador	
Museus ou monumentos		Ler	
Parque infantil		Navegar na Internet	

Na questão 6, que tem como objetivo apurar as principais **motivações** que levaram as crianças a participar no Programa, são apresentados 8 itens (tabela 4.4) baseados nos estudos de Larsen & Jenssen (2004), Hilbrecht et al. (2008) e Quinn et al. (2008). Nesta questão é pedido às crianças que indiquem o seu nível de concordância (1-discordo a 5-concordo muito), face a cada um dos itens motivacionais, no sentido de identificar quais os que mais contribuíram para a sua participação na colónia de férias.

Tabela 4.4 - Itens e figuras ilustrativas referentes às motivações de participação no programa

Itens	Figuras ilustrativas	Itens	Figuras ilustrativas
Aprender coisas novas		Divertir-me	
Sentir-me livre		Conquistar o respeito e a admiração dos outros	
Ter novas aventuras		Brincar e jogar com outros meninos (as)	
Fazer novas amizades		Descansar da rotina diária	

As questões 8 e 9 pretendem ambas avaliar o **nível de satisfação das crianças com a experiência na colónia de férias**. Contudo, enquanto a questão 8 avalia a satisfação das crianças face a itens referentes às componentes gerais do programa: i) atividades; ii) experimentar coisas novas; iii) apoio dos monitores; iv) estar com os amigos; v) fazer novos amigos; vi) passar um tempo fora de casa, a questão 9 refere-se especificamente à satisfação das crianças perante as atividades praticadas na colónia de férias: i) mangueirada; ii) praia; iii) *ateliers*; iv) caça ao tesouro; v) culinária; vi) gincana; vii) batismo do surf; viii) discoteca; ix) passeios; x) festival do século; xi) *peddy paper*; xii) *karaoke*. Nestas questões utilizou-se também uma escala de Likert de 1 (não gostei nada) a 5 (gostei muito).

No que se refere à última questão que utiliza escala de avaliação, nomeadamente a questão 10, que tem como principal objetivo identificar os **benefícios percebidos pelas crianças** em relação à sua participação na colónia de férias, é pedido que expressem o seu nível de concordância (1-Discordo muito a 5- Concordo muito) face a um conjunto de itens elaborados com base nos trabalhos de Quinn et al. (2008) e McCabe (2009) como se apresenta na tabela 4.5.

Tabela 4.5 - Itens dos Benefícios do Turismo Segundo a sua Categoria

Para descansares da rotina diária (casa e escola)
Para te divertires e criares memórias felizes
Para te sentires feliz
Para te sentires mais confiante
Para fazeres novas amizades
Para te aproximares mais dos teus amigos
Para conheceres pessoas novas
Para conheceres novos locais
Para aprenderes coisas novas
Para praticares atividades novas
Para testares os teus conhecimentos
Para saberes que consegues fazer coisas que não imaginavas

No sentido de verificar a aplicabilidade de cada questão em termos de dificuldades inerentes à sua compreensão e elaboração de respostas foi realizado um pré-teste ao questionário (Hill & Hill, 2012). Assim antes da sua administração, foi desenvolvida uma versão provisória do questionário, que foi testada em 15 crianças com idades compreendidas entre os 8 e 12 anos de idade, durante o mês de Maio. De referir que todas estas crianças já tinham participado em colónias de férias.

Este pré-teste serviu por um lado para as crianças apontarem dificuldades de preenchimento e por outro para sugerirem a substituição de algumas figuras referentes às questões 5 e 6, que consideraram não serem ilustrativas do item que estavam a representar.

Após a realização de todas as alterações necessárias com o objetivo de simplificar a tarefa das crianças no preenchimento do questionário, este foi enviado à Diretora da Colónia de Férias da Fundação “O Século” que alertou para o facto da dimensão do questionário poder desmotivar o preenchimento por parte das crianças. Contudo, este foi um aspeto de muita ponderação, pois a redução das questões levaria à inviabilização dos objetivos propostos, a diminuição do espaço ocupado pelas questões e respostas alternativas (incluindo as figuras ilustrativas) poderia conduzir à massificação do questionário e conseqüente perda de perceptibilidade e de atratividade. Tal como Hill e Hill (2012) referem a aparência e a estética do questionário são fundamentais para obter a cooperação dos potenciais respondentes para preencher o questionário.

Posto isto, foi redigida uma versão final do questionário com cinco páginas no total, para ser aplicada no final de cada turno da colónia de férias da Fundação “O Século”.

ii) O Desenho

Segundo Malchiodi (1998); Katz e Hamama (2013) o desenho tem sido reconhecido como uma das mais importantes formas de expressão de sentimentos, emoções e traços de personalidade por parte das crianças, de tal forma, que os profissionais ligados à infância consideram que através do desenho as crianças conseguem expressar determinados aspetos que não são captáveis através da escrita ou da linguagem. Neste sentido considera-se que o desenho enquanto um dos instrumentos de recolha de dados da presente investigação pode não só acrescentar valor à informação obtida através do questionário (no caso das crianças entre os 8 e 13 anos de idade), como pode constituir um método eficaz na obtenção de informação sobre a experiência das crianças na colónia de férias da Fundação “O Século” (no caso das crianças entre os 6 e 7 anos de idade).

Todas as crianças participantes foram alvo deste instrumento de recolha de dados, contudo para as crianças entre os 8 e 13 anos foi pedido que desenhasse apenas após o preenchimento do questionário, no sentido de evitar o desinteresse pelo preenchimento do mesmo.

O pedido para as crianças fazerem um desenho estava expresso no cabeçalho de uma folha em branco com a seguinte especificação: “Utiliza esta folha para fazer um desenho sobre as férias, que passaste este ano, na Colónia da Fundação “O Século”.

4.3.3. Método de administração

Tendo em consideração que a edição 2014 do programa Colónia de Férias da Fundação “O Século” funcionou em três turnos, a administração dos instrumentos de recolha de dados teve lugar em 3 dias diferentes, correspondentes ao antepenúltimo dia da estadia das crianças na colónia.

Tabela 4.6 - Calendarização da administração dos instrumentos de recolha de dados

Turnos	Data de realização de cada turno	Data da administração dos instrumentos de recolha de dados
1º Turno	De 23 de Junho a 4 de Julho de 2014	2 de Julho
2º Turno	De 7 a 18 de Julho de 2014	16 de Julho
3º Turno	De 21 de Julho a 1 de Agosto	29 de Julho

Assim, tal como se pode observar na tabela 4.6, a recolha de dados foi efetuada nos dias 2, 16 e 29 de Julho sempre depois da hora do almoço e antes do começo das atividades (entre as 14h00 e as 15h00) para não por em causa a realização das mesmas.

Antes da entrega e explicação dos instrumentos de recolha de dados às crianças, existiu sempre uma pequena reunião entre a investigadora, a diretora da colónia, os monitores coordenadores (2 monitores) e os monitores de grupo (6 monitores), no sentido de dividir os instrumentos por grupos e de acordo com as idades das crianças.

A aplicação dos instrumentos de recolha de dados teve sempre lugar nos quartos das crianças, por se considerar que estas se sentiriam mais confortáveis e com maior privacidade para colaborarem. Tendo em consideração que as crianças estavam distribuídas por 6 quartos, a investigadora juntamente com os monitores coordenadores visitaram cada quarto para apresentar os questionários/desenhos e averiguar a aceitabilidade das crianças em colaborar. Salienta-se que embora algumas se tivessem mostrado reticentes em participar no início, depois de se explicar cuidadosamente que o questionário não tinha como objetivo testar competências escritas e que em momento algum seriam identificadas, as crianças demonstram vontade em colaborar.

A realização quer do questionário quer do desenho foi sempre acompanhada pelos monitores coordenadores, pelos monitores de grupo e pela investigadora, embora cada criança preenche-se individualmente o seu questionário/desenho foi importante manter a organização e o silêncio nos quartos, para evitar a desconcentração ou qualquer tendência para copiar respostas. A cooperação dos monitores foi de extrema importância não só na motivação das crianças, como também, no auxílio ao preenchimento dos questionários, tendo em consideração que algumas das crianças participantes apresentavam dificuldades a nível interpretativo e de escrita.

Tal como se pode observar na tabela 4.7 no total foram obtidos 131 questionários e 132 desenhos, num universo de 214 crianças participantes no programa, isto porque 39 não tiveram autorização dos responsáveis legais para participar na investigação e 8 questionários, bem como, 24 desenhos foram invalidados por não terem os requisitos necessários para a sua análise (a maior parte das questões ficaram por responder; desenhos ininterpretáveis).

De salientar ainda que algumas crianças apesar de terem idade, bem como, a devida autorização para preencherem os dois instrumentos de recolha de dados (questionário e desenho) optaram por não fazer o desenho.

Tabela 4.7– População em estudo e administração dos instrumentos de recolha de dados

	Crianças participantes na colónia de férias	Crianças com autorização do responsável legal	Questionários obtidos	Questionários válidos	Desenhos obtidos	Desenhos válidos
1ºTurno	68	54	49	48	49	45
2ºTurno	72	63	43	39	58	45
3ºTurno	74	58	47	44	49	42
Total	214	175	139	131	156	132

4.4. Métodos de análise de dados utilizados

No que diz respeito aos dados obtidos através do inquérito por questionário, estes foram analisados recorrendo ao programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

Após a inserção de todos os dados no referido programa, procedeu-se à utilização dos seguintes métodos de análise estatística:

- Análises univariadas;
- Análises bivariadas;
- Análises multivariadas.

As análises univariadas (média, moda, desvio padrão) foram utilizadas na caracterização sociodemográfica das crianças participantes na investigação, na caracterização das suas práticas turísticas durante as férias e na caracterização da sua experiência na colónia de férias.

Por sua vez as análises bivariadas (*teste-t* e qui-quadrado) foram aplicadas para identificar a existência de diferenças estatisticamente significativas, entre crianças que costumam participar em colônias de férias e crianças que participaram pela primeira vez, quer em termos de práticas turísticas durante as férias, quer em termos de experiência vivenciada no âmbito da sua participação na edição 2014 da Colónia de Férias da Fundação “O Século”.

Por último as análises multivariadas (análises fatoriais de componentes principais) realizadas foram utilizadas para extrair fatores que influenciam as motivações das crianças para participarem no programa Colónia de Férias, bem como, os efeitos do programa no seu bem-estar e inclusão social.

Relativamente aos desenhos obtidos, estes foram analisados com base na identificação dos elementos mais representados e na interpretação das cores utilizadas pelas crianças.

4.5. Conclusão

Neste capítulo foram apresentados os objetivos da investigação, a metodologia de recolha de dados e os métodos de análise de dados adotados na presente dissertação.

Os objetivos da investigação estabeleceram-se com base na revisão de literatura, bem como, na oportunidade de investigar um grupo de crianças desfavorecidas participantes num Programa de Turismo Social, nomeadamente, na Colónia de Férias da Fundação “O Século”. Assim esses objetivos passam pela análise das práticas turísticas das crianças durante as férias, análise da experiência vivenciada no âmbito da edição 2014 da Colónia de Férias (motivações, satisfação e benefícios), identificação de fatores que poderão influenciar as motivações de participação no programa, bem como, os efeitos do programa no bem-estar e inclusão social das crianças participantes e identificação de diferenças estatisticamente significativas entre crianças com experiência anterior em colônias de férias e crianças sem experiência anterior, no que se refere às práticas turísticas durante as férias e experiência vivenciada no âmbito do programa Colónia de Férias da Fundação “O Século”

Em termos de metodologia de recolha de dados adotaram-se dois instrumentos, nomeadamente o inquérito por questionário e desenhos por se considerarem os mais adequados aos objetivos estabelecidos e à população em estudo, ou seja, às crianças. A

aplicação dos questionários e dos desenhos teve lugar nas instalações da Fundação “O Século”, em três dias diferentes (2, 16 e 29 de Julho de 2014) correspondentes aos antepenúltimos dias de realização de cada turno do programa.

Relativamente aos métodos de análise de dados, definiu-se a utilização de análises univariadas, bivariadas e multivariadas para os dados obtidos no inquérito por questionário, cujos resultados são apresentados no capítulo VI. No que diz respeito à análise dos desenhos (apresentada no capítulo VII), esta realizou-se com base na identificação dos elementos mais representados e na interpretação das cores utilizadas pelas crianças.

Capítulo V – A Colónia de Férias da Fundação “O Século”

Introdução

Neste capítulo pretende-se apresentar e caracterizar o programa Colónia de Férias da Fundação “O Século”, enquanto programa escolhido para estudo de caso da presente investigação. No sentido de contextualizar a origem do referido programa, inicia-se o capítulo com a apresentação da história, da sua instituição gestora, a Fundação “O Século”, passando para uma breve descrição das suas atuais áreas de intervenção social, onde por sua vez se insere o programa Colónia de Férias. Por fim, serão apresentadas todas as características do referido programa, desde os seus objetivos, das inscrições, espaço físico em que se desenvolve, atividades promovidas e equipa de acompanhamento.

5.2. A Fundação “O Século” (da origem à atualidade)

A Fundação “O Século” surgiu em 1998, com o objetivo de dar continuidade à obra social de João Pereira da Rosa (diretor do Jornal “O Século”), que teve início em 1927 com a criação de uma Colónia Balnear Infantil.

A funcionar desde 1927 a Colónia Balnear Infantil esteve sempre direcionada para o acolhimento de crianças carenciadas de todo o país com o objetivo de lhes proporcionar umas férias a que de outro modo não teriam acesso. Sempre dependente dos donativos angariados pelo Jornal “O século”, a colónia enfrentou vários desafios financeiros que só foram ultrapassados em 1943 com a criação da antiga Feira Popular de Lisboa – parque de diversões concebido por João Pereira da Rosa com o objetivo de suportar precisamente o financiamento da Colónia Balnear Infantil.

Ainda em 1943, o Conde Monte Real doou ao Jornal “O Século” a quantia de 200.000 escudos, o que permitiu a compra de um terreno junto à Avenida Marginal em S. Pedro do Estoril onde foi construído o novo edifício da colónia (que ainda hoje acolhe a Fundação “O Século” e as diferentes valências sociais, entre as quais a colónia de férias), com 8 mil metros quadrados de área habitável, numa zona privilegiada do Concelho de Cascais e com acesso direto à praia.

A Fundação “O Século” acaba por nascer em 1998, obtendo, passado um ano (1999), o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). A Feira Popular de Lisboa continuou a ser o seu suporte financeiro até ao seu encerramento em 2003. Após o seu encerramento a Câmara Municipal de Lisboa comprometeu-se a pagar anualmente uma indemnização à Fundação “O Século” pela perda de encaixe financeiro, contudo a partir de 2010, essa indemnização deixou de ser paga, deixando a fundação em dificuldades financeiras, que levaram mesmo ao cancelamento temporário do programa Colónia de Férias, em 2012.

No sentido de fazer face às dificuldades financeiras que colocavam em causa a sustentabilidade das suas valências sociais, a administração da Fundação “O século” resolveu aproveitar parte das suas instalações para desenvolver áreas de negócio, que atualmente a par dos donativos de particulares e parcerias com várias instituições públicas (Câmara Municipal de Cascais; Instituto do Emprego e Formação Profissional; instituto da Segurança Social) permitem essa sustentabilidade (Fundação “O Século”, 2013).

5.2.1. Áreas de intervenção social da Fundação “O Século”

A Fundação “O século” trabalha em 5 áreas de intervenção social (lares de acolhimento; educação e lazer; atividades lúdico pedagógicas; apoio às famílias e empresas de inserção), subdivididas em 15 programas (consultar anexo nº2) que visam o apoio de crianças em risco, de idosos e dos mais desfavorecidos e nos quais se inclui o programa Colónia de Férias (Fundação “O Século”, 2013).

5.2.2. Áreas de negócio da Fundação “O Século”

Tal como referido anteriormente a administração da Fundação “O Século” aproveitou parte das suas instalações para criar áreas de negócio que permitissem a sustentabilidade financeira da instituição. Porém salienta-se que apesar do principal objetivo das áreas de negócio ser a angariação de fundos, estas não deixam de estar inseridas num contexto de apoio social, uma vez que os serviços que prestam estão disponíveis a preços flexíveis (que variam consoante os rendimentos declarados) de modo a garantir o acesso principalmente da população mais desfavorecida.

Atualmente essas áreas de negócio são a Cozinha d’O século” (serviços de *takeaway* e de refeições prontas); a “Ajuda Do Lar” (serviços de lavanderia, engomaria e costura) e o “Turismo d’O Século” (serviço de alojamento – 12 suites com vista para o mar e acesso reservado ao solário e 15 quartos duplos) (Fundação “O Século”, 2013).

5.3. Caracterização do Programa - Colónia de Férias da Fundação “O Século”

A Colónia de Férias é atualmente apenas um dos vários programas de apoio social desenvolvidos pela Fundação “O Século” e por essa razão este programa assume atualmente características muito diferentes das iniciais, que se vão alterando e adaptando anualmente ao orçamento financeiro da fundação.

O programa Colónia de Férias foi concebido originalmente para proporcionar uma estadia fora do quadro habitual de vida a crianças carenciadas de todo o país, durante as suas férias de verão. Contudo, em 2010 e 2011 o programa funcionou apenas em sistema aberto (não residencial⁵) e em 2012 não esteve em funcionamento. Em 2013, a colónia reabriu, com o funcionamento de cinco turnos (de 11 dias cada), em sistema fechado (residencial), acolhendo no total 338 crianças carenciadas (tabela 5.1). Em 2014, a Colónia reabriu novamente em sistema fechado, mas teve uma redução substancial para 3 turnos (de 11 dias cada) acolhendo apenas 214 crianças (tabela 5.2).

Tabela 5.1– Participantes na Edição 2013 da Colónia de Férias

Edição 2013				
Turnos	Data de realização	Monitores	Crianças	Total de Participantes
1º Turno	De 25 de Junho a 4 de Julho de 2013	15	68	83
2º Turno	De 9 a 18 de Julho de 2013	14	66	80
3º Turno	De 23 de Julho a 1 de Agosto de 2013	14	69	83
4º Turno	De 6 a 15 de Agosto de 2013	15	64	79
5º Turno	De 20 a 31 de Agosto de 2013	15	71	86
TOTAL		73	338	411

Fonte: Dados disponibilizados pela Diretora do Programa

⁵ Segundo o Artigo 8 do Decreto-Lei n.º 32/2011, os campos de férias classificam -se de acordo com as seguintes categorias: a) Residenciais, nos casos em que a sua realização implique o alojamento; b) Não residenciais, nos restantes casos.

Tabela 5.2 - Participantes na Edição de 2014 na Colónia de Férias

Edição 2014				
Turnos	Data de realização	Monitores	Crianças	Total de Participantes
1º Turno	De 23 de Junho a 4 de Julho de 2014	15	68	83
2º Turno	De 7 a 18 de Julho de 2014	15	72	87
3º Turno	De 21 de Julho a 1 de Agosto	15	74	89
TOTAL		45	214	214

Fonte: Dados disponibilizados pela Diretora do Programa

De referir que a redução dos turnos e consequentemente do número de participantes, foi a solução encontrada pela administração da Fundação “O Século”, no sentido de viabilizar a abertura do Programa em 2014, sem que isso coloca-se em causa a sustentabilidade financeira da própria Fundação. Apesar de todas as readaptações que o programa teve ao longo dos anos (devido a constrangimentos financeiros), este continua a ser um dos símbolos da Fundação “O Século” e uma referência junto do público em geral (Fundação O Século, 2013).

De referir ainda que a Fundação “O Século” está licenciada para desenvolver campos de férias, cumprindo todos os requisitos legais em termos de higiene e segurança das suas instalações, como comprova o registo nº 139/DRLVT de 18/04/2013 concedido pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude (Fundação “O século”,2014).

No que diz respeito à imagem comercial do programa, o logótipo (figura 5.2) escolhido representa um menino a brincar na praia com o *slogan* “Colónia de Férias – Um Verão Mais Divertido”. Este logotipo faz referência ao público-alvo programa (a criança), à componente principal do programa (brincar na praia) e a um dos objetivos principais do programa (a diversão das crianças).

Figura 5.2 - Logotipo do Programa



Fonte: Fundação “O Século” (2014)

5.3.1. Objetivos do Programa

Reconhecendo que as “férias são sinónimo de convívio, partilha de bons momentos, descanso, mas, também de crescimento e descoberta” (Fundação “O Século”, 2014) a quem nem todas as crianças têm acesso, a Fundação “O século”, pretende com este programa dar uma oportunidade única, devidamente enquadrada e regulamentada, a crianças em situação de pobreza e exclusão social. Desta forma os principais objetivos estabelecidos para o programa Colónia de Férias, são os seguintes:

- i) Proporcionar estadias fora do quadro habitual de vida;
- ii) Proporcionar o contacto com comunidades e locais diferentes;
- iii) Proporcionar vivências em grupo como forma de integração social;
- iv) Promover o desenvolvimento global dos utilizadores;
- v) Fomentar a iniciativa e capacidade criadora de todos os elementos envolvidos (Fundação “O Século”, 2014).

5.3.2. Inscrições no Programa

O programa Colónias de Férias da Fundação “O Século” dirige-se essencialmente para crianças carenciadas de todo o país. A inscrição das crianças no programa pode ser feita pelas suas famílias, instituições de acolhimento, autarquias ou por IPSS’s. Contudo o preço difere de acordo com a forma de inscrição e com o escalão de abono de família da criança como se observa na tabela 5.3.

Tabela 5.3- Tabela de preços do programa Colónia de Férias em 2014

Crianças Inscritas Individualmente pela Família de Acordo Com o Escalão de Abono	
1º e 2º Escalão	60,00€
3º e 4º Escalão	110,00€
5º e 6º Escalão	150,00€
Crianças Inscritas Por Outras Entidades	
IPSS	75,00€
Autarquias	150,00€

Fonte: Dados disponibilizados pela Diretora do Programa

A Fundação “O Século” inicia a divulgação do programa entre o mês de Fevereiro e o mês de Março, através do seu site, *facebook* ou do envio de *e-mail* diretamente para algumas

instituições e câmaras municipais participantes em anos anteriores. O prazo limite para entrega das inscrições e documentação necessária estende-se até ao final de Maio, processando-se a seleção dos participantes com base no cumprimento desse mesmo prazo e na frequência de participação da criança no programa, atribuindo-se prioridade às crianças que nunca participaram.

De salientar que o intervalo de idades aceite para a inscrição das crianças é dos 6 aos 12 anos, mas existem exceções, devido ao fluxo de pedidos de participação de crianças com 13 e 14 anos de idade. Essas exceções ocorrem desde que se verifique que as crianças se integrarão facilmente sem perturbar o funcionamento das atividades e haja justificação por parte das entidades que os inscrevem (como por exemplo crianças que correm o risco de ficar sozinhas em casa - informação disponibilizada pela Diretora do Programa).

5.3.3. Espaço físico do Programa

No que diz respeito ao espaço físico utilizado para a realização do programa, este divide-se entre as instalações (interiores e exteriores) da Fundação, a praia (S. Pedro do Estoril) e os locais onde se realizam os passeios, que em 2014 tiveram lugar no Parque Marechal Carmona em Cascais e Piscina Oceânica em Oeiras.

Entre os vários espaços das instalações da Fundação “O Século” utilizados no âmbito da Colónia de Férias, encontram-se: i) Seis camaratas com beliches, com capacidade para 12 crianças e 2 monitores; ii) Instalações sanitárias, com duches para meninos e meninas; iii) Refeitório; iv) Sala polivalente; v) Campo de jogos; vi) Parque infantil; vii) Quatro salas para realização de ateliers; viii) Biblioteca e acesso à internet e ix) Lavandaria (Fundação “O Século”, 2013) (consultar anexo nº 3).

5.3.4. Atividades promovidas

No que diz respeito às atividades promovidas, estas podem diversificar de ano para ano, embora mantenham sempre um carácter lúdico-pedagógico e estejam sobretudo ligadas à praia e ao mar, de modo a usufruir em pleno da localização privilegiada, da colónia de férias, junto à praia de S. Pedro do Estoril (Fundação “O Século”, 2013).

Na edição 2014 da Colónia de Férias da Fundação “O Século” as atividades promovidas foram: i) mangueirada; ii) praia; iii) ateliers; iv) caça ao tesouro; v) culinária; vi) gincana; vii) baptismo do surf; viii) discoteca; ix) passeios; x) festival do século; xi) *peddy paper* e xii) *Karaoke*, tal como se pode constatar no anexo nº 4. Salienta-se que a escolha destas atividades tem em consideração não apenas a sua adequação à idade das crianças participantes (dos 6 aos 12 anos) mas também a possibilidade de lhes proporcionar a vivência de novas e diferentes experiências, a interação grupal, o contacto com novos locais e cenários, a aquisição de novas aprendizagens, ao mesmo tempo que satisfaz as suas necessidades de lazer e de divertimento.

5.3.5. A equipa de acompanhamento

A equipa que acompanha diariamente as crianças durante a sua estadia na Colónia de Férias é composta pelos seguintes elementos:

- 1 Diretor Técnico;
- 2 Coordenadores;
- Monitores e Auxiliares de Monitor na proporção de 1 para cada 5 crianças;
- 1 Médico/Enfermeiro;
- 1 Psicólogo (Fundação “O Século”, 2013).

De toda a equipa, os coordenadores, monitores e auxiliares de monitor, são os elementos que mais convivem e intervêm na experiência das crianças, mais do que simples animadores eles são responsáveis pelo bem-estar e segurança de todas as crianças participantes. Tendo em consideração que muitas delas apresentam problemas de saúde que requerem cuidados especiais (alimentação, higiene, medicação, etc.) o recrutamento destes elementos – coordenadores, monitores e auxiliares de monitor – obedece uma seleção criteriosa (consultar anexo nº5).

5.4. Conclusão

As colónias de férias infantis surgiram como uma atividade de cariz assistencial, destinada a apoiar crianças oriundas de estratos sociais desfavorecidos (CNJ, 2009), representando a Colónia Balnear Infantil “O Século” uma das primeiras instituições a promover este tipo de atividade em Portugal.

Apesar de atualmente as colónias/campos de férias residenciais estarem direcionadas para outro tipo de público, sendo essencialmente uma atividade desenvolvida com fins lucrativos (CNJ, 2009), a Fundação “O Século” contraria essa tendência, mantendo a sua tradição ao promover o programa Colónia de Férias apenas para crianças carenciadas.

Contudo, devido a dificuldades financeiras que colocaram em causa a continuidade deste e de outros programas de intervenção social que a Fundação “O Século” desenvolve, foi necessário recorrer a inovadoras ideias de negócio, entre as quais se destaca o projeto “Turismo d’O Século”. Este projeto, que se baseia na oferta do serviço de alojamento turístico a um preço acessível, é também ele, um exemplo de como pode o turismo funcionar em prol da sociedade, uma vez que as receitas são revertidas para a sustentabilidade da fundação.

Conscientes das dificuldades que ainda assim a Fundação “O Século” enfrenta, espera-se que os resultados apresentados nos próximos capítulos sirvam de alguma forma para comprovar a importância do programa Colónia de Férias, alertando para a necessidade da sua realização.

Capítulo VI – Análise e discussão dos resultados - inquérito por questionário

6.1. Introdução

Este capítulo a par do seguinte (Análise dos desenhos) assume a importância de dar resposta aos objetivos propostos na presente investigação, bem como, à pergunta de partida: “Poderá o turismo contribuir para o bem-estar e inclusão social de crianças carenciadas?” Assim, como base nesse propósito, serão analisados os resultados obtidos no inquérito por questionário, aplicado no final de cada um dos três turnos, que integraram a edição de 2014, do programa Colónia de Férias da Fundação “O Século”.

A análise dos resultados encontra-se dividida em quatro partes: i) Caracterização sociodemográfica dos inquiridos; ii) Caracterização das práticas turísticas dos inquiridos; iii) Caracterização da experiência dos inquiridos na Colónia de Férias e iv) Comparações entre grupos participantes no programa Colónia de Férias. A última parte em particular, pretende apresentar uma comparação entre dois grupos – crianças com experiências anteriores em colónias de férias e crianças que estavam a participar pela primeira vez numa colónia de férias – no que se refere quer às suas práticas turísticas durante as férias quer à sua experiência na edição 2014 da Colónia de Férias da Fundação “O Século”.

De referir que apesar do número total de participantes no programa Colónia de Férias corresponder a 214 crianças, nem todas foram sujeitas ao instrumento inquérito por questionário, umas devido à sua idade (menores de 8 anos) e outras por não terem autorização do seu responsável legal para participar na investigação, sendo que o total da amostra conseguida foi de 131 crianças.

6.2. Caracterização sociodemográfica dos inquiridos

Nesta secção serão apresentados os resultados relativos ao perfil sociodemográfico de todas as crianças inquiridas no âmbito do estudo empírico realizado na presente dissertação.

Iniciando a análise pela variável género, conforme se pode observar na Tabela 6.1, a maioria das crianças inquiridas (55,70%) são do sexo feminino. Representando as crianças inquiridas do género masculino 44,30% da amostra.

No que diz respeito à variável idade é necessário ter em consideração que só foram inquiridas crianças com 8 ou mais anos e que apesar da idade limite de participação na Colónia de Férias ser de 12 anos, existem exceções (como referido na metodologia) que podem aumentar a idade limite para os 14 anos.

Assim, verifica-se, através da tabela 6.1, que predominam na amostra as crianças com 12 anos (26,00%), em segundo lugar as com 11 e 9 anos com igual percentagem (17,60%) sucedidas das crianças com 10 anos (14,50%) de idade. As crianças com 8 anos (13,00%) e entre os 13 e os 14 anos (11,40%) constituem a menor representação na amostra.

Como é ainda possível verificar na tabela 6.1. a média de idades é de 10,66 anos, a mediana de 11 anos e o desvio padrão entre idades registadas é de 1,704.

Tabela 6.1- Perfil sociodemográfico das crianças inquiridas

Caracterização sociodemográfica das crianças inquiridas					
Descrição	N	%	Média	Mediana	Desvio Padrão
Género	131	100%			
Masculino	58	44,30%			
Feminino	73	55,70%			
Idade	131	100%	10,66	11,00	1,704
8 anos	17	13,00%			
9 anos	23	17,60%			
10 anos	19	14,50%			
11 anos	23	17,60%			
12 anos	34	26,00%			
13 e 14 anos	15	11,40%			

6.3. Caracterização das práticas turísticas dos inquiridos nas férias

De seguida serão analisados neste ponto aos resultados relativos às Práticas de Lazer e Turismo, das crianças inquiridas, durante as férias, que se baseiam nos três seguintes aspetos:

- i. Prática de férias fora de casa;
- ii. Participação em Colónias de Férias;
- iii. Prática de atividades de lazer durante as férias.

6.3.1. Prática de férias fora de casa

Como se verificou através da revisão de literatura as férias passadas fora do ambiente habitual são para as crianças carenciadas uma necessidade e não um luxo (Sedgley et al., 2011). Contudo apesar deste reconhecimento, a “oportunidade de passar uma semana de férias, por ano, for de casa” foi, em 2009, o indicador em que as crianças portuguesas apresentavam a maior taxa de privação infantil (EUROSTAT – EU-SILC, 2014). Assim considerou-se fundamental analisar a situação das crianças inquiridas perante esta prática, identificando por um lado os locais onde costumam passar férias e por outro lado os constrangimentos à prática de férias fora de casa.

Como se pode observar na tabela 6.2, a maioria (84,70%) das crianças inquiridas costuma fazer férias fora de casa, indicando um baixo nível de privação da amostra no que diz respeito a esta prática.

Tabela 6.2- Prática de férias fora de casa

Descrição	N	%
Total de respostas obtidas	131	100%
Costuma fazer férias fora de casa	111	84,70%
Não costuma fazer Férias Fora de Casa	20	15,30%

Contudo, quando analisados os locais onde costumam passar as férias (tabela 6.3), verifica-se que as “colónias de férias” (40,54%) assumem o local mais referenciado, pelos inquiridos, o que poderá explicar a elevada percentagem de crianças que costuma passar férias fora de casa. Tal como Minnaert et al. (2011) referem, para os grupos mais

desfavorecidos da sociedade, o turismo social constitui, muitas vezes, a única oportunidade de fazerem cumprir o seu direito ao turismo.

Ainda no que diz respeito, aos locais onde as crianças referem ser habitual passar as suas férias, verifica-se que as categorias “Regiões ou Cidades de Portugal” (30,63%) e “Outros” (22,52%) foram a seguir à categoria “Colónias de Férias”, as mais referenciadas por parte dos inquiridos (tabela 6.3). De referir que as “Regiões e Cidades de Portugal” abrangem locais de norte a sul do país, e a categoria “Outros” não se refere propriamente a locais, mas antes, a atividades que as crianças costumam praticar nas suas férias, como por exemplo ir à praia, à piscina, ao rio, acampar, entre outras. Salienta-se ainda que em nenhuma criança referiu locais/destinos fora do país.

Tabela 6.3 – Locais onde as crianças inquiridas passam as suas férias habitualmente

Categorias referidas	N	%
Colónias de férias	45	40,54%
Regiões ou cidades de Portugal	34	30,63%
Casa de amigos ou familiares	14	12,61%
Outros	25	22,52%

No que diz respeito às crianças inquiridas que não costumam fazer férias fora de casa (15,30% da amostra correspondente a 20 crianças) apenas 16 justificaram o motivo. Entre os vários motivos mencionados, a categoria de resposta mais frequente (apresentada por 9 crianças) refere-se às dificuldades financeiras da família, identificada pelas seguintes expressões: “não há dinheiro”, “porque os meus pais não têm dinheiro”, “os meus pais não podem pagar”, “porque os meus pais trabalham e se eles tirarem férias é dinheiro que eles perdem”. Tais expressões demonstram que estas 9 crianças inquiridas têm uma clara noção da sua situação de privação e que para elas as dificuldades económicas da família constituem o maior constrangimento no acesso ao turismo.

As restantes 7 crianças referiram motivos diversificados, alguns deles pouco claros como, como por exemplo: “porque tem estado frio” e “porque não me vão buscar”; outros que demonstram a preferência por não fazer férias fora de casa, tais como: “porque eu e a minha família gostamos de ficar em casa” e “porque tenho um parque e um campo ao pé de minha casa” e finalmente outros que podem estar relacionados também com questões económicas mas que as crianças não referem explicitamente, como por exemplo: “não sei”, “não temos muito tempo para férias” e “não tive oportunidade”.

6.3.2. Participação em colónias de férias

No que se refere à experiência, das crianças inquiridas, em colónias de férias é possível verificar na tabela 6.4, que a maioria (64,90%) já participou neste tipo de programas, como seria de esperar pela análise realizada no ponto anterior.

Tabela 6.4- Participação anterior em colónias de férias

Descrição	N	%
Total	131	100%
Já tinham participado em colónias de férias	85	64,90%
Nunca tinham participado em colónias de férias	46	35,10%

Relativamente às colónias em que já participaram, as crianças inquiridas referiram o nome de 18 colónias de férias no total. Contudo, a grande maioria, 72,90%, mencionou a Colónia de Férias da Fundação "O Século", seguida da Candeia (20,00%), da Praia Campo (17,60%), da Colónia de Férias da Torreira (12,90%), da Quinta do Arrife (12,90%), da Areia Branca (7,10%) e do Meco (5,90%) (tabela 6.5).

Tabela 6.5– Colónias referidas pelas crianças inquiridas com participações anteriores

Categorias	N	%
Colónia de Férias da Fundação "O Século"	62	72,90%
Candeia	17	20,00%
Praia Campo	15	17,60%
Colónia de Férias da Torreira	11	12,90%
Quinta do Arrife	11	12,90%
Areia Branca	6	7,10%
Meco	5	5,90%
Outras	12	14,01%

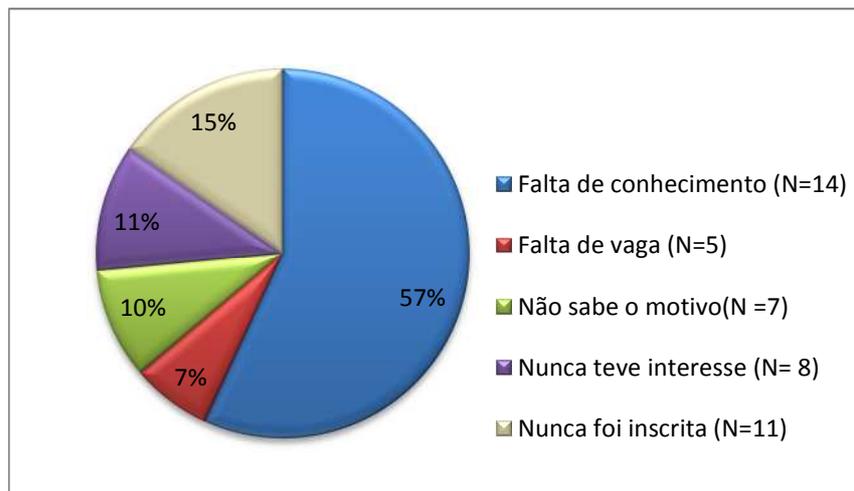
Todas as outras colónias mencionadas, como a Baleia; a Estrela Marinha; o Campo Grande; a Quinta do Restelo; os Jovens Seguros, a Junta de Freguesia do Afonsoeiro; a Atalaia; as Amoras; as Torrinhas; a Apúlia e a ABLA, foram agrupadas na categoria “Outras” (14,01%), pela baixa frequência de valores registados.

De salientar que das principais colónias referidas pelos inquiridos, todas têm como público-alvo crianças desfavorecidas, embora a Candeia, a Quinta do Arrife, a Areia Branca e o Meco, estejam especificamente direcionadas para crianças institucionalizadas em lares de acolhimento (Candeia, 2013; Casa Pia de Lisboa, 2012). No que diz respeito à idade limite de participação estabelecida pelas colónias, apenas a Candeia acolhe crianças

com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, todas as outras limitam a participação das crianças para a facha etária dos 6 aos 12 anos. Em termos de tipo de sistema adotado, todas as colónias trabalham em sistema fechado/residencial, com exceção da Praia Campo que funciona em sistema aberto (Câmara Municipal de Lisboa, 2014).

Relativamente às 46 crianças inquiridas que estavam a ter a sua primeira experiência em colónias de férias, apenas uma não apresentou o motivo de nunca ter participado. Das outras 45 crianças, 57% respondeu desconhecer a existência deste tipo de programas, 15% refere nunca ter sido inscrita anteriormente, 11% nunca ter tido interesse em participar, 7% a falta de vaga para as receber na colónia e 10% desconhece o motivo pelo qual nunca participou (figura 6.1).

Figura 6.1- Motivo da não participação anterior em colónias de férias



6.3.3. Prática de atividades de lazer durante as férias

Prosseguindo para a análise da prática de atividades de lazer durante as férias, observa-se na tabela 6.6, que existem diferenças consideravelmente significativas entre a média de frequência das várias atividades.

Tendo em consideração que a frequência, na prática das atividades, foi medida numa escala de 1 a 5 pontos, em que 1 representa “nunca praticou” e 5 “sempre praticou”, verifica-se então, através da tabela 6.4, que existem três conjuntos de atividades agrupadas de acordo com a frequência da sua prática:

- i) Atividades praticadas com pouca frequência, em que a média não ultrapassa os 2,1 – Parques Aquáticos (1,82); Jardim Zoológicos ou Aquários Gigantes (1,95); Acampar (1,98); Parques de Diversões (2,07) e Museus e Monumentos (2,10);
- ii) Atividades praticadas com uma frequência intermédia, em que a média é inferior a 3,4 – Ler (3,11); Navegar na Internet (3,14); Piscina (3,21); Andar de Bicicleta (3,29); Jogos de Computador (3,30) e Parque Infantil (3,33);
- iii) Atividades praticadas com maior frequência, em que a média é superior a 3,8 – Praia (3,84); Ver Televisão (3,96); Jogar e Brincar Com os Amigos (4,27).

Destaca-se ainda, dos resultados representados na tabela 6.6, que 55,4% das crianças inquiridas referem nunca ter frequentado um parque aquático, 50,4% nunca ter acampado, 47,3% nunca ter visitado um parque de diversões e 36,4% nunca ter visitado um jardim zoológico ou aquário gigante, durante as férias.

Tabela 6.6 – Atividades de lazer praticadas durante as férias

Designação das atividades	N	Frequências (%)					Estatística Descritiva		
		1 - Nunca	2	3	4	5- Sempre	Média	Mediana	Desvio Padrão
Acampar	131	50,4%	17,6%	18,3%	10,7%	3,1%	1,98	1	1,183
Praia	131	3,1%	6,9%	26,7%	29,8%	33,6%	3,84	4	1,066
Piscina	131	3,8%	16,0%	47,3%	20,6%	12,2%	3,21	3	0,985
Jardim Zoológico ou Aquários Gigantes	129	36,4%	39,5%	17,1%	6,2%	0,8%	1,95	2	0,926
Parques de Diversões	131	47,3%	19,8%	18,3%	7,6%	6,9%	2,07	2	1,260
Museus ou monumentos	131	32,1%	36,6%	22,1%	7,6%	1,5%	2,10	2	0,991
Parque infantil	131	6,1%	17,6%	32,8%	24,4%	19,1%	3,33	3	1,153
Parques Aquáticos	130	55,4%	21,5%	13,1%	5,4%	4,6%	1,82	1	1,138
Andar de Bicicleta	129	17,8%	10,1%	20,2%	28,7%	23,3%	3,29	4	1,400
Jogar/Brincar com amigos	131	1,5%	5,3%	17,6%	15,3%	60,3%	4,27	5	1,031
Ver televisão	130	9,2%	3,1%	13,8%	30,0%	43,8%	3,96	4	1,241
Jogos de Computador	131	17,6%	12,2%	17,6%	28,2%	24,4%	3,30	4	1,418
Ler	131	13,7%	16,0%	32,8%	19,8%	17,6%	3,11	3	1,269
Navegar na Internet	131	26,0%	7,6%	19,8%	19,8%	26,7%	3,14	3	1,543

Em termos de atividades que apresentam maior disparidade entre a frequência de realização, Navegar na Internet, destaca-se pelo desvio padrão que apresenta de 1,543 e pelo facto de apresentar uma percentagem de respostas aproximada nos pontos “nunca” praticado (26,0%) e praticado “sempre” (26,7%), durante as férias. Esta diferença poderá ser justificada pela proveniência da criança, pois as crianças institucionalizadas em lares de acolhimento têm um acesso mais controlado à internet e outras tecnologias.

Posto isto verifica-se que apesar das férias representarem um período preferencialmente de lazer, para as crianças inquiridas, as atividades mais frequentemente praticadas durante esse tempo são essencialmente de carácter gratuito (brincar/jogar com amigos; praia) ou

pelo menos não representam um acréscimo de despesa (como por exemplo ver televisão). Assim como, atividades que partilhem a característica de serem pagas, muito embora estejam direcionadas principalmente para crianças, não fazem parte do leque de atividades frequentemente praticadas nas férias pelos inquiridos. Isto poderá indicar não apenas um constrangimento a nível económico, mas também a desigualdade de oportunidades que muitas vezes conduzem ao acentuar de sentimentos de exclusão social.

6.4. Caracterização da experiência dos inquiridos na colónia de férias

Este último ponto analisará os resultados relativos a tudo o que envolveu a experiência de participação, das crianças inquiridas, na colónia de férias da Fundação “O Século”, assumindo por isso uma elevada importância no que diz respeito à resposta das questões de investigação da presente dissertação.

Assim serão abordados concretamente cinco subconjuntos de dados relativos, nomeadamente:

- Motivações de participação no Programa;
- Satisfação para com o Programa;
- Benefícios de participação no Programa;
- Descrição da experiência;
- Fidelização para com o Programa.

6.4.1. Motivações de participação no Programa

As motivações de participação no programa indicam as razões pelas quais as crianças inquiridas desejaram participar na Colónia de Férias da Fundação “O Século”. Na presente investigação a avaliação das motivações foi realizada com base na concordância das crianças inquiridas relativamente a 8 itens motivacionais, através de uma escala de Likert de 1 (discordo muito) a 5 (concordo muito). Assim, no sentido de tentar identificar um conjunto reduzido de fatores que representassem os itens motivacionais, procedeu-se a uma análise de componentes principais, para extrair os fatores principais das motivações. Posto isto, através do método de rotação varimax, foi possível extrair de todo o conjunto, dois

fatores principais. O primeiro fator diz respeito à necessidade de “Aventura e Libertação” e o segundo fator à de “Socialização e Interação” (tabela 6.7).

Tabela 6.7- Fatores Motivacionais Extraídos

Itens		Comunalidades	Factor loading	
Aventura e Libertação	Ter novas aventuras	0,659	0,806	
	Aprender coisas novas	0,605	0,749	
	Sentir-me livre	0,550	0,711	
Socialização e Interação	Fazer novas amizades	0,612		0,759
	Descansar da rotina diária	0,438		0,661
	Brincar e jogar com outros meninos (as)	0,596	0,423	0,645
	Conquistar o respeito e admiração dos outros	0,468		0,643
	Divertir-me	0,518	0,490	0,527
% da variância explicada			43,023	12,528
% da variância explicada acumulada			43,023	55,55
Cronbach Alpha			0,697	0,697
Eigenvalues			2,225	2,219
N=131		KMO=0,807	Bartlett's Test (sig=0,000)	

Esta análise considera-se válida pelos valores obtidos através da medida de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) que apresenta um valor superior 0,8, do teste de Bartlett's cujo valor da significância é inferior a 0.05 (sig. =0.000) e também pelo facto dos dois fatores explicarem 55,55% da variância.

Verifica-se ainda que os valores estimados das comunalidades, de ambos os fatores são superiores a 0,5, com exceção de dois itens que estão entre 0,43 e 0,46. Para além de tudo isto, realizou-se ainda um teste para observar a consistência interna dos fatores nomeadamente, o *Cronbach Alpha*. Verificando-se assim que os dois fatores apresentam um valor razoável de consistência interna, uma vez que ambos “aventura e libertação” e “socialização e interação” apresentam o valor de 0,697.

Analisando as médias dos itens das diversas componentes, verifica-se que as crianças inquiridas apresentam-se motivadas em todas as dimensões identificadas, com as médias dos itens motivacionais a situarem-se acima de 4 na escala de 5 pontos (anteriormente identificada). No entanto, observa-se que as principais motivações para participar na Colónia de Férias passaram pela criação de novas amizades e pela diversão (médias iguais

ou superiores a 4,70). As crianças inquiridas mostram-se menos motivadas face à necessidade de conquistar o respeito dos outros, de se sentirem livres e de descansar da rotina diária (médias inferiores a 4,30) (tabela 6.8).

Tabela 6.8- Motivações para a participação na Colónia de Férias

Motivações	N	Frequências (%)					Estatística Descritiva		
		1 - Discordo muito	2	3	4	5- Concordo muito	Média	Mediana	Desvio Padrão
Aprender coisas novas	131	0,8%	4,6%	3,8%	42,7%	48,1%	4,33	4	0,818
Sentir-me livre	130	3,1%	3,1%	8,5%	41,5%	43,8%	4,20	4	0,943
Ter novas aventuras	131	0,0%	3,1%	6,9%	33,6%	56,5%	4,44	5	0,755
Fazer novas amizades	130	0,0%	0,8%	1,5%	20,8%	76,9%	4,74	5	0,522
Divertir-me	131	0,8%	0,8%	0,8%	22,9%	47,8%	4,70	5	0,604
Conquistar o respeito e admiração dos outros	131	3,1%	6,1%	12,2%	32,8%	45,8%	4,12	4	1,045
Brincar e jogar com os outros meninos (as)	131	1,5%	1,5%	4,6%	32,8%	59,5%	4,47	5	0,788
Descansar da rotina diária	131	3,1%	6,1%	12,2%	23,7%	55,0%	4,21	5	1,074

De referir que a importância da criação de novas amizades, foi também salientada nos trabalhos de Larsen e Jessen (2004) e Quinn et al. (2008). Larsen e Jessen (2004) concluem que para as crianças a principal motivação de participação numa visita de estudo, não passa pelo local para onde viajam, nem pelas aprendizagens que adquirem, mas antes pelo fato de viajarem com amigos. Os autores associam esta motivação ao fato das crianças encararem as visitas de estudo como uma oportunidade para desenvolver a sua pertença social em relação aos seus pares, para testar suas próprias identidades e construir e reconstruir laços sociais. Por sua vez, Quinn et al. (2008) verificaram também no seu estudo, que para as crianças com experiência anterior em Programas de Turismo Social, a principal motivação para voltar a participar no mesmo género de Programas, passa pelo reencontro de amigos e pela criação de novas amizades. Os autores associam a importância da criação de amizades, ao fato das crianças carenciadas terem horizontes sociais limitados e conseqüentemente pouco contacto com diferentes pessoas e estilos de vida.

6.4.2. Satisfação para com o programa

A avaliação da satisfação para com o programa dividiu-se em duas partes. A primeira parte diz respeito às componentes principais oferecidas pelo programa e a segunda parte refere-se às atividades praticadas pelas crianças inquiridas no âmbito do programa. Em ambas as partes utilizou-se uma escala de 1 (não gostei nada) a 5 (gostei muito) para medir o nível de satisfação dos inquiridos.

Analisando a tabela 6.9 é possível verificar que as crianças inquiridas consideram-se extremamente satisfeitas com as várias componentes do programa (atividades e recursos humanos), situando-se a média de cada componente acima de 4,00 numa escala de 5 pontos (anteriormente identificada). De referir ainda que os dois itens apresentaram uma frequência de respostas superior a 50% no ponto 5 da escala (gostei muito) e nenhuma resposta no ponto 1 da escala (não gostei nada).

Tabela 6.9- Satisfação com as componentes do Programa

Componentes	N	Frequências (%)					Estatística Descritiva		
		1 – Não Gostei nada	2	3	4	5- Gostei muito	Média	Mediana	Desvio Padrão
Atividades	131	0,0%	0,0%	5,3%	27,5%	67,2%	4,62	5	0,588
Recursos Humanos (Monitores)	131	0,0%	0,8%	6,1%	19,1%	74,0%	4,66	5	0,628

No que respeito às atividades realizadas na Colónia de Férias, é possível observar na tabela 6.10, que as crianças inquiridas demonstram também um elevado nível de satisfação, situando-se a média de cada atividade acima de 4 numa escala de 5 pontos (referida anteriormente). No entanto, atividades como o “Karaoke”, o “Peddy Papper” e a “Gincana” apresentam um desvio padrão considerável (entre os 0,963 e 1,210), o que indica alguma diversidade no nível de satisfação das crianças inquiridas para com estas atividades. Por outro lado, a “Discoteca”, o “Festival do Século”, a “Caça ao Tesouro”, a “Culinária”, os “Passeios” e “Praia” são atividades que se destacam por ter uma média de satisfação superior a 4,5 e uma frequência de respostas superior a 60% no ponto 5 da escala (gostei muito), revelando uma evidente preferência das crianças inquirida.

Tabela 6.10- Satisfação para com as atividades praticadas na Colónia de Férias

Atividades	N	Frequências (%)					Estatística Descritiva		
		1 - Discordo muito	2	3	4	5- Concordo muito	Média	Mediana	Desvio Padrão
Mangueirada	131	1,5%	3,1%	6,1%	35,1%	54,2%	4,37	5	0,853
Praia	131	0,0%	1,5%	7,6%	29,0%	61,8%	4,51	5	0,706
<i>Ateliers</i>	131	1,5%	2,3%	14,5%	24,4%	57,3%	4,34	5	0,917
Caça ao Tesouro	131	2,3%	0,8%	1,5%	16,8%	78,6%	4,69	5	0,755
Culinária	130	0,8%	2,3%	0,0%	26,2%	70,8%	4,66	5	0,604
Gincana	130	3,8%	1,5%	6,9%	30,8%	56,9%	4,35	5	0,963
Discoteca	131	0,0%	1,5%	4,5%	11,5%	85,5%	4,81	5	0,528
Passeios	131	1,5%	0,8%	5,3%	28,2%	64,1%	4,53	5	0,768
Festival do Século	129	0,0%	1,6%	4,7%	17,1%	76,7%	4,69	5	0,635
<i>Peddy Paper</i>	128	3,1%	0,0%	21,9%	22,7%	52,3%	4,21	5	0,993
<i>Karaoke</i>	129	5,4%	4,7%	20,2%	10,1%	59,7%	4,14	5	1,210

6.4.3. Benefícios de participação no Programa

A análise referente aos benefícios que as crianças consideram ter alcançado no âmbito da sua participação na Colónia de Férias da Fundação “O Século”, assume uma relevância central na presente dissertação. Assim, a realização dessa análise processou-se com base na avaliação das crianças sobre o facto da sua participação na colónia de férias, ter contribuído para o alcance de um conjunto de benefícios identificados nos estudos Quinn et al. (2008) e McCabe (2009). Através de uma escala de 1 (discordo muito) a 5 (concordo muito), foi pedido às crianças inquiridas que indicassem o seu nível de concordância face à obtenção desses benefícios.

Analizados os resultados, verificou-se que todos os benefícios obtiveram uma média superior a 4 pontos, numa escala de 5 (referida anteriormente), o que revela uma elevada concordância das crianças inquiridas no que diz respeito ao facto da sua participação na colónia de férias ter contribuído para o alcance desses benefícios (tabela 6.11).

Tabela 6.11- Benefícios de participação no Programa

Benefícios	N	Frequências (%)					Estatística Descritiva		
		1 - Discordo muito	2	3	4	5- Concordo muito	Média	Mediana	Desvio Padrão
Descansar da rotina diária	131	3,1%	2,3%	9,9%	37,4%	47,3%	4,24	4	0,943
Divertimento e criação de memórias felizes	131	0,8%	0,0%	2,3%	24,4%	72,5%	4,68	5	0,598
Sentir-se mais feliz	131	1,5%	3,1%	5,3%	27,5%	62,6%	4,47	5	0,853
Fazer novas amizades	130	0,0%	0,0%	3,1%	22,1%	74,8%	4,72	5	0,516
Aproximar mais dos amigos	131	3,8%	3,8%	4,6%	25,4%	62,3%	4,38	5	1,015
Conhecer pessoas novas	131	0,0%	0,8%	1,5%	22,1%	75,6%	4,73	5	0,527
Aprender coisas novas	130	0,8%	1,5%	3,1%	26,0%	68,7%	4,60	5	0,698
Sentir-se mais confiante	130	0,8%	3,8%	10,0%	29,2%	56,2%	4,36	5	0,872
Conhecer novos locais	130	0,0%	1,5%	4,6%	27,7%	66,2%	4,58	5	0,656
Praticar novas atividades	130	0,0%	0,0%	6,9%	23,1%	70,0%	4,63	5	0,612
Testar conhecimentos	130	3,1%	3,1%	8,5%	30,8%	54,6%	4,31	5	0,971
Descoberta de novas capacidades	130	1,5%	3,1%	4,6%	22,3%	68,5%	4,53	5	0,846

Ainda no que se refere aos benefícios que as crianças mais consideram ter alcançado no âmbito da sua participação no Programa (tabela 6.11), destacam-se a oportunidade de “conhecer pessoas novas” (4,73); “fazer novas amizades” (4,72); “divertir e criar memórias felizes” (4,68); “praticar novas atividades” (4,63) e “aprender coisas novas” (4,60%). Estes benefícios além de terem obtido uma média de concordância superior a 4,50, obtiveram também os menores desvios padrões, o que indica alguma unanimidade, por parte das crianças inquiridas, de que as férias passadas na Colônia da Fundação “O Século” contribuíram para o seu alcance.

Por outro lado, benefícios como a oportunidade de “descansar da rotina diária” (4,24); “testar conhecimentos” (4,31) e “aproximar mais dos amigos” (4,38), além de apresentarem as menores médias, apresentam também, os maiores desvios padrões 0,943;

0,971 e 1,015 respetivamente. Isto indica uma maior diversidade no nível de concordância entre as crianças inquiridas no que diz respeito ao facto da sua participação no programa ter contribuído para o alcance destes benefícios. Destaca-se ainda que estes benefícios são os únicos que apresentam uma frequência superior a 2% nos pontos 1 (discordo muito) e 2 (discordo) da escala.

Posto isto, com o intuito de identificar dimensões dos benefícios percecionados pelas crianças, procedeu-se a uma análise de componentes principais com rotação varimax. Assim verificou-se que existem dois fatores que têm um considerável poder explicativo sobre os benefícios que as crianças inquiridas retiraram da sua participação no programa *Colónia de Férias*. O primeiro fator está associado à “descoberta e diversão” e o segundo fator à “autoestima e desenvolvimento pessoal” (tabela 6.12).

Tabela 6.12 - Fatores principais dos benefícios de participação no Programa

Itens		Comunalidades	Factor loadings	
Descoberta e Diversão	Fazer novas amizades	0,679	0,809	
	Conhecer pessoas novas	0,593	0,808	
	Praticar atividades novas	0,546	0,609	
	Testar conhecimentos	0,423	0,603	
	Divertir e criar memórias felizes	0,434	0,555	
	Descoberta de novas capacidades	0,540	0,533	
Autoestima e desenvolvimento pessoal	Sentir-se mais confiante	0,760		0,867
	Sentir-se mais feliz	0,551		0,708
	Aproximar mais dos amigos	0,531		0,667
	Conhecer novos locais	0,678	0,392	0,663
	Aprender coisas novas	0,667	0,525	0,626
% da variância explicada			48,593	9,605
% da variância explicada acumulada			48,593	58,198
Cronbach Alpha			0,804	0,832
Eigenvalues			3,209	3,193
N= 131		KMO= 0,875	Bartlett's Test (sig=0,000)	

Esta análise foi validada pelos valores da medida de KMO (0,875), do teste de Bartlett (sig=0,000) e das comunalidades que apresentam valores acima de 0,5, exceto em dois itens que estão entre 0,423 e 0,434. Através do teste *Cronbach Alpha*, verifica-se ainda que os fatores “descoberta e diversão” e “autoestima e desenvolvimento pessoal” apresentam valores de 0,804 e de 0,832 respectivamente, o que significa que têm uma considerável consistência interna (tabela 6.12).

O fator, “**descoberta e diversão**”, emerge da oportunidade que a participação na *Colônia de Férias* proporcionou às crianças inquiridas de descobrirem um novo lado da vida a que normalmente não têm acesso, sendo que todas as novidades (novos amigos, pessoas e atividades) além de constituírem uma forma de testar e descobrir capacidades/conhecimentos são, também, aquilo que lhes proporciona a diversão e a criação de memórias felizes. Por sua vez, o fator, “**autoestima e desenvolvimento pessoal**”, está relacionado com os sentimentos positivos que emergem da participação das crianças inquiridas na Colônia de Férias, bem como, com a aprendizagem e conhecimento que adquiriram ao longo da sua estadia.

Nas várias visitas à Colônia de Férias da Fundação “O Século” foi possível observar que o ambiente vivido em cada turno se caracterizava essencialmente pela descontração e diversão de cada elemento interveniente (crianças e monitores). Apesar da seriedade com que algumas regras se faziam cumprir no sentido de manter a organização, o espírito vivido era de muita animação, convívio e partilha. As crianças estavam sempre acompanhadas pelos seus monitores/auxiliares, que muitas vezes também eles próprios participavam nas brincadeiras e atividades, ensinando-as, motivando-as e apoiando-as em todos os momentos. Tal como Quinn et al. (2008) verificaram no seu estudo, o apoio e sobretudo a confiança que os monitores transmitem, assumem extrema importância para estas crianças, que devido a todas as privações a que estão sujeitas diariamente, possuem uma imagem desvalorizada de si próprias. Elas encontram neste tipo de programas, a proteção e a motivação necessárias que lhes permite a abertura para novas descobertas, amizades e aprendizagens, que por sua vez, são essenciais na construção da sua autoestima.

6.4.4. A descrição da experiência

A descrição da experiência foi analisada com base em duas questões distintas do questionário, a primeira refere-se à satisfação para com as oportunidades criadas pelo Programa e a segunda à descrição livre que foi pedida aos inquiridos para fazerem sobre as suas férias passadas no âmbito do Programa.

No que diz respeito à satisfação para com as oportunidades criadas pelo Programa, esta foi analisada com base numa escala tipo Likert de cinco pontos, em que 1 representa “não gostei nada” e 5 “gostei muito”. Assim através da tabela 6.13, verifica-se que todas as oportunidades apresentaram uma frequência de respostas superior a 50% no ponto 5 da escala (gostei muito) e apenas a oportunidade “passar tempo fora de casa”, apresentou respostas (ainda que poucas) no ponto 1 da escala (não gostei nada). Estas respostas negativas em termos de satisfação face à possibilidade de passar tempo fora de casa, justificam-se pelo facto das crianças sentirem saudades da família, como referem no motivo pelo qual não querem voltar à colónia (assunto que se irá analisar mais à frente).

Tabela 6.13 - Satisfação para com as oportunidades criadas pelo Programa

Oportunidades	N	Frequências (%)					Estatística Descritiva		
		1 – Não Gostei nada	2	3	4	5- Gostei muito	Média	Mediana	Desvio Padrão
Experimentar coisas novas	131	0,0%	0,8%	3,1%	29,8%	66,4%	4,62%	5	0,588%
Estar com amigos	128	0,0%	0,0%	2,3%	19,5%	78,1%	4,76%	5	0,482%
Fazer novos amigos	131	0,0%	0,0%	1,5%	19,1%	79,4%	4,78%	5	0,452%
Passar tempo fora de casa	131	1,5%	3,8%	9,2%	29,0%	56,5%	4,35%	5	0,911%

Por outro lado, “fazer novos amigos” a par de “estar com os amigos”, apresenta a maior média de satisfação e a maior frequência de respostas no ponto 5 da escala - gostei muito (tabela 6.13). A importância da criação de novas amizades e do alargamento dos horizontes sociais foram oportunidades também salientadas no estudo de Quinn et al. (2008) sobre os benefícios retirados pelas crianças carenciadas da experiência de passar férias fora de casa. Os referidos autores, explicam que isto acontece porque estas crianças têm horizontes

sociais muito limitados, pouco convívio com outras pessoas e pouca exposição a diferentes estilos de vida.

Por sua vez, o pedido de descrição das férias passadas na Colônia da Fundação “O Século” teve como objetivo perceber se as crianças inquiridas estavam a ter uma experiência positiva ou negativa, mas também, a obtenção de informação não captada pelas questões de resposta fechada, que proporcionasse o enriquecimento da análise de resultados.

Obteve-se no total 125 descrições (apenas 6 crianças optaram por não responder à questão), que na sua maioria retratam uma experiência de férias positiva, por parte das crianças inquiridas. No entanto, existem algumas exceções que apontam determinados aspetos negativos da sua experiência, como por exemplo, “as regras são uma seca, mas adorei imenso; “umas vezes chatas outras vezes fixes”; “se fosse novo gostava ou se fosse uma colônia para mais velhos era muito melhor”.

No que diz respeito às descrições positivas, estas permitem confirmar, os resultados analisados nos dois pontos anteriores (Satisfação para com o Programa e Benefícios de participação), bem como, a importância que este tipo de programas pode ter na vida das crianças carenciadas.

A satisfação para com a participação no programa é visível em todas as descrições positivas que se iniciam quase sempre pelas expressões: “as minhas férias estão a ser maravilhosas”; “fantásticas”; “muito boas”; “muito fixes”; “espetaculares”; ou então, “estou adorar estar aqui”; “gostei muito da colônia”. Entre os motivos mais referidos para essa satisfação, destacam-se as atividades que praticaram e os monitores (componentes do programa): “gostei de ir à praia e à piscina”; “eu ia à praia, à piscina e diverti-me muito na discoteca”; “fiz atividades divertidas”; “eu gostei muito da discoteca”; “é muito fixe o meu monitor”; “eu adoro o século, esta colônia de férias é a minha preferida e gosto muito dos monitores”.

Ficaram também expressas nas descrições das crianças inquiridas, as contribuições benéficas da sua participação no programa, com maior destaque para a diversão “diverti-me muito na colônia”; “o verão mais divertido”; “imensa diversão”; “diverti-me muito este ano”; “divertidas e com muitas risadas”; “eu descrevia como umas férias divertidas e animadas”. No estudo de Hilbrecht et al. (2008) a diversão, destacou-se como um dos

temas que mais emergiram, nas entrevistas realizadas a crianças, no sentido de averiguar, em que consistia para elas a experiência de férias em família. Para os autores ficou claro que a experiência de férias em família se caracterizava essencialmente pela diversão, contudo essa diversão não pode ser analisada isoladamente, ela emerge com base na prática de atividades que satisfazem as crianças e na partilha dessas atividades com alguém.

Para além da diversão, as crianças inquiridas, referem outros benefícios nas suas descrições, como por exemplo, as novas aprendizagens, a prática de novas atividades, a criação de memórias felizes; o surgimento de emoções positivas; o facto de terem feito novas amizades e conhecido pessoas novas: “aqui sinto-me bem e aprendi a ter mais respeito”; “fiz amizades, vivi aventuras e muitas risotas”; “acho que esta colónia ajuda-nos a aprender muitas coisas novas e engraçadas”; “aprendo e ajudo imenso”; “neste ano na colónia eu diverti-me muito e tenho a certeza que para os próximos anos eu nunca me esquecerei disto tudo”; “eu sinto-me feliz de estar aqui”; “ passei momentos muito divertidos e de muita emoção”; “fiz novos amigos e tive uma namorada muito simpática”; “uma casa onde conheci muitas pessoas”.

Algumas crianças inquiridas estabeleceram ainda nas suas descrições, comparações face a outras experiências de férias, deixando evidente a importância das atuais: “foram as melhores férias”; “umas férias fantásticas e inigualáveis”; “não podiam ser melhores”; “diferentes no bom sentido”.

Foi ainda possível observar algumas manifestações referentes ao próximo ponto a ser analisado, nomeadamente à fidelização para com o programa: “este ano eu fui para a colónia para me divertir e gostava de repetir”; “muito divertido se pudesse vinha para cá outro ano”; ”passei umas boas férias e gostava de repetir”.

Como se abordará no próximo ponto o desejo de voltar está relacionado com vários motivos, mas explica-se sobretudo pelo facto do tempo passado na Colónia de Férias se distinguir de forma positiva do tempo passado em casa (Quinn et al., 2008).

6.4.5. Fidelização para com o Programa

A análise que se segue para além de servir o propósito de averiguar a fidelização, das crianças inquiridas, para com a Colónia de Férias da Fundação “O Século”, permite

também, uma reflexão sobre os aspetos que marcaram a experiência destas crianças ao ponto de desejarem voltar a participar no programa.

Coerentemente com os resultados obtidos nas secções “Satisfação para com o Programa”, “Benefícios de participação” e “Descrição da experiência”, 94,70% das crianças inquiridas, afirmam desejar voltar a participar na Colónia de Férias da Fundação “O Século”.

Relativamente às restantes crianças inquiridas (5,3%) apenas uma apresentou aspetos que considerou negativos no programa, como motivo para não desejar voltar a participar: “porque temos de acordar muito cedo e às vezes o comer não é bom”, todas as outras crianças apontam motivos relacionados com as saudades da família e com a sua idade, para não desejarem, ou, não poderem, voltar a participar. Contudo, as saudades de casa e da família referidas por algumas crianças: “eu até gostei mas prefiro ficar em casa”; “porque assim fico longe da minha família e vou ter muitas saudades”; “porque passo muito tempo fora de casa”, apesar de representarem um constrangimento à sua participação neste tipo de programas, são por outro lado, um indicador positivo sobre o seu bem-estar no que diz respeito às relações familiares.

No que diz respeito aos motivos apresentados pelas crianças inquiridas para desejar voltar a participar na Colónia de Férias, ficaram salientes, determinados aspetos/oportunidades proporcionadas pelo programa, como por exemplo: i) a diversão; ii) as amizades que fizeram ou que querem fazer; iii) os monitores; iv) as atividades praticadas; v) a aprendizagem adquirida e vi) a oportunidade de sair um tempo de casa.

Tal como Hilbrecht et al. (2008) referem a diversão nunca pode ser analisada isoladamente e isso comprova-se nas respostas das crianças inquiridas, em que a diversão aparece sempre associada às atividades, aos novos amigos e aos monitores: “para divertir-me e fazer novos amigos”; “porque é divertido e conheci amigos, foi muito giro”; “porque é divertido e os jogos são fixes”; “porque é muito divertido e assim conheço mais amigos e monitores”; “porque é uma colónia fantástica com uns monitores compreensivos e com atividades divertidas para além de promover a responsabilidade e a amizade”.

Por sua vez, a referência aos monitores associa-se sempre a sentimentos positivos: “gosto de estar cá e dos monitores”; “porque adoro o meu monitor”; “porque eu gosto dos

monitores”; “porque eu gosto muito das atividades feitas pelos monitores, já estive cá o ano passado e queria voltar”; “porque gosto do ambiente, monitores e amigos, aqui sou feliz”; “porque tem monitores engraçados”. Tal como referido anteriormente, são os monitores que mais contribuem para o ambiente positivo que se vive no decorrer de cada turno. Para muitas crianças eles constituem também uma figura paternal/maternal que não encontram em casa, ou, que procuram na colónia pelas saudades que têm dos pais. De uma forma geral, os monitores/auxiliares são muito respeitados pelas crianças, embora esse respeito não signifique punição ou autoridade, muito pelo contrário, ele é conquistado pela compreensão: “porque é uma colónia fantástica com uns monitores compreensivos [...]” e por toda a preocupação e carinho que eles dedicam a estas crianças, “[...]estou a ser bem tratada pelos meus monitores”.

Em relação às atividades praticadas, algumas crianças inquiridas, referem também determinadas particularidades que podem explicar a sua importância, nomeadamente o facto de não poderem ser realizadas em casa, bem como, de serem diferentes das praticadas em casa: “faço e vejo (coisas) atividades diferentes do que faço em casa”; “porque é divertido e fazemos coisas novas que em casa não podemos fazer”. Demonstrando que as férias proporcionadas por este tipo de programas se distinguem claramente das férias passadas em casa, como referido no estudo de Quinn et al. (2008).

No que diz respeito à aprendizagem adquirida, (papel preponderante no desenvolvimento pessoal das crianças) esta foi referida, pelas crianças inquiridas, com diferentes sentidos, o primeiro diz respeito à aprendizagem que surge com a prática de novas atividades, “porque aprendi milhares de coisas como por exemplo capoeira [...]” e o segundo à aprendizagem de valores morais. “porque é uma colónia fantástica [...] para além de promover a responsabilidade e a amizade”,

Quanto à oportunidade de sair de casa, esta foi referenciada por algumas crianças inquiridas, no sentido de alívio das pressões e tarefas do dia-a-dia, que por vezes constituem constrangimentos à própria infância impedindo as crianças de o serem (Quinn et al., 2008): “ porque apesar das atividades serem para os putos é fixe porque saís de casa e distraís bem”; “porque dá para estar mais sossegado”; “porque passei coisas muito divertidas e também relaxei muito em não passear as minhas cadelas”.

Por tudo isto, a participação na Colónia de Férias assume elevada importância na vida destas crianças, que algumas exprimem da seguinte forma: “porque foi tão divertido que passava cá toda a minha vida” ou “foi uma das minhas melhores férias, nunca vou esquecer ‘O Século’”. Tais constatações por parte destas crianças levam a compreender que muito mais do que a oportunidade de satisfação das suas necessidades de lazer, a participação neste programa, proporcionou-lhes um momento único nas suas vidas.

6.5. Comparações entre grupos participantes no Programa

De acordo com análise realizada no ponto 6.3.2 existem dois grupos de crianças inquiridas, que se diferenciam em termos de experiência de participação em colónias de férias, nomeadamente crianças que já tinham participado em programas deste género e crianças que estavam a participar pela primeira vez. Neste sentido considerou-se importante para a presente investigação estabelecer uma comparação entre estes dois grupos, quer em termos de práticas turísticas, quer em termos de experiências vivenciadas no âmbito da sua participação na edição 2014 da Colónia de Férias da Fundação “O Século”.

6.5.1. Comparação dos dois grupos em termos de práticas turísticas

No que diz respeito à comparação entre grupos em termos de práticas turísticas (tabela 6.14), iniciamos a análise pelo hábito que as crianças inquiridas têm em passar férias fora de casa. Assim através do teste qui-quadrado (X^2), mais concretamente através do seu p-value (inferior a 0,05) verificou-se que o facto de as crianças passarem férias fora de casa, está estatisticamente relacionado, com o facto de terem participado anteriormente em colónias de férias, por outras palavras, verificou-se que existem uma maior proporção de crianças com o hábito de passar férias fora de casa no Grupo I (crianças que participaram anteriormente em colónias de férias) quando comparado com o Grupo II (crianças que não participaram anteriormente em colónias de férias).

Tabela 6.14 – Comparação entre os dois grupos no que se refere ao hábito de passar férias fora de casa

Hábito de passar férias fora de casa	Grupo I (a)		Grupo II (b)		Total		X^2	
	N	%	N	%	N	%	Teste	p-value
Sim	82	62,6%	29	22,1%	111	84%	25.781	0,00 0
Não	3	2,3%	17	13,0%	20	20%		
Total	85	64,9%	46	35,1%	131	100%		

a) Crianças inquiridas que participaram anteriormente em colónias de férias

b) Crianças inquiridas que não participaram anteriormente em colónias de férias

No que se refere ainda às práticas turísticas das crianças inquiridas, comparou-se também a frequência com que os dois grupos praticam atividades de lazer durante as férias, através do teste t cujos resultados são apresentados na tabela 6.15.

Tabela 6.15 – Comparação entre os dois grupos em termos de atividades de lazer praticadas durante as férias

Atividades	Grupo I (a)			Grupo II (b)			Teste T	
	N	Média	Desvio Padrão	N	Média	Desvio Padrão	Valor	Sig
Acampar	85	2,28	1,231	46	1,43	0,860	4,603	0,000
Praia	85	4,06	0,922	46	3,43	1,088	3,320	0,001
Piscina	85	3,27	1,120	46	3,11	0,905	0,898	0,971
Jardim Zoológico e Aquários Gigantes	83	2,14	1,014	46	1,61	0,614	3,736	0,000
Parques de Diversões	85	2,32	1,329	46	1,61	0,977	3,478	0,001
Museus e Monumentos	85	2,19	1,063	46	1,93	0,827	1,402	0,163
Parque Infantil	85	3,31	1,165	46	3,37	1,142	-0,301	0,764
Parques Aquáticos	84	1,95	1,161	46	1,59	1,066	1,766	0,080
Andar de bicicleta	84	3,19	1,384	46	3,49	1,424	-1,156	0,250
Jogar/Brincar com amigos	85	4,35	0,948	46	4,13	1,166	1,181	0,240
Ver televisão	84	3,93	1,315	46	4,02	1,105	-0,408	0,684
Jogos de computador	85	3,42	1,400	46	3,07	1,436	1,385	0,168
Ler	85	3,05	1,318	46	3,24	1,177	-0,826	0,410
Navegar na internet	85	3,36	1,479	46	2,72	1,557	2,331	0,021

a) Crianças inquiridas que participaram anteriormente em colônias de férias

b) Crianças inquiridas que não participaram anteriormente em colônias de férias

De acordo com os dados apresentados na Tabela 6.15 verifica-se que existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos em análise nas seguintes atividades: acampar, fazer praia, visitar jardins zoológicos e aquários gigantes, parques de diversões e navegar na internet, uma vez que, os seus valores de significância referentes ao teste t são inferiores a 0,05.

Ao analisar as médias dos dois grupos em análise, para cada uma das cinco atividades em que existem diferenças estatisticamente significativas, verifica-se ainda que as crianças que já participaram em colônias de férias apresentam sempre uma média superior de frequência na prática dessas mesmas atividades. Estes resultados podem significar que a participação em colônia de férias contribui para o acesso a determinadas atividades, aliviando privações que as crianças sentem ao nível da dimensão do lazer.

6.5.2. Comparação dos dois grupos em termos de experiência de participação no Programa

Relativamente à comparação dos dois grupos em termos de experiência de participação no programa procedeu-se à realização de testes t para os vários itens que integram as motivações de participação; as componentes do programa; as componentes da experiência; as atividades realizadas no âmbito do programa e os benefícios de participação.

No que diz respeito aos itens motivacionais não existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, como se verifica pela Sig do teste t, que em todos os itens é superior a 0,05 (tabela 6.16).

Tabela 6.16- Comparação entre grupos em termos de motivações de participação no Programa

Motivações	Grupo I (a)			Grupo II (b)			Teste T	
	N	Média	Desvio Padrão	N	Média	Desvio Padrão	Valor	Sig
Aprender coisas novas	85	4,36	0,829	46	4,26	0,801	0,693	0,490
Sentir-me Livre	84	4,20	0,991	46	4,20	0,859	0,039	0,969
Ter novas aventura	85	4,44	0,794	46	4,43	0,688	0,004	0,997
Fazer novas amizades	84	4,74	0,562	46	4,74	0,444	-0,011	0,991
Divertir-me	85	4,74	0,538	46	4,63	0,711	1,002	0,318
Conquistar o respeito dos outros	85	4,11	1,145	46	4,15	0,842	-0,241	0,810
Brincar e jogar com outras crianças	85	4,49	0,750	46	4,43	0,860	0,410	0,682
Descansar da rotina diária	85	4,21	1,103	46	4,22	1,031	-0,029	0,977

a) Crianças inquiridas que participaram anteriormente em colónias de férias

b) Crianças inquiridas que não participaram anteriormente em colónias de férias

Pelos resultados apresentados na tabela 6.16 é ainda possível verificar, que a motivação “Fazer novas amizades”, principal motivação de participação das crianças inquiridas, apresenta uma média igual nos dois grupos, o que salienta ainda mais a sua importância que não diverge consoante o nível de experiência das crianças em colónias de férias.

Em relação à satisfação para com as componentes do programa (atividades realizadas e apoio dos monitores) também não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, (tabela 6.17). Porém, denota-se que o grupo das crianças sem experiência anterior em colónias de férias apresenta em ambas as componentes, uma média de satisfação (ligeiramente) superior.

Tabela 6.17- Comparação entre grupos em termos de satisfação para com as componentes do Programa

Componentes do programa	Grupo I (a)			Grupo II (b)			Teste T	
	N	Média	Desvio Padrão	N	Média	Desvio Padrão	Valor	Sig
Atividades	85	4,61	0,619	46	4,63	0,532	-0,173	0,863
Monitores	85	4,61	0,709	46	4,76	0,431	-1,301	0,196

a) Crianças inquiridas que participaram anteriormente em colónias de férias

b) Crianças inquiridas que não participaram anteriormente em colónias de férias

No que diz respeito à satisfação com as oportunidades criadas pela experiência não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, uma vez que a Sig. do teste t referente a cada uma das oportunidades é superior a 0,05 (tabela 6.18). Contudo, denota-se que enquanto o grupo I se considera mais satisfeito com a componente “Estar com amigos” (4,81), o grupo II apresenta maior nível de satisfação na componente “Fazer novos amigos” (4,78).

Tabela 6.18 - Comparação entre grupos em termos de satisfação com as oportunidades criadas pela experiência

Oportunidades	Grupo I (a)			Grupo II (b)			Teste T	
	N	Média	Desvio Padrão	N	Média	Desvio Padrão	Valor	Sig
Experimentar coisas novas	85	4,59	0,642	46	4,67	0,474	-0,869	0,387
Estar com amigos	83	4,81	0,480	45	4,67	0,477	1,589	0,116
Fazer novos amigos	85	4,78	0,472	46	4,78	0,417	-0,074	0,941
Passar tempo fora de casa	85	4,40	0,941	46	4,26	0,855	0,834	0,406

a) Crianças inquiridas que participaram anteriormente em colónias de férias

b) Crianças inquiridas que não participaram anteriormente em colónias de férias

No que respeita à satisfação para com as atividades praticadas durante a participação na colônia de férias, também não se registam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, pois a Sig. do teste t, em todas as atividades, é superior a 0,05 (tabela 6.19). Comparando as médias obtidas em cada atividade, verifica-se ainda que enquanto o grupo II apresenta menor média de satisfação para com atividade “Mangueirada” (4,20) o grupo I apresenta para com atividade “Karaoke” (4,07). Porém ambos os grupos apresentam a maior média de satisfação para com atividade “Discoteca”, que sem dúvida é a atividade que reúne maior consenso em termos de satisfação das crianças inquiridas como se confirma pelo desvio padrão em ambos os grupos.

Tabela 6.19 - Comparação entre grupos em termos de satisfação para com as atividades praticadas no âmbito do Programa

Atividades	Grupo I (a)			Grupo II (b)			Teste T	
	N	Média	Desvio Padrão	N	Média	Desvio Padrão	Valor	Sig
Mangueirada	85	4,47	0,733	46	4,20	1,025	1,775	0,078
Praia	85	4,58	0,679	46	4,39	0,745	1,439	0,152
Ateliers	85	4,38	0,899	46	4,26	0,953	0,688	0,493
Caça ao Tesouro	85	4,66	0,880	46	4,74	0,444	-0,579	0,563
Culinária	84	4,62	0,657	46	4,74	0,491	-1,084	0,280
Gincana	84	4,25	1,085	46	4,54	0,657	-1,672	0,057
Discoteca	85	4,81	0,523	46	4,80	0,542	0,076	0,939
Passeios	85	4,54	0,749	46	4,50	0,810	0,292	0,771
Festival do Século	84	4,71	0,632	45	4,64	0,645	0,594	0,554
Peddy Paper	83	4,17	1,080	45	4,29	0,815	-0,652	0,515
Karaoke	85	4,07	1,289	44	4,24	1,042	-0,899	0,371

a) Crianças inquiridas que participaram anteriormente em colônias de férias

b) Crianças inquiridas que não participaram anteriormente em colônias de férias

Por último, verificou-se ainda que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos no que se refere aos benefícios alcançados no âmbito da participação no Programa, uma vez que, para todos os benefícios o nível de significância do teste t é superior a 0,05 (tabela 6.20). Contudo analisando as médias de ambos os grupos, denota-se que existem diferenças, ainda que não estatisticamente significativas, em termos quer dos benefícios com maior e menor concordância.

Enquanto para o grupo I, o benefício com menor média de concordância face à sua aquisição no âmbito do programa refere-se ao “descanso da rotina diária”, para o grupo II esse refere-se à oportunidade de “testar conhecimentos”. Assim como em termos do benefício com maior média de concordância face à sua aquisição no âmbito do programa é para o grupo I “conhecer pessoas novas”, para o grupo II é a oportunidade de “divertimento e a criação de memórias felizes”.

Tabela 6.20 - Comparação entre grupos em termos de benefícios alcançados no âmbito da participação no Programa

Benefícios	Grupo I (a)			Grupo II (b)			Teste T	
	N	Média	Desvio Padrão	N	Média	Desvio Padrão	Valor	Sig
Descansar da rotina diária	85	4,16	1,056	46	4,37	0,679	-1,1880	0,237
Divertimento e criação de memórias felizes	85	4,62	0,672	46	4,78	0,417	-1,668	0,098
Sentir-se mais feliz	85	4,44	0,932	46	4,52	0,691	-0,552	0,582
Fazer novas amizades	85	4,69	0,535	46	4,76	0,480	-0,706	0,481
Aproximar mais dos amigos	84	4,36	1,094	46	4,43	0,860	-0,416	0,678
Conhecer pessoas novas	85	4,76	0,479	46	4,65	0,604	1,168	0,245
Aprender coisas novas	85	4,55	0,794	46	4,70	0,465	-1,296	0,197
Sentir-se mais confiante	84	4,37	0,954	46	4,35	0,706	0,132	0,895
Conhecer novos locais	85	4,54	0,716	45	4,67	0,522	-1,141	0,256
Praticar novas atividades	84	4,64	0,633	46	4,61	0,577	0,303	0,762
Testar conhecimentos	85	4,35	1,032	45	4,22	0,850	0,729	0,468
Descoberta de novas capacidades	85	4,51	0,959	45	4,58	0,583	-0,530	0,597

a) Crianças inquiridas que participaram anteriormente em colónias de férias

b) Crianças inquiridas que não participaram anteriormente em colónias de férias

6.6. Conclusão

A análise dos resultados do questionário realizada no presente capítulo dividiu-se em quatro partes, a primeira diz respeito à caracterização sociodemográfica das crianças inquiridas, a segunda à caracterização das suas práticas turísticas durante as férias, a terceira à caracterização da sua experiência na Colónia de Férias da Fundação “O Século” e a última parte às comparações entre grupos participantes no Programa.

Em termos sociodemográficos as crianças inquiridas caracterizam-se por ter uma média de idade inferior a 11 anos (10,66 anos) e serem na sua maioria do género feminino.

Relativamente às práticas turísticas durante as férias, verificou-se que uma expressiva maioria das crianças inquiridas costuma passar férias fora de casa (84,70%) e apenas 15,30% não têm esse hábito. Entre os motivos apontados para a inibição de passar férias fora de casa, as dificuldades económicas da família constituiu o mais referido pelas crianças. Ainda no que diz respeito à percentagem expressiva de crianças inquiridas que passam férias fora de casa, verificou-se que esta se explica pelo facto dessas férias serem passadas maioritariamente no âmbito de programas de turismo social, que visam promover momentos de lazer e divertimento a crianças desfavorecidas durante as férias de verão (colónias de férias para crianças desfavorecidas). Entre os vários programas sociais referidos pelas crianças inquiridas com experiência anterior em colónias de férias, como aqueles em que já tinham participado, predominou a colónia de férias da Fundação “O Século”, seguida da Candeia, da Praia Campo, da Torreira, da Quinta do Arrife, da Areia Branca e do Meco. De salientar que todas estas colónias têm como público-alvo crianças desfavorecidas, embora a Candeia, a Quinta do Arrife, a Areia Branca e o Meco, estejam especificamente direcionadas para crianças institucionalizadas em lares de acolhimento (Candeia, 2013; Casa Pia de Lisboa, 2012). No que se refere à prática de atividades de lazer durante as férias verifica-se que, os jogos e as brincadeiras com amigos, ver televisão e a ida à praia, são as atividades mais frequentemente praticadas. Por outro lado, atividades que representem um custo adicional para as famílias, como por exemplo, visitar parques aquáticos, visitar jardins zoológicos ou aquários gigantes, acampar, visitar parques de diversões e visitar museus e monumentos, são as atividades menos praticadas pelas crianças inquiridas.

A terceira parte da análise - a caracterização da experiência das crianças inquiridas na Colônia de Férias da Fundação “O Século” – integra domínios como as motivações de participação, a satisfação das crianças para com as componentes do programa, os benefícios percebidos, a descrição da experiência, e a fidelização com o Programa.

Quanto às motivações que levaram as crianças a participar na edição 2014 da colônia de férias da Fundação “O século”, verificou-se que todos os itens motivacionais apresentaram médias elevadas (superiores a 4 numa escala de 5 pontos), porém “fazer novas amizades” e a “oportunidade de diversão” destacaram-se com as maiores médias. Ainda através de uma análise de componentes principais, com o método de rotação varimax, verificou-se que existem dois fatores que têm um considerável poder explicativo sobre as motivações de participação das crianças no Programa, nomeadamente o fator “aventura e libertação” e o fator “socialização e interação”.

No que se refere à satisfação para com as componentes do programa, verificou-se um elevado nível de satisfação, das crianças, quer para com os monitores, quer para com as atividades realizadas. No que se refere a esta última componente verificou-se ainda que a “Discoteca”, o “Festival do Século”, a “Caça ao Tesouro”, a “Culinária”, os “Passeios” e a “Praia, foram as atividades praticadas no âmbito do Programa que apresentaram maiores médias de satisfação.

Em relação aos benefícios proporcionados pela participação das crianças inquiridas no Programa, questão central na presente investigação, obtiveram-se resultados que confirmam alguns dos benefícios referidos, na literatura sobre a oportunidade de passar férias fora de casa, e em particular nos trabalhos de Quinn et al. (2008) e McCabe (2009) que estudam especificamente os benefícios das férias para crianças e famílias desfavorecidas. Todos os itens que representam efeitos positivos no bem-estar e inclusão social das crianças obtiveram, uma média de concordância superior a 4, numa escala de 1 (discordo muito) a 5 pontos (concordo muito), o que demonstra que para as crianças inquiridas a sua participação na Colônia de Férias da Fundação “O Século” contribuiu claramente para o alcance desses efeitos. Entre os benefícios com maior média de concordância destacaram-se a oportunidade de conhecer pessoas novas, de fazer novas amizades, de divertir e criar memórias felizes e de praticar novas atividades. Ainda através de uma análise de componentes principais, com o método de rotação varimax, verificou-se

a existência de duas dimensões/fatores relevantes em termos de benefícios obtidos. O primeiro fator, “descoberta e diversão”, emerge da oportunidade que a participação no Programa proporcionou às crianças inquiridas de descobrirem um novo lado da vida a que normalmente não têm acesso, sendo que todas as novidades (novos amigos, pessoas e atividades) além de constituírem uma forma de testar e descobrir capacidades/conhecimentos são, também, aquilo que lhes proporciona a diversão e a criação de memórias felizes. O segundo fator, “autoestima e desenvolvimento pessoal”, está relacionado com os sentimentos positivos que emergem da participação das crianças inquiridas na Colónia de Férias, bem como, com a aprendizagem e conhecimento que adquiriram ao longo da sua estadia.

No que se refere às descrições que as crianças inquiridas fizeram sobre a sua experiência no programa, estas foram maioritariamente positivas e destacaram sobretudo as componentes do programa (atividades e monitores), a diversão, as novas amizades e aprendizagens, o que de certa forma reforça os resultados obtidos sobre os benefícios alcançados.

No que concerne à fidelização para com a Colónia da Fundação “O Século”, 94,70% das crianças inquiridas afirmaram desejar voltar a participar no Programa. Entre os vários motivos mencionados estão todos os aspetos referidos na descrição da experiência com o acréscimo da “oportunidade de sair um tempo de casa”. Este motivo embora referido por poucas crianças inquiridas, deve ser tido em especial atenção, no sentido em que alerta para as dificuldades que elas enfrentam no seu ambiente habitual e que por vezes constituem constrangimentos à própria infância impedindo as crianças de o serem.

Em termos de comparação entre grupos participantes na Colónia da Fundação “O Século” (crianças com e sem experiência anterior em colónias de férias), após a realização dos testes qui-quadrado e teste t, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas apenas ao nível do hábito de passar férias fora de casa e das atividades de lazer praticadas nas férias, todos os outros aspetos testados (motivações, satisfação, benefícios) não apresentaram diferenças estatisticamente significativas.

Capítulo VII - Análise dos desenhos

7.1. Introdução

Tendo em consideração que através dos desenhos, as crianças exprimem as suas ideias e percepções do mundo, bem como, emoções que não conseguem transmitir por palavras (Katz & Hamama, 2013), a análise desenvolvida neste capítulo tem como principal objetivo complementar os resultados obtidos no inquérito por questionário. Neste sentido, a interpretação dos desenhos, foca-se essencialmente na forma como as crianças representam a sua experiência de férias na Colónia da Fundação “O Século” e no que essa representação pode transmitir em termos de benefícios alcançados.

Foram abrangidas por este instrumento de recolha de dados (o desenho) todas as crianças entre os 6 e 14 anos, com autorização do seu responsável legal para participar na investigação, obtendo-se no total 132 desenhos válidos, dos quais apenas 16 possuem cor, devido ao limitado material disponível.

Posto isto, a análise divide-se em duas partes, a primeira parte diz respeito à identificação dos elementos presentes nos desenhos das crianças e a segunda parte à identificação e interpretação das cores utilizadas pelas crianças nos 16 desenhos pintados com cores.

7.2. Principais elementos presentes nos desenhos das crianças

Numa primeira fase da análise aos desenhos das crianças, verificou-se, tal como se observa na tabela 7.1, que os principais elementos representados foram: i) a figura humana (78%); ii) as atividades praticadas (51,5%); iii) os elementos naturais (43,2%); vi) as instalações da fundação (23,5%) e v) mensagens escritas (6,1%).

Tabela 7.1- Elementos identificados nos desenhos

Descrição	N	%
Figura Humana	103	78,0%
Atividades	68	51,5%
Elementos naturais	57	43,2%
Instalações	31	23,5%
Mensagens escritas	15	11,4%

Neste sentido, deu-se continuidade à análise dos desenhos das crianças, procedendo-se à contextualização e interpretação de cada um dos cinco elementos identificados.

7.2.1. Figura Humana

A figura humana foi o elemento mais representado nos desenhos que as crianças desenvolveram sobre a sua experiência de férias na Colônia da Fundação “O Século”, estando presente em cerca de 78% dos desenhos validados. Salvo raras exceções, os desenhos que abordam a figura humana, representam apenas o auto-retrato dos seus autores (crianças), verificando-se também a presença de outras crianças (45,5%) e dos monitores (23,5%) nesses desenhos.

O fato das crianças representarem predominantemente outras crianças e a sua interação com elas, nos seus desenhos, salienta a importância que as relações de amizade assumem na sua experiência de férias, corroborando com resultados do inquérito por questionário. Para estas crianças a sua participação na Colônia de Férias é encarada, por excelência, como uma oportunidade para a criação de novas amigas e partilha de experiências, não só por as crianças nesta fase da vida (a infância) atribuírem elevada importância às relações de amizade, mas sobretudo, por estas crianças em específico (economicamente carenciadas) não encontrarem no seu dia-a-dia formas de aceder a essa mesma oportunidade.

Destaca-se ainda que na maioria dos desenhos em que estão representadas várias crianças, estas encontram-se a praticar uma atividade (ida à praia, à discoteca, manguairada, etc.) o que significa que a oportunidade de partilha de experiências e de criação de amigas pode estar relacionada, sobretudo, com as atividades desenvolvidas.

Por sua vez, os desenhos em que os monitores estão representados destacam-se pelo cuidado especial com que as crianças os representam. Esse cuidado verifica-se através de três aspetos específicos, nomeadamente: i) os monitores estão representados num cenário isolado com a presença apenas criança autora do desenho: ii) a sua figura representativa está identificada com o seu respetivo nome e iii) o tamanho da sua figura é consideravelmente maior que o da figura da própria criança (tal como se pode observar no exemplo da figura 7.1).

O isolamento da figura da criança e do monitor no desenho, bem como, a proximidade entre as duas figuras (figura 7.1), pode significar que a criança estabeleceu ou deseja estabelecer uma ligação afetiva próxima ao monitor, ou, que tem o desejo de ser protegida por ele (Burns & Kaufman, 1972 citados por Foley & Mullis, 2008). Esta constatação realça a importância do papel dos monitores, que foi também referida no trabalho de Quinn et al. (2008). Estes autores atribuem essa importância ao facto dos monitores (*leaders*) preenchem, muitas vezes, uma lacuna na vida das crianças (a falta de um ou de ambos os pais), bem como, ao facto de serem eles os responsáveis pela segurança e diversão que as crianças desfrutam nas suas férias.

Figura 7.1- Representação da criança acompanhada pelo monitor



No que diz respeito à representação da figura humana, existe ainda um indicador que se destaca em quase todos os desenhos, independentemente das crianças se representarem sozinhas ou acompanhadas, bem como, independentemente de quem as acompanha (como no exemplo das figuras 7.2; 7.3 e 7.4). Esse indicador refere-se à presença do sorriso, sempre que as crianças desenhavam ao pormenor o rosto das figuras humanas, o que segundo Foley & Mulis (2008) revela felicidade e bem-estar por parte das crianças autoras do desenho.

Figura 7.2 - Representação da criança acompanhada por outra criança



Figura 7.3 – Representação da criança acompanhada pelo monitor



Figura 7.4- Representação do auto-retrato



7.2.2. Atividades

As atividades, foram a seguir à figura humana, os elementos mais representados nos desenhos, demonstrando o elevado grau de importância que estas assumiram na experiência de férias das crianças. Tal importância pode estar relacionada com diversos fatores, nomeadamente com o facto, do Programa Colónia de Férias se focar muito na realização de atividades lúdico-pedagógicas, de as crianças não terem acesso a muitas dessas atividades no seu dia-a-dia, e finalmente, de as crianças nesta fase da vida (a infância) sentirem uma forte necessidade em se manterem ativas (Gram, 2005).

No que diz respeito às atividades mais representadas nos desenhos das crianças destacam-se a ida à praia (figura 7.5), a piscina oceânica (figura 7.6), a mangueirada (figura 7.7) e a discoteca (figura 7.8). De referir que estas atividades, com a exceção da mangueirada, obtiveram nos resultados do inquérito por questionário as maiores médias de satisfação das crianças inquiridas.

Figura 7.5- Ida à praia



Figura 7.6 - Piscina oceânica de Oeiras

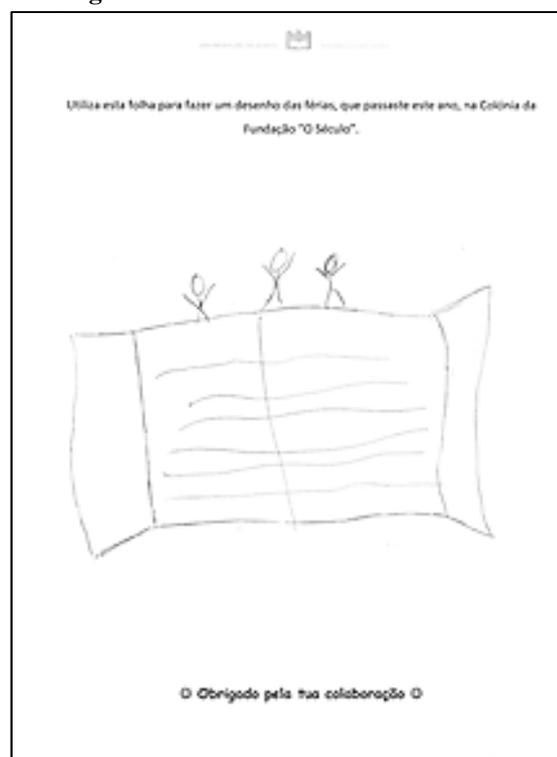


Figura 7.7- Mangueirada



Figura 7.8- Discoteca



7.2.3. Elementos naturais

Os elementos naturais (flores, árvores, animais, sol, as nuvens) tiveram também uma elevada frequência de representação nos desenhos das crianças, evidenciando o contacto com a natureza como uma das oportunidades proporcionadas pelo programa, mais valorizadas pelas crianças.

O contacto com a natureza ocorreu em várias atividades desenvolvidas no âmbito do programa, mas teve maior predominância em atividades como a ida à praia e ao *Parque Marechal Carmona*, onde as crianças encontram uma grande variedade de animais (como por exemplo pavões, patos, galinhas, tartarugas, entre outros) e de vegetação (zonas ajardinadas, espaços relvados, etc.).

Assim na figura 7.9 está representado um pavão, um dos animais mais admirados pelas crianças no passeio ao Parque Marechal Carmona. Na figura 7.10 observa-se a presença de um caranguejo no mar, um dos crustáceos mais procurados, pelas crianças na praia. Por último a figura 7.11 representa uma criança a passear numa das zonas ajardinadas do Parque Marechal Carmona.

Gram (2005) verificou também no seu estudo que a seguir às atividades praticadas, os animais, eram os elementos mais mencionados pelas crianças, quando estas falavam sobre as suas memórias de férias. Para a autora isto explica-se não só pelos animais serem vistos como interessantes, mas também por estes poderem ser considerados como experiências sensoriais, na medida em que os animais podem ter cheiros e cores fortes (como por exemplo o pavão) e as crianças podem tocar-lhes (como por exemplo nos caranguejos).

Figura 7.9- Pavão no parque Marechal Carmona



Figura 7.10- Caranguejo na praia



Figura 7.11- Jardim no Parque Marechal Carmona



7.2.4. Instalações da Fundação “O Século”

As instalações da Fundação “O Século” ainda que menos representados nos desenhos das crianças face aos elementos analisados anteriormente, tiveram presença em mais de 20% dos desenhos. Isto demonstra que algumas crianças associam a sua experiência de férias ao local onde foram acolhidas e passaram grande parte do tempo das suas férias.

Para representar as instalações da Fundação “O Século” a maioria das crianças recorreu ao desenho do edifício principal, elemento que se identifica de imediato pela presença do nome e do ano (1927) de início de atividade da antiga Colónia de Férias que deu origem à atual Fundação (figura 7.12; figura 7.13; figura 7.14). Por sua vez, o edifício principal é representado isoladamente na maioria dos desenhos (figura 7.12), sendo raros os desenhos em que se verifica também a presença da própria criança (figura 7.13) ou de várias crianças (figura 7.14).

Figura 7.12- Edifício principal da Fundação "O Século" isolado



Figura 7.13- Criança em direção ao edifício principal da fundação "O Século"



Figura 7.14 - Crianças dentro do edifício da fundação "O Século"



7.2.5. Mensagens escritas

Algumas crianças optaram por deixar mensagens escritas nos seus desenhos, como forma de exprimir os seus sentimentos e emoções, face à sua experiência de férias na Colónia da Fundação “O Século”. Em todos os desenhos que contemplam a presença de mensagens escritas, verificou-se que o conteúdo dessas mensagens expressa unicamente sentimentos e emoções positivas, o que vai de encontro aos resultados obtidos no inquérito por questionário, em que a maioria das descrições feitas pelas crianças sobre as suas férias foi também positiva. As mensagens escritas são apresentadas por norma, em caixas de diálogo, ou, como título do desenho, variando entre, elogios aos monitores (figura 7.15), sentimentos em relação à colónia (figura 7.16), benefícios alcançados devido à participação no programa (figura 7.17) e descrições positivas das férias experienciadas (figura 7.18).

Figura 7.15- “Ju tu és a maior monitora”

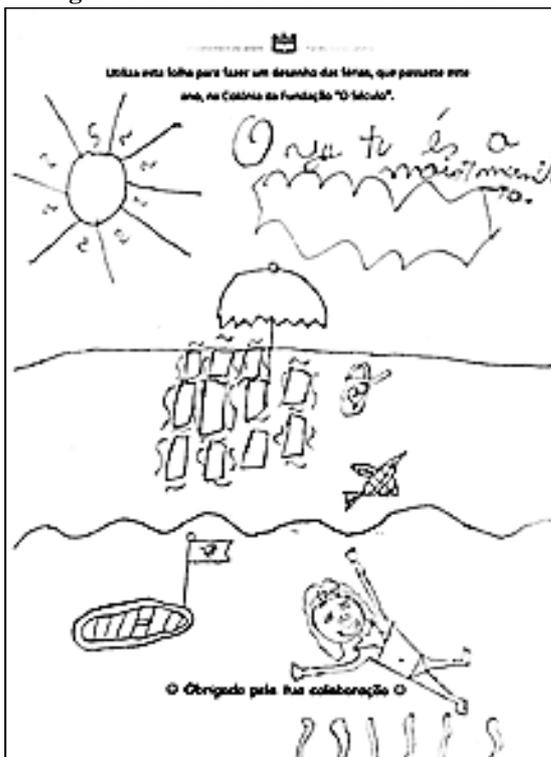


Figura 7.16- “Adoro o Século”

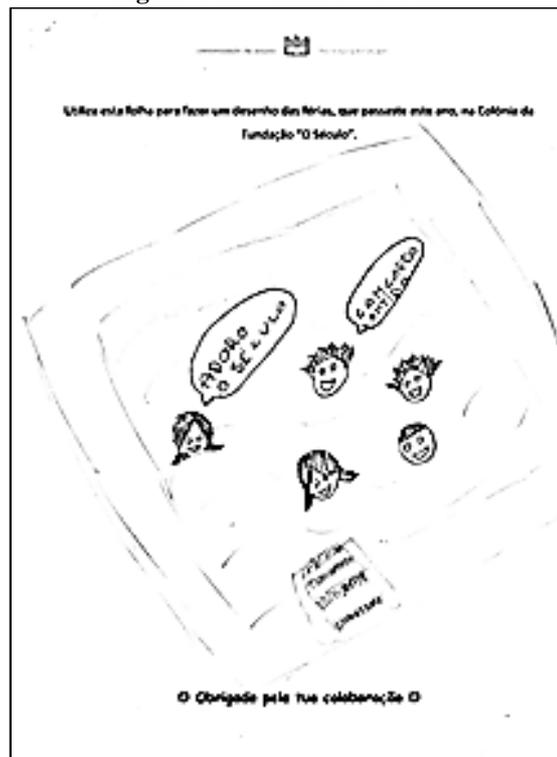


Figura 7.17- “Amor; Carinho; Alegria; Escutar; Amizade; Paciência; Aprendizagens. Isto foi o que aprendi a fazer e dar”



Figura 7.18- “Férias Muito Divertidas e Fiches”



7.3. Análise segundo as cores presentes nos desenhos

No que diz respeito à utilização das cores nos desenhos, tal como se explicou anteriormente, só algumas crianças utilizaram lápis/canetas de cor e por isso apenas 16 desenhos podem ser analisados nesta perspetiva.

Segundo os psicólogos Boyatzis e Varghese (1994) existem vários estudos que investigam as associações emocionais que as crianças estabelecem com as cores. Contudo são poucos os estudos com uma amostra considerável e cujos seus resultados obtidos sejam esclarecedores e inequívocos. Nesse sentido, os autores desenvolveram o seu próprio estudo, onde averiguaram a resposta emocional (positiva ou negativa) de crianças entre os 5 e os 6 anos de idade, a um conjunto de 9 cores (rosa, vermelho, amarelo, verde, roxo, azul, castanho, preto, cinzento).

Os resultados obtidos por Boyatzis e Varghese (1994) indicam que embora os rapazes não associam tão acentuadamente emoções negativas às cores escuras como as raparigas, de uma forma geral, as crianças associam às cores mais brilhantes (rosa, amarelo, vermelho, verde, roxo e azul) emoções positivas (felicidade, a excitação e a força interior) e às cores mais escuras (castanho, preto e cinzento) emoções negativas (tristeza, a raiva e o aborrecimento). Boyatzis e Varghese (1994) destacam ainda, que no seu estudo a cor vermelha foi associada a emoções positivas como a felicidade e a excitação, ao contrário do que outros estudos indicam.

Não obstante ao facto da associação emocional às cores poder variar consoante determinados fatores como o género, a cultura em que a criança está inserida e o seu desenvolvimento cognitivo, procedeu-se à análise da frequência com que as cores referidas no estudo de Boyatzis e Varghese (1994) aparecem nos 16 desenhos coloridos, obtidos na presente investigação. Esta análise tem como objetivo principal verificar quais as cores que predominam nos desenhos das crianças, se as cores associadas a emoções positivas (brilhantes), ou se pelo contrário, predominam as cores associadas a emoções negativas (escuras).

Assim, tal como se pode verificar na tabela 7.2, as cores brilhantes predominam nos desenhos das crianças, com maior destaque para o vermelho, o amarelo e o azul. Salienta-

se que no estudo de Boyatzis e Varghese (1994) embora as três cores estejam todas associadas à felicidade, o vermelho e amarelo associam-se também à excitação e o azul por sua vez à força interior.

Tabela 7.2 - Presença das Cores nos Desenhos das Crianças

Emoções Associadas	Cor	Numero de Desenhos em que a Cor Aparece
Felicidade Excitação Força interior	Rosa	9
	Vermelho	12
	Amarelo	11
	Verde	7
	Roxo	3
	Azul	12
Tristeza Raiva Aborrecimento	Castanho	10
	Preto	1
	Cinzento	0

Fonte: Elaboração própria com base em Boyatzis e Varghese (1994)

Em relação à utilização das cores mais escuras, verifica-se que apenas o castanho aparece frequentemente nos desenhos das crianças, contudo mesmo no estudo de Boyatzis e Varghese (1994) o castanho é das três cores escuras a menos associada a emoções negativas.

No caso dos desenhos das crianças participantes na presente investigação, a utilização do castanho é feita em elementos que de facto possuem essa cor, como por exemplo, os troncos das árvores (figura 7.19), a terra (figura 7.20) e o cabelo (figura 7.21), o que indica que a sua utilização não está propriamente associada a sentimentos negativos, mas sim à aproximação que as crianças tentam fazer da realidade.

Figura 7.19- Desenho com a utilização da cor castanho nos troncos das árvores representadas



Figura 7.20 - Desenho com a utilização da cor castanho no espaço do chão que representa a terra



Figura 7.21- Desenho com a utilização da cor castanho na representação do cabelo das figuras Humanas



7.4. Conclusão

A análise realizada neste capítulo permitiu, por um lado, identificar as oportunidades proporcionadas pelo Programa mais valorizadas pelas crianças, e por outro, a interpretação de um conjunto de elementos que refletem a associação emocional positiva que as crianças estabelecem com a sua experiência de férias.

No que se refere às oportunidades proporcionadas pelo Programa mais valorizadas, destacaram-se a criação de relações de amizade (com outras crianças e monitores), as atividades praticadas e o contacto com a natureza. A valorização destas oportunidades, refletida nos desenhos das crianças, só pode ser compreendida se encararmos a infância como “[...] um espaço separado e seguro, demarcado da idade adulta, onde as crianças podem crescer, brincar e desenvolver” UNICEF,2005,p.3). O programa Colónia de Férias, concretamente através das atividades que promove e dos recursos humanos (monitores) de que dispõe, proporciona às crianças participantes umas férias onde elas encontram esse “espaço” denominado por infância. Infância, essa que devido à sua situação de pobreza e de exclusão social, não lhes é permitida viver. Assim estes resultados relacionam-se sobretudo com as necessidades de bem-estar que estas crianças possuem e que só através da sua participação no programa tiveram a oportunidade de as satisfazer, demonstrando a importância da existência deste tipo de programas, que ao devolverem a infância a estas crianças (ainda que temporariamente), estão também a contribuir para o alívio das suas privações.

No que diz respeito ao conjunto de elementos analisados que permitem verificar a associação emocional positiva que as crianças estabelecem com a sua experiência de férias, destacaram-se os sorrisos nas figuras humanas, as cores utilizadas (em 16 desenhos) e as mensagens que algumas crianças registaram nos seus desenhos. Todos estes elementos transmitem sobretudo emoções como a felicidade e a excitação, que comprovam, por um lado, a satisfação das crianças para com a sua experiência de férias, e por outro, o contributo dessa experiência para o seu bem-estar emocional.

Capítulo VIII – Conclusão

8.1. Conclusões finais e contribuições da dissertação

A revisão da literatura conduzida na presente dissertação permitiu verificar que fenómenos como a pobreza e a exclusão social na infância têm merecido, atualmente, uma atenção crescente quer por parte do meio académico, como pelas autoridades políticas e instituições. Este interesse fundamenta-se sobretudo no reconhecimento dos impactes negativos que tais fenómenos podem ter no desenvolvimento das crianças em particular, e no das sociedades em geral, tornando-se cada vez mais imperativo encontrar soluções capazes de os combater. Neste sentido, a prática turística que se associa à obtenção de vários benefícios que atendem a um conjunto de necessidades Humanas de bem-estar, pode ser encarada como uma dessas soluções. Porém, verifica-se também, que o turismo, ainda hoje, não é uma atividade acessível a todos, uma vez que, se lhe associam constrangimentos que afetam sobretudo os grupos mais vulneráveis da sociedade (nos quais se incluem as crianças economicamente carenciadas). Neste contexto, o Turismo Social surge com o objetivo de restaurar a igualdade de acesso ao turismo, podendo assumir diversas formas, entre as quais a oferta de programas e serviços turísticos a baixo custo. Apesar deste tipo de turismo se encontrar em expansão por todo o mundo, no que diz respeito ao contexto nacional, existe pouca informação sobre a oferta de Programas de Turismo Social dirigidos para crianças carenciadas e conseqüentemente uma lacuna sobre os contributos efetivos desses Programas para o seu bem-estar e inclusão social. Assim, a investigação empírica desenvolvida na presente dissertação, que teve por base a participação de crianças carenciadas no Programa de Turismo Social - Colónia de Férias da Fundação “O Século” - permitiu não só o alcance do principal objetivo, ou seja, verificar em que medida pode o turismo contribuir para o bem-estar e inclusão social de crianças economicamente carenciadas, mas também, o alargamento da informação existente sobre a oferta turística social em Portugal e o aprofundamento do conhecimento sobre a sua importância.

O Programa Colónia de Férias é caracterizado pela oferta de um pacote (composto por estadia, alimentação, seguro de acidentes pessoais e um vasto leque de atividades) cujo preço varia consoante o rendimento dos agregados familiares a que as crianças pertencem,

ou, o tipo de entidade que efetua a sua inscrição no programa. Devido às circunstâncias que a Fundação enfrenta, este Programa está sujeito a várias readaptações anuais quer em termos de duração, quer em termos de turnos que são disponibilizados, o que faz variar consideravelmente o número de crianças abrangidas de ano para ano. Na Edição 2014, a Colónia de Férias funcionou em 3 turnos de 11 dias cada, abrangendo a participação de um total de 214 crianças com idades entre os 6 e os 14 anos, das quais apenas 175 tiveram autorização dos seus responsáveis legais para participar na investigação.

No que diz respeito à metodologia adotada na investigação empírica, esta pretendeu privilegiar a perspectiva da própria criança em relação ao tema em estudo. Nesse sentido, e de modo a garantir que todas as crianças (com a devida autorização) pudessem participar na investigação, foram selecionados como métodos de recolha de dados o inquérito por questionário (direcionado especificamente para crianças entre os 8 e os 14 anos) e o desenho (direcionado para todas as crianças). A utilização do desenho enquanto instrumento de recolha de dados permitiu não só a participação das crianças mais novas na investigação, mas também, a obtenção de informação complementar relevante, demonstrando as potencialidades da sua utilização em investigações com esta população-alvo.

Assim, o inquérito por questionário permitiu a obtenção de resultados relativos às práticas turísticas e de lazer das crianças inquiridas durante as férias, bem como, à sua experiência de participação no Programa. Por sua vez, os desenhos permitiram a obtenção de resultados referentes apenas à experiência de participação no Programa.

No que se refere às práticas turísticas e de lazer durante as férias, os resultados revelam que as crianças inquiridas costumam passar férias fora de casa. No entanto, é necessário salientar que esse resultado está associado ao fato destas crianças participarem habitualmente em colónias de férias para crianças carenciadas (como por exemplo, Candeia, Praia Campo, Meco, Arrife, entre outras). Sendo que as crianças que não costumam passar férias fora de casa apontam como principal motivo as dificuldades económicas da família. Verificou-se também que as atividades de lazer mais frequentemente praticadas durante as férias pelas crianças, são as de carácter gratuito, ou, que não representam um acréscimo de despesa (como por exemplo, os jogos e as brincadeiras com amigos, ver televisão e a ida à praia), já as atividades que representam

um acréscimo de despesa habitual (como por exemplo, visitar parques aquáticos, jardins zoológicos ou aquários gigantes, museus e monumentos, parques de diversões e acampar) são atividades menos frequentemente praticadas.

No que diz respeito à participação das crianças na Colónia de férias da Fundação “O Século”, verificou-se que a maioria das crianças encaram-na como uma experiência positiva, que gostariam de repetir. Entre os vários aspetos mais valorizados nessa experiência destacam-se as novas amizades, a diversão proporcionada, as atividades praticadas, o apoio dos monitores, as novas aprendizagens e o contacto com a natureza.

Em relação aos benefícios proporcionados pela participação das crianças inquiridas no Programa, questão central na presente investigação, obtiveram-se resultados que confirmam o conhecimento existente sobre o contributo positivo que o turismo pode ter no bem-estar e inclusão social dos indivíduos em geral (Dolnicar, Lazarevsk, & Yanamandram, 2012; Gilbert & Abdullah, 2004; Moscardo, 2009; Richards, 1999; Smith & Huges, 1999) e das crianças carenciadas em particular (Quinn et al., 2008; McCabe, 2009), uma vez que, a maioria das crianças inquiridas concordaram que a sua participação no Programa contribuiu para o alcance de todos benefícios apresentados. Entre os benefícios com maior média de concordância destacaram-se a oportunidade de conhecer pessoas novas, de fazer novas amizades, de divertir e criar memórias felizes e de praticar novas atividades. Ainda através de uma análise de componentes principais, com o método de rotação varimax, obtiveram-se duas dimensões “descoberta e diversão” e “autoestima e desenvolvimento pessoal”, que traduzem os benefícios obtidos pelas crianças participantes no Programa. Estas dimensões/fatores demonstram que para as crianças a sua participação neste Programa contribui essencialmente para a descoberta de novidades (amigos, pessoas, atividades) e de capacidades/aptidões que proporcionam a diversão e criação de memórias felizes, bem como, para o aumento da confiança em si próprias e dos seus conhecimentos.

Os resultados alcançados demonstram que a participação de crianças economicamente carenciadas em Programas de Turismo Social contribui, substancialmente, para o seu bem-estar e inclusão social, devendo por isso, ser encarada como uma medida séria e eficaz no combate aos fenómenos da pobreza e da exclusão social.

Contudo, é necessário salientar, que a maioria dos Programas de Turismo Social, direcionados para crianças economicamente carenciadas, são desenvolvidos e geridos por IPSS's. Assim tendo em consideração que estas instituições têm uma enorme dependência do financiamento público e que esse financiamento é cada vez mais reduzido, muitas vezes, a continuidade dos seus Programas de intervenção social (principalmente os relacionados com o lazer) é colocada em causa. Isto remete-nos para um problema estrutural do Turismo Social em Portugal, nomeadamente para o reduzido envolvimento, do sector turístico privado, neste tipo de oferta. Envolvimento, esse que se impõe não apenas pela necessidade de sustentabilidade do Turismo Social em Portugal, mas também, pelo fato das próprias empresas do sector turístico poderem beneficiar, quer em termos de visibilidade, quer em termos de combate à sazonalidade. Contudo, para que uma mudança de paradigma seja implementada, é necessário que a sociedade académica desempenhe também as suas funções de investigação e de divulgação nesta área. Neste sentido, a presente dissertação pretende contribuir, em termos de metodologia, análises utilizadas e resultados obtidos, para um importante ponto de partida que permita o desenvolvimento de estudos posteriores que se foquem na participação turística social enquanto medida de combate aos fenómenos da pobreza e da exclusão social.

8.2. Principais dificuldades e limitações

I. Dificuldades

As principais dificuldades no desenvolvimento da presente dissertação surgiram sobretudo ao nível da literatura existente sobre as crianças enquanto turistas, assim como da informação existente sobre Programas de Turismo Social dirigidos para crianças economicamente carenciadas em Portugal.

Tal como Small (2008) verificou na realização do seu trabalho “a ausência da infância nos estudos do turismo”, existem poucos estudos nesta área que abordem a perspetiva das crianças ou da infância, o que dificulta, desde logo, a realização de qualquer investigação que pretenda abordar, por exemplo, as suas motivações, comportamentos e experiências turísticas preferenciais.

No que se refere à informação existente sobre Programas de Turismo Social em Portugal dirigidos para crianças economicamente desfavorecidas, verificou-se também uma

escassez de informação, quer em termos das suas entidades gestoras, quem em termos de características dos próprios Programas.

II. Limitações

Devido a limitações financeiras e de tempo disponível, a investigação desenvolvida na presente dissertação, apenas abordou um único Programa de Turismo Social e consequentemente apenas a perspetiva das crianças participantes no referido Programa. Contudo, seria de todo o interesse alargar a investigação a outros Programas de Turismo Social direcionados para crianças desfavorecidas, no sentido de estabelecer comparações quer em termos de características dos diferentes Programas, quer em termos de benefícios percebidos pelos seus participantes. O alargamento da investigação a outros Programas de Turismo Social direcionados para crianças economicamente carenciadas, além de contribuir para uma noção mais alargada sobre este tipo de oferta em Portugal, poderia ainda, proporcionar a obtenção de informação relevante sobre processos de gestão e de implementação dos Programas, que melhor conduzisse à sua sustentabilidade e à maximização dos efeitos benéficos para os seus participantes.

8.3. Propostas de investigação

Tendo em consideração as limitações da investigação desenvolvida na presente dissertação, propõe-se que em futuras investigações, o âmbito do estudo empírico, seja alargado a vários Programas de Turismo Social em Portugal. Propõe-se ainda que esse alargamento vise a caracterização pormenorizada dos Programas (entidade gestora, tipo de financiamento, local onde se realiza, que serviços inclui, duração, capacidade de participantes, faixa etária que abrangem, tipo de inscrições, preço, atividades promovidas, etc.), bem como, a perspetiva das várias crianças participantes nos diferentes Programas sobre a sua experiência e benefícios alcançados.

Referências Bibliográficas

- Abdullah, J. (2002). *A Study on Leisure travel and Subjective Well-Being*. Tese de Mestrado, University of Surrey, Guildford.
- Alexander, Z., Bakir, A., & Wickens, E. (2010). "An Investigation into the Impact of Vacation Travel". *International Journal of Tourism Research*, 12, 574-590.
- Almeida, A. N. (2009). *Para uma sociologia da infância - Jogos de olhares, pistas para a investigação*. Lisboa: ICS.
- Ariès, P. (1988). *A Crianças e a Vida Familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Asher, S., & Parquette, J. (2003). Loneliness and peer relations in childhood. *Current Directions. Psychological Science*, 12, 75-78.
- Associação Para a Animação de Crianças e Jovens - Candeia. (2013). *Relatório de atividades de janeiro de 2013 a dezembro 2013*. Acedido a 5 de Maio de 2014, em http://www.candeia.org/downloads/relatorio_actividades_candeia_2013.pdf
- Attree, P. (2004). Growing up in disadvantage: a systematic review of the qualitative evidence. *Blackwell Publishing, Child: Care, Helth&bDevelopment*, 30, 679-689.
- Banco de Informação Pais a Pais - BIPP. (2014). *BIPP*. Acedido a 5 de Maio de 2014, em <http://www.bipp.pt/>
- Bastos, A. (1999). *Pobreza Infantil - Ensaio de Conceptualização e Medição com Aplicação Numa Zona Urbana em Portugal*. Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Bastos, A., Fernandes, G. L., Passos, J., & Malho, M. J. (2008). *Um Olhar Sobre a Pobreza Infantil: Análise das Condições de Vida das Crianças*. Coimbra: Almedina.

- Bastos, A., Fernandes, G., & Passos, J. (2004). Child income poverty and child deprivation: an essay on measurement. *International Journal of Social Economics*, 31, 1050-1060.
- Ben-Arieh, A., & Frønes, I. (2011). Taxonomy for child well-being indicators: A framework for the analysis of the well-being of children. *Childhood*, 18, 460-476 .
- Berg, S. V. (2008). *Poverty and Education*. Paris/Brussels: Policy Series 10, International Institute for Educational Planning/International Academy of Education.
- Boyatzis, C. J., & Varghese, R. (1994). Children's Emotional Associations. *The Journal of Genetic Psychology*, 1, 77-85.
- Bradshaw, J., Hoelscher, P., & Richardson, D. (2007). An Index of Child Well-being in the European Union. *Social Indicators Research*, 80, 133-177 .
- Burns, R., & Kaufman, S. (1972). *Actions, styles and symbols in kinetic family drawings: An interpretation manual*. New York: Bruner/Mazel.
- Câmara Municipal de Lisboa. (2014). *Apoio no âmbito social – Praia Campo*. Acedido a 14 de Agosto de 2014, em <http://www.cm-lisboa.pt/viver/intervencao-social/familias/praias-campo-infancia>
- Capucha, L. (2010). Inovação e Justiça Social - Políticas activas para a inclusão educativa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 63, 25-50.
- Casa Pia de Lisboa. (Edição Trimestral de Agosto de 2012). *CED FRANCISCO MARGIOCHI*, Ano I - Nº3.
- Christensen, P., & Prout, A. (2002). Working With Ethical Symmetry in Social Research With Children. *Childhood*, 9, 477-497.
- Coelho, A. B., & Cabrita, A. R. (1999). *Espaços Exteriores em Novas Áreas Residênciais*. Lisboa: LNEC, ITA3.
- Coelho, A. B., & Pedro, J. B. (1998). *Do Bairro e da Vizinhaça à Habitação: Tipologias e caracterização dos*. Lisboa: LNEC.

- Comissão Europeia. (1993). *As várias noções de Turismo Social: a evolução da oferta e da procura*. Unidade de Turismo - Direção Geral XXIII.
- Comissão Europeia. (2008). *Child Poverty and Well-Being in the EU Current status and way forward*. Comissão Europeia.
- Comissão Europeia. (2014). *Calypso (social tourism)*. Acedido a 12 de março de 2014, em http://ec.europa.eu/enterprise/sectors/tourism/calypso/index_en.htm
- Comité Económico e Social Europeu. (2011). *Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o tema “Pobreza Infantil e Bem-estar das Crianças (parececer exploratório)*, Bruxelas: Comité Económico e Social Europeu.
- Conselho Nacional da Juventude - CNJ. (2009). *Campos de Férias em Portugal*.
- Costa, A. B., Baptista, I., Carrilho, P., & Perista, P. (2008). *Um Olhar Sobre a Pobreza: Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Cullingford, C. (1995). Children's attitudes to holidays overseas. *Tourism Management*, 16, 21-127.
- Davidson, P. (1996). The holiday and work experiences of young women with children. *Leisure Studies*, 15, 89-103.
- Decreto Lei nº32/2011 de 7 de Março. (s.d.). *Diário da República nº46 - 1º Serie Presidência do Concelho de Ministros*. Lisboa.
- Direção-Geral da Saúde (DGS). (2008). *Saúde ambiental - Projecto Habitação e Saúde*. Acedido a 20 de Novembro de 2013, em <http://www.dgs.pt/saude-ambiental/programas-e-projectos/habitacao-e-saude.aspx>
- Dolnicar, Lazarevsk, & Yanamandram. (2012). The contribution of vacations to quality of life. *Annals of Tourism Research Vol.39* , pp.59-83.
- Dumazedier, J. (1972). *Vers une civilization du loisir?* Paris: World Leisure and Recreation.

- EAPN& EUROCHILD. (2013). *towards children's well-being in europe explainer on child poverty in the eu*. Bruchelas: European Anti-poverty Network & EUROCHILD.
- Engle, P. L., & Black, M. M. (2008). The Effect of Poverty on Child Development and Educational Outcomes. *annals of the New York Academy of Sciences*, 1136, 243-256.
- European Commission. (2010). *"Calypso Study - Compendium of good practices"*. European Commission - DG Enterprise and Industry.
- European Economic and Social Committee - EESC. (2006). *Opinion of the European Economic and Social Committee on Social Tourism in Europe*. Brussels: EESC.
- EUROSTAT- EU-SILC. (2014). *EUROSTAT Your Key To European Statistics - Income and Living Conditions* . Acedido a 3 de Março de 2014, em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/income_social_inclusion_living_conditions/data/database
- EUROSTAT. (2014a). *Statistics Explained - Glossary:At risk of poverty or social exclusion (AROPE)*, Acedido a 22 de fevereiro de 2014, em [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Glossary:At_risk_of_poverty_or_social_exclusion_\(AROPE\)](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Glossary:At_risk_of_poverty_or_social_exclusion_(AROPE))
- EUROSTAT. (2014b). *Statistics Explained - Glossary:At-risk-of-poverty rate*. Acedido a 22 de Fevereiro de 2014, em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Glossary:At-risk-of-poverty_rate
- EUROSTAT. (2014c). *Statistics Explained - Glossary:Material deprivation*. Acedido a 22 de Fevereiro de 2014, em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Glossary:Material_deprivation
- Evans, G. W. (2006). Child Development and the Physical Environment. *Annu. Rev. Psychol*, 57, 423-451.

- Evans, G. W., Saltzman, Heidi, & Cooperman, J. L. (2001). Housing Quality and Children's Socioemotional Health. *Environment and Behavior*, 33, 389-399.
- Feeny, T., & Boyden, J. (2003). A Review of Contemporary Literature and Thought on Children and Poverty: Rethinking the Causes, Experiences and Effects. *Children and Poverty Series - Parte I* - Christian Children's Fund.
- Ferguson, H., Bovaird, S., & Mueller, M. (2007). The impact of poverty on educational outcomes for children. *Paediatr Child Health*, 12, 701-706.
- Fernandes, D. (2009). A importância das escolas. *A Página da Educação*, pp. N.º 185, série II, Página n.º 84.
- Fodness, D. (1994). Measuring Tourist Motivation. *Annals of Tourism Research*, 21, 555–581.
- Foley, Y. C., & Mulis, F. (2008). Interpreting Children's Human Figure Drawings. *GSCS Journal*, 1, 27-37.
- Freire, T. (2001). Ócio e o Tempo Livre - Perspectivar o Lazer Para o Desenvolvimento. *Revista Galego- Portuguesa de Psicologia e Educación*, 7 (5), 345-349.
- Fundação "O Século". (2014). *Acção Social*. Acedido a 22 de Junho de 2014, em <http://oseculo.pt/accao-social/>.
- Fundação "O Século". (Março de 2013). Uma Fábrica de Amor da C.B.I.S à F.O.S. 2ª Edição.
- Fundação Bissaya Barreto. (2014). *Circular nº5 - Infantis - Programa de atividades com componente pedagógica, lúdica e social*. Acedido a 5 de Maio de 2014, em http://www.fbb.pt/cft/wp-content/uploads/sites/6/2014/03/Circular_-_Infantis-2014.pdf.
- Fundação INATEL - INATEL. (2014). *Turismo Júnior*. Acedido a 5 de Maio de 2014, de <http://www.inatel.pt/content.aspx?menuid=35>.

- Gallagher, M., Haywood, S. L., Jones, M. W., & Milne, S. (2010). Negotiating Informed Consent with Children in School-Based Research: A Critical Review. *Children & Society*, 24, 471–482.
- Gilbert, D., & Abdullah, J. (2002). A study of the impact of the expectation of a holiday on an individual's sense of well-being. *Journal of Vacation Marketing*, 8, 252-361.
- Gilbert, D., & Abdullah, J. (2004). Holidaytaking and the sense of well-being. *Annals of Tourism Research*, 31, 103–121.
- Gordon, D., Levitas, R., Pantazis, C., Patsios, D., Payne, S., & Townsend, P. (2000). *Poverty and social exclusion in Britain*. York: Joseph Rowntree Foundation.
- Gordon, D., Nandy, S., Pantazis, C., Pemberton, S., & Townsend, P. (2003). *Child poverty in the developing world*. Great Britain: The Policy Press.
- Gram, M. (2005). Family Holidays. A Qualitative Analysis of Family Holiday Experiences. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 5, 2-22.
- Gram, M. (2007). Children as co-decision makers in the family? The case of family holidays. *Young Consumers* 8, 19-28.
- Hall, D., & Brown, F. (2006). *Tourism and Welfare: ethics, responsibility and sustained well-being*. London: CAB International.
- Hartup, W. W. (1996). The Company They Keep: Friendships and Their Developmental Significance. *Child Development*, 67, 1-13.
- Haukeland, J. (1990). Non-travellers: the flip side of motivation. *Annals of Tourism Research*, 17, 172-184.
- Hazel, N. (2005). Holiday social tourism in UK. for children and Families in need: An exploration of the research and policy context for s. *Children & Society*, 19, 225-236.
- Hilbrecht, M., Shaw, S. M., Delamere, F. M., & Havitz, M. E. (2008). Experiences, perspectives, and meanings of family, vacations for children. *Leisure/Loisir*, 32(2), 541-571.

- Hill, M. (1997). Participatory Research With Children. *Child and family Social Work* , 2, 171-183.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2012). *Investigação por Questionário*. Lisboa: 2ª Ed Edições Sílabo.
- Hughes, H. (1991). Holidays and economically disadvantaged. *Tourism Management*, 12, 193-196.
- Huston, A. C. (1991). *Children in poverty. Child development and public policy*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Instituto Nacional de Estatística, INE. (2013a). *Estatísticas do Turismo 2012*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Katz, C., & Hamama, L. (2013). "Draw me everything that happened to you": Exploring children's drawings of sexual abuse . *Children and Youth Services Review*, 35, 877-882.
- Kirk, S. (2007). Methodological and ethical issues in conducting qualitative research with children and young people: A literature review. *International Journal of Nursing Studies* , 44,1250–1260.
- Larsen, S., & Jenssen, D. (2004). The school trip: Travelling with, not to or from. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 4, 44-56.
- Lima, J., Eusébio, C., & Varum, C. A. (2011). O combate à exclusão social através de programas de Turismo Social para famílias economicamente carenciadas. *International Conference on Tourism & Management Studies*,1, 656-668.
- Lima, J., Eusébio, C., & Varum, C. A. (2012). Effects of holidays on tourists: a review and directions for future research. *Journal of Tourism and Development*, nº17/18, pp. 265-277.
- Malchiodi, C. A. (1998). *Understanding Children's Drawings*. New York: The Guilford Press.

- Martorano, B., Natali, L., Neubourg, C., & Bradshaw, J. (2013). *Child Well-being in Advance Economies in the late 2000s*. UNICEF.
- McCabe, S. (2009). Who Needs A Holiday? Evaluating Social Tourism. *Annals of Tourism Research*, 36, 667-688.
- McCabe, S., & Johnson, S. (2013). The Happiness Factor in Tourism: Subjective well-being and Social Tourism. *Annals of Tourism Research*, 41, 42–65.
- McLeod, J. D., & Shanahan, M. J. (1996). Trajectories of poverty and children’s mental health. *Journal of Health and Social Behaviour*, 37, 207-220.
- Mcloyd, V. C. (1990). The impact of economic hardship on black families and children: Psychological distress, parenting, and socioeconomic development. *Child Development*, 61, 311-346.
- Minnaert, L., Stacey, J., Quinn, B., & Griffin, K. (2010). Social Tourism for Low-Income Groups: Benefits in a UK and Irish Context. In S. C. Morgan, *Tourism and Inequality: Problems and Prospects* (pp. 126-142). Oxford: Cabi.
- Minujin, A., Delamonica, E., Gonzalez, E. D., & Davidziuk, A. (2005). *Children Living in Poverty: A review of child poverty definitions, measurements, and policies*. New York: UNICEF-New School Paper.
- Moscardo, G. (2009). Tourism and Quality of Life: Towards a More Critical Approach. *Tourism and Hospitality Research*, 9, 159-170.
- Muñoz, L. G. (2006). El bienestar social de la infancia y los derechos de los niños - Childhood, Social Welfare and Children’s Rights. *Política y Sociedad*, 43, 63-80.
- Neubourg, C. d., Bradshaw, J., Chzhen, Y., Main, G., Martorano, B., & Menchini, L. (2012). *Child Deprivation, Multidimensional Poverty and Monetary Poverty in Europe*. Florence: Innocenti Research Centre.
- OECD. (2009). *Doing Better for Children - Comparative Child Well-being across the OECD*. OCED.

- Organização das Nações Unidas - Committee on the Rights of the Child. (2013). *General comment No. 17 (2013) on the right of the child to rest, leisure, play, recreational activities, cultural life and the arts (art. 31)*. Acedido a 12 de Fevereiro de 2014, em <http://www2.ohchr.org/english/bodies/crc/comments.htm>
- Organização das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Acedido a 22 de Fevereiro de 2014, em <http://www.fourmilab.ch/etexts/www/un/udhr.html>
- Organização Internacional de Turismo Social (OITS). (2014). *Organisation Internationale du Tourisme Social*. Acedido a 12 de Abril de 2014, em <http://www.oits-isto.org/en/index.php?menu=44&submenu=90#>
- Organização Mundial do Turismo (OMT) . (1980) *Manila Declaration on World Tourism*, Acedido a 22 de Fevereiro de 2014, em <http://www.univeur.org/cuebc/downloads/PDF%20carte/65.%20Manila.PDF>
- Organização Mundial do Turismo (OMT) . (1985). *O Código Mundial de Ética do Turismo*”, Acedido a 22 de Fevereiro de 2014, em <http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/portugal.pdf>
- Pedro, C. S. (2005). *Identificação das Práticas de Lazer: Estudo com crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Valpaços*. Tese de Mestrado em Estudos da Criança, Universidade do Minho, Minho.
- Percy, M. S. (2003). Feeling loved, having friends to count on, and taking care of myself: Minority children living in poverty describe what is "special" to them. *Journal of Children and Poverty*, 9, 55-70.
- Pereira, B. O., & Neto, C. (1997). A infância e as práticas lúdicas. In M. Pinto e M. J. Sarmiento, *As Crianças Contextos e Identidades* (pp.219-264). Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Pereira, B. O., & Neto, C. (1999). As crianças, o lazer e os tempos livres. In M. J. Sarmiento, *Para uma Bibliografia sobre a Infância e as Crianças em Portugal* (pp. 85-107). Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho.

- Pine, J., & Gilmore, J. H. (1998). Welcome to the Experience Economy. *Harvard Business Review*, 76, 98-105.
- Queiroz, M. C., & Gros, M. (2002). *Ser jovem num bairro de habitação social: especificidade dos processos de transição para a vida adulta*. Porto: Campo das Letras.
- Quinn, D. B., Griffin, D. K., & Stacey, J. (2008). *Poverty, Social Exclusion and Holidaying: Towards Developing Policy in Ireland*. Dublin: Poverty Agency Policy Research Initiative Working Paper.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4ªEd Tradução de João Marques; Maria Mendes; Maria Carvalho Lisboa: Gradiva.
- Qvortrup, J. (1999). *A infância na Europa: novo campo de pesquisa social*. Braga: CEDIC - Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Richards, G. (1998). Time for a holiday? Social rights and international tourism consumption. *Time and Society*, 7, 145–160.
- Richards, G. (1999). Vacations and the Quality of Life: Patterns and Structures. *Journal of Business Research*, 44,189–198.
- Rodrigues, E., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. M., & Januário, S. (1999). A pobreza ea exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia*, 9, 63-101.
- Sampson, J. R., & Lamb, J. H. (1994). Urban poverty and the family contexto of delinquency: A new look at structure and process in a classic structure. *Child development*, 65, 523-540.
- Sarmiento, M. J. (2008). “Estudos da Criança” Como Campo Interdisciplinar de Investigação e Conhecimento. *Interacções*, Nº. 10, 1-5.
- Sarmiento, M. J. (2004). As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*, 9-34.

- Sarmiento, M. J., Fernandes, N., & Tomás, C. (2006). Participação Social e Cidadania Ativa das Crianças. In R. David, *Inclusão e Educação. Doze olhares sobre a educação inclusiva* (pp. 141-159). São Paulo: Summus Editorial.
- Schaffer, H. R. (1996). *Desenvolvimento Social da Criança*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Schanzel, H. (2012). The Inclusion of Fathers, Children and Whole Family Group in Tourism Research on Families. In H. Schanzel, I. Yeoman, & E. Backer, *Family Tourism: Multidisciplinary Perspectives* (pp. 67-77). Bristol: Channel View Publications.
- Sedgley, D., Prichard, A., & Morgan, N. (2012). Tourism poverty in affluent societies: Voices from inner.city London. *Tourism Management*, 33, 951-960.
- Shaw, G., & Coles, T. (2004). "Disability, holiday making and the tourism industry in the UK: a preliminary survey". *Tourism Management*, 25, 397-403.
- Shelter. (2006). *Shelter England - Search Results - Shelter-The housing and homelessness charity*, Acedido a 9 de Outubro de 2013, em <http://england.shelter.org.uk/search/search.cgi?collection=shelter-england&query=the+impact+of+bad+housing+on+childrens+life&Search=>
- Small, J. (2008). The Absence of Childhood in Tourism Studies. *Annals of Tourism Research*, 35,772–789.
- Smith, V., & Hughes, H. (1999). Disadvantaged families and the meaning of the holiday. *International Journal of Tourism Research*, 2, 123-133.
- Spencer, N. (2000). *Poverty and Child Health (No. Ed. 2)*. Oxford: Radcliffe Medical Press Ltd.
- Spencer, N. (2008). *Health Consequences of Poverty for Children*. Acedido a 7 de Outubro de 2013, em <http://www.endchildpoverty.org.uk/news/publications/child-poverty-and-health---supplementary-chapter-2/26/123>
- Swarbrooke, J., & Horner, S. (1999). *Consumer Behavior in Tourism*. Great Britain: Butterworth-Heinemann.

- Tomás, C., & Fernandes, N. (2011). Direitos da criança em Portugal: os desassossegos dos riscos na/da infância. *IV Encontro Maus-Tratos, Negligência e Risco na Infância e na Adolescência*. Maia.
- Tomás, C., Fernandes, N., & Sarmiento, M. J. (2011). Jogos de imagens e espelhos : um olhar sociológico sobre a infância e as crianças em Portugal. In V. Muller, *Crianças dos países de língua portuguesa: histórias, culturas e direitos*. (pp. 194-227). Muller.
- Tomaševski, K. (2006). *Human rights obligations in education: the 4-A scheme*. Nijmegen: Wolf Legal Publishers (WLP).
- UNESCO. (2013). *Education transforms lives*. Acedido a 12 de Outubro de 2013, em <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002231/223115E.pdf>
- UNICEF. (2005). *Pobreza Infantil nos Países Ricos 2005, Innocenti Report Card N° 6*. Florença: Centro de Pesquisa Innocenti da UNICEF.
- UNICEF. (2012). *Measuring Child Poverty: New league tables of child poverty in the world's rich countries*. Innocenti Report Card 10. Florence: UNICEF Innocenti Research Centre.
- UNICEF (2013). *Child well-being in rich countries: A comparative overview*. Innocenti Report Card 11. Florence: UNICEF Innocenti Research Centre.
- Urry, J. (1996). *The Tourist Gaze. Leisure and Travel in Contemporary Societies*. London: SAGE Publications.
- Varona, H. (2010). *Calypso Study on Social Tourism Portugal 2010 - Country study Portugal*.
- Vilaplana, C. L. (2013). *Population and social conditions - Children were the age group at the highest risk of poverty or social exclusion in 2011*. EUROSTAT.
- Wearing, S. (2002). Re-centring the Self in Volunteer Tourism. In G. M. Dann, *The Tourist as a Metaphor of The Social World* (pp. 237-262). London: Cabi Publishing.

Willow, C. (2002). *Bread Is Free: Children and Young People Talk About Poverty*. London: Children's Rights Alliance & Save the Children Fund.

World Health Organization . (2012). *Adolescent mental health*. Geneva: World Health.

World Travel & Tourism Council, W.T.T.C. (2014). *The Economic Impact of Travel & Tourism*. Londres: W.T.T.C.

Yau, M. K., Mckercher, B., & Packer, T. (2004). Traveling with a disability: more than an access issue. *Annals of Tourism Research*, 31, 946-960.

Apêndices

Apêndice nº1 - Pedido de colaboração à Fundação “O Século”

A/C Administração da Fundação “O Século”

Exmos. Senhores,

Sou aluna de Mestrado de Gestão e Planeamento em Turismo, da Universidade de Aveiro, e venho por este meio solicitar a vossa colaboração, na investigação que me encontro a desenvolver no âmbito da minha dissertação, cujo principal objetivo prende-se com a avaliação dos efeitos positivos das férias no bem-estar e inclusão social de crianças socioeconomicamente carenciadas.

Após uma análise dos objetivos e das atividades desenvolvidas, no vosso projeto “Colónia de Férias”, eu e as orientadoras da minha dissertação, Prof. Dra. Celeste Eusébio e Prof. Dra. Elisabete Figueiredo, consideramos que seria de total interesse desenvolver a nossa investigação em torno desse projeto, não só por se enquadrar nos objetivos da nossa investigação, mas também, pela importância que cada vez mais, este tipo de iniciativas assume na sociedade portuguesa, e que por isso merecem ser estudadas e divulgadas.

Assim tendo como objetivos de investigação:

- i) Desenvolver um quadro teórico que permita avaliar as possíveis relações entre turismo, o bem-estar e a inclusão social;
- ii) Caracterizar as práticas turísticas das crianças economicamente desfavorecidas;
- iii) Caracterizar programas de turismo social oferecidos em Portugal e noutros países europeus direcionados para crianças economicamente desfavorecidas;
- iv) Desenvolver um modelo de investigação que permita analisar o papel do turismo na inclusão social de crianças economicamente desfavorecidas;
- V) Testar empiricamente o modelo de investigação criado, estudando um grupo de crianças economicamente desfavorecidas residentes em Portugal;

necessitamos da vossa colaboração para:

- A obtenção de informações sobre o público participante na colónia de férias, referentes a anos anteriores e ao ano presente (numero de crianças que participaram em anos anteriores, número de crianças inscritas para o ano corrente, etc.)
- A aplicação de pequenos questionários (totalmente anónimos) direcionados para as crianças participantes – que devido às suas idades (6 a 12 anos) implicará a obtenção de uma devida autorização dos seus responsáveis (instituições ou pais);
- A aplicação de um questionário a todos os monitores de todos os turnos vigentes;
- O acesso à observação das crianças durante a sua estadia na colónia de férias (se possível como monitora num dos turnos disponíveis para este ano);

Caso aceitem colaborar com a nossa investigação, será estabelecido um protocolo entre a Universidade de Aveiro e a Fundação “O Século”, sendo que todo o tratamento de informação, bem como, todas as ferramentas metodológicas utilizadas, ficarão à vossa inteira disposição, para que no futuro possam replicar o estudo, se assim for de vossa conveniência.

Esperando, que esta investigação suscite o vosso interesse, e que de alguma forma possa ajudar a promover e a divulgar o excelente trabalho que a vossa instituição tem vindo a desenvolver no âmbito da solidariedade social, ficamos a aguardar a vossa resposta, ao nosso pedido de colaboração.

Com os melhores Cumprimentos,

Cátia Loureiro

(Aluna de Gestão e Planeamento em Turismo

Universidade de Aveiro)

Prof. Dr. Celeste Eusébio

(Departamento de Economia, Gestão e Engenharia industrial

Universidade de Aveiro)

Prof. Dr. Elisabete Figueiredo

(Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território

Universidade de Aveiro)

Apêndice nº 2 – Pedido de autorização de participação das crianças aos responsáveis legais

Exmos. Senhores,

Sou aluna do curso de Gestão e Planeamento em Turismo, da Universidade de Aveiro e encontro-me a desenvolver uma dissertação de mestrado com a orientação da Prof. Dra. Celeste Eusébio e Prof. Dra. Elisabete Figueiredo, cujo principal objetivo prende-se com a avaliação dos efeitos positivos das férias no bem-estar e inclusão social de crianças.

Tendo essa avaliação de ser feita com base na perspetiva das próprias crianças, solicitámos a colaboração da Fundação “O Século” para que no âmbito do programa “Colónia de Férias” nos permitisse a aplicação de um questionário às crianças participantes. Nesse sentido, não podendo essa aplicação ser realizada sem a devida autorização do responsável legal pela criança necessitamos também a vossa colaboração.

O questionário (anexado a este pedido) é constituído por onze perguntas, das quais apenas duas se referem ao sexo e à idade, sendo que todas as outras estão exclusivamente relacionadas com as férias das crianças, assim como o desenho que lhes é solicitado que façam no final. A aplicação do questionário terá lugar nas instalações da Fundação “O Século”, no final do turno em que a criança vai participar e dirige-se apenas para as crianças com idades entre os **8 e os 12 anos**. Contudo solicitamos a vossa autorização também para que as crianças entre os **6 e os 7 anos** de idade possam participar na investigação fazendo apenas um desenho sobre as suas férias passadas na Colónia. Garantimos que os dados obtidos apenas serão utilizados no âmbito desta investigação e que em momento algum a identidade e a privacidade da criança deixará de estar salvaguardada.

Assim apelamos à vossa colaboração que será vital para a realização deste estudo, lembrando a importância de recolhermos o maior número possível de respostas, no sentido de podermos identificar várias perspetivas sobre a importância das férias para o bem-estar das crianças. Se necessitar de mais alguma informação sobre o estudo ou sobre o questionário, estaremos à sua inteira disposição para prestar todos os esclarecimentos.

Pedimos então caso concorde com a participação neste estudo do menor a seu cargo, que leia e assine o documento “Autorização de Participação”, disponível na página seguinte.

Em caso de não concordar agradecemos na mesma toda a atenção dispensada.

Com os melhores cumprimentos,
Cátia Loureiro

e-mail: caldas.loureiro@ua.pt

Autorização de Participação

Na qualidade de responsável legal do menor com o nome _____

declaro que aceito a sua participação no estudo com o tema “Turismo e Inclusão Social”, tendo conhecimento que isso implicará a sua disponibilidade para responder a um questionário e/ou fazer um desenho durante a sua participação na Colónia de Férias da Fundação “O Século”.

Declaro ainda que fui esclarecido(a) de todos os aspetos que considero importantes sobre a participação do menor no estudo referido e que me foi garantido que todos os dados recolhidos serão para uso exclusivo desse estudo, estando salvaguardada a sua identidade e privacidade.

Assinatura _____

Data: ____/____/____

Apêndice nº3 – O Questionário

QUESTIONÁRIO

Objetivos: Este questionário destina-se a obter informação sobre as tuas férias escolares anteriores e atuais. A tua colaboração é essencial para conhecermos as tuas expectativas e preferências em relação às férias escolares e para entendermos de que forma a sua ocupação pode ser importante para ti.

Lê as perguntas com atenção.

Assinala com um X as respostas que consideras corretas ou escreve nos espaços disponíveis.

1. És um menino ou uma menina?



2. Que idade tens? _____ anos.

3. Costumas fazer férias fora de casa?

Sim 3.1. Onde costumavas ir? _____

Não 3.2. Porquê? _____

4. Já tinhas estado numa colónia de férias?

Sim 4.1. Em quais? _____

Não 4.2. Porquê? _____

5. Nas tuas férias escolares anteriores, alguma vez praticaste, estas atividades?

(Assinala com um **X** apenas uma resposta para cada atividade)

		1- Nunca	2- Raramente	3- Às Vezes	4- Muitas Vezes	5- Sempre
Acampar		<input type="radio"/>				
Praia		<input type="radio"/>				
Piscina		<input type="radio"/>				
Jardim Zoológico ou Aquários Gigantes		<input type="radio"/>				
Parques de Diversões		<input type="radio"/>				
Museus ou monumentos		<input type="radio"/>				
Parque infantil		<input type="radio"/>				
Parques Aquáticos		<input type="radio"/>				
Andar de Bicicleta		<input type="radio"/>				
Jogar/Brincar com amigos		<input type="radio"/>				
Ver televisão		<input type="radio"/>				
Jogos de Computador		<input type="radio"/>				
Ler		<input type="radio"/>				
Navegar na Internet		<input type="radio"/>				

6. Este ano, desejaste passar as tuas férias na Colónia da Fundação “O Século”, para:

(Assinala com um **X** apenas uma resposta em cada linha)

		1- Discordo muito	2- Discordo	3- Indeciso	4- Concordo	5- Concordo muito
Aprender coisas novas		<input type="radio"/>				
Sentir-me livre		<input type="radio"/>				
Ter novas aventuras		<input type="radio"/>				
Fazer novas amizades		<input type="radio"/>				
Divertir-me		<input type="radio"/>				
Conquistar o respeito e a admiração dos outros		<input type="radio"/>				
Brincar e jogar com outros meninos(as)		<input type="radio"/>				
Descansar da rotina diária		<input type="radio"/>				

7. Utilizando apenas uma frase, como descreverias as tuas férias, este ano, na Colónia da Fundação “O Século”:

8. Gostaste do que a Colónia da Fundação “O Século” te proporcionou, este ano?

(Assinala com um X apenas uma resposta em cada linha)					
	1- Não gostei nada	2- Não gostei	3- Indeciso	4- Gostei	5- Gostei muito
Das atividades	<input type="radio"/>				
De experimentar coisas novas	<input type="radio"/>				
Do apoio dos monitores	<input type="radio"/>				
De estar com os amigos	<input type="radio"/>				
De fazer novos amigos	<input type="radio"/>				
De passar um tempo fora de casa	<input type="radio"/>				

9. Gostaste das atividades que praticas-te na Colónia da Fundação “O Século”, este ano?

(Assinala com um X apenas uma resposta em cada linha)					
	1- Não gostei nada	2- Não gostei	3- Indeciso	4- Gostei	5- Gostei muito
Mangueirada	<input type="radio"/>				
Praia	<input type="radio"/>				
Ateliers	<input type="radio"/>				
Caça ao tesouro	<input type="radio"/>				
Culinária	<input type="radio"/>				
Gincana	<input type="radio"/>				
Batismo do surf	<input type="radio"/>				
Discoteca	<input type="radio"/>				
Passeios	<input type="radio"/>				
Festival do Século	<input type="radio"/>				
Peddy Paper	<input type="radio"/>				
Karaoke	<input type="radio"/>				

10. Consideras que a tua participação, este ano, na Colónia da Fundação “O Século” contribuiu:

(Assinala com um X apenas uma resposta em cada linha)					
	1- Discordo muito	2- Discordo	3- Indeciso	4- Concordo	5- Concordo muito
Para descansares da rotina diária (casa e escola)	<input type="radio"/>				
Para te divertires e criares memórias felizes	<input type="radio"/>				
Para te sentires mais feliz	<input type="radio"/>				
Para fazeres novas amizades	<input type="radio"/>				
Para te aproximares mais dos teus amigos	<input type="radio"/>				
Para conheceres pessoas novas	<input type="radio"/>				
Para apreenderes coisas novas	<input type="radio"/>				
Para te sentires mais confiante	<input type="radio"/>				
Para conheceres novos locais	<input type="radio"/>				
Para praticares atividades novas	<input type="radio"/>				
Para testares os teus conhecimentos	<input type="radio"/>				
Para saberes que consegues fazer coisas que não imaginavas	<input type="radio"/>				

11. Gostavas de voltar à Colónia da Fundação “O Século” para o próximo ano?

Sim Não

11.1. Porquê?

Utiliza esta folha para fazer um desenho das férias, que passaste este ano, na Colónia da Fundação “O Século”.

😊 **Obrigado pela tua colaboração** 😊

Anexos

Anexo nº 1 – “Os termos da infância: os direitos das crianças”

Direitos	Artigos
Não-discriminação	2; 30
Ações tomadas com base no seu superior interesse	3; 18
Sobrevivência e Desenvolvimento	6
Identidade	7; 8
Relações familiares e guarda parental	5; 7; 8; 9;10;18; 21; 25
Proteção contra a adoção ilegal	11; 21
Liberdade de expressão, pensamento, consciência e de escolha de religião	12; 13; 14
Liberdade de associação e reunião pacífica	15
Proteção de privacidade, habitação, família e correspondência	16
Acesso apropriado à informação	17
Proteção contra o abuso e a negligência	19
Especial proteção e assistência no caso de crianças privadas de um ambiente familiar	20; 22
Proteção contra os conflitos armados	22; 38; 39
Cuidados especiais no caso de crianças deficientes	23
Saúde e acesso aos cuidados de saúde	24
Beneficiar da segurança social	26
Nível de vida decente	27
Educação	28; 29
Descanso, lazer, participação em jogos e atividades recreativas, artísticas e culturais	31
Proteção contra o trabalho infantil, tráfico, exploração sexual, abuso de drogas	32; 36; 39
Proteção contra todas as formas de tortura e de privação de liberdade	37; 39
Dignidade e valor, mesmo que a criança tenha infringido a lei	40

Fonte: UNICEF, 2005

Anexo nº 2 – Descrição dos 15 programas de intervenção social da Fundação “O Século”

Área de intervenção: Lares de acolhimento

Programas:

- “Casa do Mar” – Lar de Acolhimento prolongado para jovens (12 aos 18 anos) provenientes de famílias disfuncionais.
- “Casa das Conchas” – Lar de Acolhimento prolongado (6 aos 12 anos) para jovens provenientes de famílias disfuncionais.
- “Casas da Ponte” – Apartamentos de autonomização, destinados acolher jovens dos lares de acolhimento (casa do mar e casa das conchas) com o objetivo de os apoiar na aquisição de competências sociais e pessoais que lhes permita fazer uma transição adequada para uma vida autónoma da fundação.

Foto de um dos quartos da “Casa Mar”



Fonte: Fundação “O Século” (2014)

Área de intervenção: Educação e Lazer

Programas:

- Século dos Pequeninos – Cresce (4 meses aos 3 anos de idade) e Jardim de Infância (3 anos aos 6 anos de idade) que acolhem na sua maioria crianças de famílias carentiadas.

Foto de uma das salas do Jardim de Infância



Fonte: Fundação “O Século” (2014)

- Colónia de Férias – Resposta social, à satisfação das necessidades de lazer e quebra de rotinas essenciais ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores, sobretudo daqueles que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade.

Foto dos participantes do primeiro turno da edição 2014 da Colónia de Férias



Fonte: Fundação “O Século” (2014)

Área de Intervenção: Atividades Lúdico Pedagógicas

Programas:

- ATL – Apoio ao desenvolvimento pessoal e social, através da prática de várias atividades lúdicas e educacionais – depois das aulas e nas férias escolares.
- PIEF – O Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) visa a integração escolar de jovens em risco (entre os 15 e os 18 anos de idade) através de um protocolo estabelecido com escolas de Cascais e Oeiras.
- Take-it – O “Talentos e Artes com Kriatividade e Empreendedorismo” (Take-it) tem como principal objetivo a identificação de talentos e a sua potencialização. Direcionado para jovens desempregados e desocupados, este programa decorre através de 5 áreas: educação não formal; formação profissional e empregabilidade; dinamização comunitária e cidadania; empreendedorismo e capacitação dos jovens; Inclusão digital.

Área de Intervenção: Apoio às Famílias

Programas:

- Cantina Social – Programa de apoio alimentar a famílias com graves carências, através disponibilização de refeições (sopa, prato principal e sobremesa) gratuitas ou com o custo de apenas 1euro.

Foto das Instalações da Cantina Social



Fonte: Fundação “O Século” (2014)

- Loja social – Venda de produtos (doados) a preços acessíveis como por exemplo roupa, produtos de higiene pessoal, brinquedos, entre outros

Foto do espaço destinado à Loja Social



Fonte: Fundação “O Século” (2014)

- Acolhimento de Emergência – Protocolo estabelecido com a Cruz vermelha Portuguesa em que a Fundação “O Século” se compromete a ter sempre disponíveis camas e alimentação nas suas instalações para situações de emergência social (em especial vitimas de violência domestica).
- Relógio de Areia – Centro de apoio à família criado com o objetivo de apoiar crianças e jovens com distúrbios comportamentais originados pela disfuncionalidade familiar. Através de um protocolo estabelecido com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e o Tribunal de Família e Menores de Cascais, a Fundação “O Século” disponibiliza um conjunto de respostas terapêuticas para estas crianças.
- Apoio Domiciliário – Prestação de cuidados individualizados e personalizados ao domicílio, a pessoas ou famílias que por motivos de doença, deficiência ou outro impedimento não possam temporariamente ou definitivamente garantir a satisfação das suas necessidades básicas ou atividades da vida diária
- Apoio Alimentar – Programa de entrega alimentar ao domicílio dirigido principalmente para pessoas idosas resultante de um protocolo estabelecido coma Santa Casa da Misericórdia a Camara Municipal de Cascais.

Área de Intervenção: Inserção Social:

Programa:

- Empresas de inserção – As empresas de inserção são estruturas (lavandaria e limpeza- “Alba”; cozinha, copa e refeitório- “Fenix”) criadas dentro das instalações da Fundação “O Século”, que visam o funcionamento da fundação ao mesmo tempo que garantem a empregabilidade de pessoas em situação de desemprego de longa duração. Este programa nasce de um protocolo estabelecido com o Centro de Emprego e Formação Profissional (IEFP) do concelho de Cascais (Fundação “O Século”, 2014).

**Anexo nº 3 – Fotos das instalações da Fundação “O Século”
utilizadas no âmbito do Programa Colónia de Férias**

a) Camaratas



b) Refeitório



Fonte: Fundação “O Século” (2014)

Anexo nº 4 – Planificação das Atividades

ATIVIDADES E HORÁRIOS

1º TURNO – DE 23/06/2014 A 04/07/2014 - 1ª SEMANA

HORA	2ª Feira – 23/06	3ª Feira – 24/06	4ª Feira – 25/06	5ª Feira – 26/06	6ª Feira – 27/06	Sábado – 28/06	Domingo – 29/06
08.30	Início do turno	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar
09.00	Entrada monitores	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço
09.30	Reunião de monitores	Acolhimento crianças	Praia / jogos de água	Praia / actividade física	Passeio Piscina Oceânica de Oeiras	Praia / construções na areia	Praia (opcional)
11.00			Lanche	Lanche		Lanche	Lanche
12.30			Regresso da praia	Regresso da praia		Regresso da praia	Regresso da praia
13.00			Almoço	Almoço		Almoço	Almoço
14.00		Divisão quartos	Descanso	Descanso		Descanso	Descanso
15.00	Preparação recepção, decoração do espaço, organização material e quartos	Jogos de apresentação	Ateliers / jogos de grupo	Culinária		Batismo de surf	Parque infantil
16.00		Lanche	Lanche	Lanche		Lanche	Lanche
16.30		Mangueirada	Praia	Praia		Praia	Mangueirada
18.00		Banhos	Banhos	Banhos	Banhos	Banhos	Banhos
19.00	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar
20.30	Dinâmicas de grupo	Festa de boas vindas	Caça ao tesouro	Gincana nocturna	Cinema	Discoteca	Festival do Seculo
22.00		Ceia	Ceia	Ceia	Ceia	Ceia	Ceia
22.30		Deitar	Deitar	Deitar	Deitar	Deitar	Deitar
23.30		Reunião monitores	Reunião monitores	Reunião monitores	Reunião monitores	Reunião monitores	Reunião monitores
24.00	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher

ATIVIDADES E HORÁRIOS

1º TURNO – DE 23/06/2014 A 04/07/2014 - 2ª SEMANA

HORA	2ª Feira – 30/06	3ª Feira – 01/07	4ª Feira – 02/07	5ª Feira – 03/07	6ª Feira – 04/07	Sábado – 05/07	Domingo – 06/07
08.30	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar	Limpeza, manutenção e reorganização do espaço	Descanso
09.00	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço		
09.30	Praia	Passeio Parque Marechal Carmona	Praia / actividade física	Praia	Despedida crianças		
11.00	Lanche		Lanche	Lanche			
12.30	Regresso da praia		Regresso da praia	Regresso da praia			
13.00	Almoço		Almoço	Almoço			
14.00	Descanso	Descanso	Descanso	Descanso	Reunião monitores		
15.00	Ateliers / Desporto	Atelier de expressão plástica	Atelier de pinturas faciais / tereres		Arrumação e organização do espaço		
16.00	Lanche	Lanche	Lanche				
16.30	Praia	Praia	Praia				
18.00	Banhos	Banhos	Banhos	Banhos			
19.00	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar			
20.30	Peddy paper	Cinema	Karaoke	Festa de despedida	Fim do 1º turno		
22.00	Ceia	Ceia	Ceia	Ceia			
22.30	Deitar	Deitar	Deitar	Deitar			
23.30	Reunião monitores	Reunião monitores	Reunião monitores	Reunião monitores			
24.00	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher			

TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL: “O CASO DAS CRIANÇAS DESFAVORECIDAS”

ATIVIDADES E HORÁRIOS

2º TURNO – DE 07/07/2014 A 18/07/2014 - 1ª SEMANA

HORA	2ª Feira – 07/07	3ª Feira – 08/07	4ª Feira – 09/07	5ª Feira – 10/07	6ª Feira – 11/07	Sábado – 12/07	Domingo – 13/07
08.30	Início do turno	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar
09.00	Entrada monitores	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço
09.30	Reunião de monitores	Acolhimento crianças	Praia / jogos de água	Praia / actividade física	Passeio Piscina Oceânica de Oeiras	Praia / construções na areia	Praia (opcional)
11.00			Lanche	Lanche		Lanche	
12.30			Regresso da praia	Regresso da praia		Regresso da praia	
13.00	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço		Almoço	Almoço
13.45		Divisão quartos	Descanso	Descanso		Descanso	Descanso
15.00	Preparação recepção, decoração do espaço, organização material e quartos	Jogos de apresentação	Ateliers / jogos de grupo	Culinária		Batismo de surf	Parque infantil
16.00		Lanche	Lanche	Lanche	Lanche	Lanche	Lanche
16.30		Mangueirada	Praia	Praia		Praia	Mangueirada
18.00		Banhos	Banhos	Banhos	Banhos	Banhos	Banhos
19.00	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar
20.30		Festa de boas vindas	Caça ao tesouro	Gincana nocturna	Cinema	Discoteca	Festival do Seculo
22.00	Dinâmicas de grupo	Ceia	Ceia	Ceia	Ceia	Ceia	Ceia
22.30		Deitar	Deitar	Deitar	Deitar	Deitar	Deitar
23.30		Reunião monitores	Reunião monitores	Reunião monitores	Reunião monitores	Reunião monitores	Reunião monitores
24.00	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher

ATIVIDADES E HORÁRIOS

2º TURNO – DE 07/07/2014 A 18/07/2014 - 2ª SEMANA

HORA	2ª Feira – 14/07	3ª Feira – 15/07	4ª Feira – 16/07	5ª Feira – 17/07	6ª Feira – 18/07	Sábado – 19/07	Domingo – 20/07
08.30	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar		
09.00	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço		
09.30	Praia	Passeio Parque Marechal Carmona	Praia / actividade física	Praia	Despedida crianças	Limpeza, manutenção e reorganização do espaço	Descanso
11.00	Lanche		Lanche	Lanche			
12.30	Regresso da praia		Regresso da praia	Regresso da praia			
13.00	Almoço		Almoço	Almoço	Almoço		
14.00	Descanso		Descanso	Descanso	Descanso		
15.00	Ateliers / Desporto		Atelier de expressão plástica	Atelier de pinturas faciais /tereres	Arrumação e organização do espaço		
16.00	Lanche		Lanche	Lanche			
16.30	Praia		Praia	Praia			
18.00	Banhos	Banhos	Banhos	Banhos			
19.00	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar			
20.30	Peddy paper	Cinema	Karaoke	Festa de despedida	Fim do 2º turno		
22.00	Ceia	Ceia	Ceia	Ceia			
22.30	Deitar	Deitar	Deitar	Deitar			
23.30	Reunião monitores	Reunião monitores	Reunião monitores	Reunião monitores			
24.00	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher			

TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL: “O CASO DAS CRIANÇAS DESFAVORECIDAS”

ACTIVIDADES E HORÁRIOS

3º TURNO – DE 21/07/2014 A 01/08/2014 - 1ª SEMANA

HORA	2ª Feira – 21/07	3ª Feira – 22/07	4ª Feira – 23/07	5ª Feira – 24/07	6ª Feira – 25/07	Sábado – 26/07	Domingo – 27/07
08.30	Início do turno	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar
09.00	Entrada monitores	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço
09.30	Reunião de monitores	Acolhimento crianças	Praia / jogos de água	Praia / actividade física	Passeio Piscina Oceânica de Oeiras	Praia / construções na areia	Praia (opcional)
11.00			Lanche	Lanche		Lanche	
12.30			Regresso da praia	Regresso da praia		Regresso da praia	
13.00	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço		Almoço	Almoço
14.00		Divisão quartos	Descanso	Descanso		Descanso	Descanso
15.00	Preparação recepção, decoração do espaço, organização material e quartos	Jogos de apresentação	Ateliers / jogos de grupo	Culinária		Batismo de surf	Parque infantil
16.00			Lanche	Lanche		Lanche	
16.30			Mangueirada	Praia	Praia	Praia	Mangueirada
18.00	Banhos	Banhos	Banhos	Banhos	Banhos	Banhos	
19.00	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	
20.30	Dinâmicas de grupo	Festa de boas vindas	Caça ao tesouro	Gincana nocturna	Cinema	Discoteca	Festival do Seculo
22.00		Ceia	Ceia	Ceia	Ceia	Ceia	
22.30		Deitar	Deitar	Deitar	Deitar	Deitar	Deitar
23.30		Reunião monitores	Reunião monitores	Reunião monitores	Reunião monitores	Reunião monitores	Reunião monitores
24.00	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher	

ACTIVIDADES E HORÁRIOS

3º TURNO – DE 21/07/2014 A 01/08/2014 - 2ª SEMANA

HORA	2ª Feira – 28/07	3ª Feira – 28/07	4ª Feira – 30/07	5ª Feira – 31/07	6ª Feira – 01/08	Sábado – 02/08	Domingo – 03/08
08.30	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar	Limpeza, manutenção e reorganização do espaço	Descanso
09.00	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço	Pequeno-almoço		
09.30	Praia	Passeio Parque Marechal Carmona	Praia / actividade física	Praia	Despedida crianças		
11.00	Lanche		Lanche	Lanche			
12.30	Regresso da praia		Regresso da praia	Regresso da praia			
13.00	Almoço		Almoço	Almoço	Almoço		
14.00	Descanso		Descanso	Descanso	Reunião monitores		
15.00	Ateliers / Desporto		Atelier de expressão plástica	Atelier de pinturas faciais /tereres	Arrumação e organização do espaço		
16.00	Lanche		Lanche	Lanche			
16.30	Praia	Praia	Praia				
18.00	Banhos	Banhos	Banhos	Banhos			
19.00	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar			
20.30	Peddy paper	Cinema	Karaoke	Festa de despedida	Fim Colónia de Férias 2014		
22.00	Ceia	Ceia	Ceia	Ceia			
22.30	Deitar	Deitar	Deitar	Deitar			
23.30	Reunião monitores	Reunião monitores	Reunião monitores	Reunião monitores			
24.00	Recolher	Recolher	Recolher	Recolher			

Fonte: Informação cedida pela Diretora do Programa

Anexo nº 5 – Processo de seleção dos monitores

Segundo a Diretora do Programa para realizar a inscrição como monitor/auxiliar é necessário ter mais de 18 anos, experiência de trabalho na área de animação de tempos livres e /ou campos de férias; o 12º ano ou o 9ºano mas com formação específica na área de animação. A inscrição só é válida quando entregue a ficha de candidatura, documentos identificativos, atestado médico e registo criminal. Todos os candidatos são submetidos ainda a uma entrevista individual e a uma prova de grupo. Quando aceites as candidaturas, devem participar numa formação de vários módulos durante o mês anterior ao início da colónia. Após todas estas fases, no primeiro dia de cada turno devem reunir com os seus coordenadores para lhes ser apresentado o plano de atividades dos turnos, a distribuição dos grupos e as tarefas atribuídas, bem como, para lhes ser explicado o funcionamento a colónia.